

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**VALDIR LEMOS RIOS**

***DA MULTIDÃO AO IMPÉRIO:*  
O CETICISMO TEÓRICO DE ANTONIO NEGRI**

**GUARULHOS - SP**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***DA MULTIDÃO AO IMPÉRIO:*  
O CETICISMO TEÓRICO DE ANTONIO NEGRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Javier Amadeo.

**GUARULHOS – SP**

**2015**

Rios Lemos, Valdir

**Da *Multidão* ao *Império*: O ceticismo teórico de Antonio Negri –**  
Guarulhos: [s.n], 2015. 110f.

Orientador: Prof. Dr. Javier Amadeo.

Dissertação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2015.

Título em inglês: From the *Crowd* to the *Empire*: The theoretical  
skepticism of Antonio Negri

1.Multidão 2. Império 3. Operarismo 4. Antonio Negri

**VALDIR LEMOS RIOS**

***DA MULTIDÃO AO IMPÉRIO:***  
**O CETICISMO TEÓRICO DE ANTONIO NEGRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Javier Amadeo.

São Paulo, de fevereiro de 2015.

---

Profa. Dra. Christina Andrews

UNIFESP

---

Prof. Dr. Eliel Machado

UEL

Aos meus pais,  
Arnaldo e Doralice.

Aos meus irmãos,  
Vania, Ronaldo e Edivaldo.

A Michele,  
companheira nas alegrias e nas  
agruras.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador, Prof. Dr. Javier Amadeo, pela paciência, pela compreensão, pelas valiosíssimas reflexões, pela receptividade e por ter sido bem mais que um orientador ou um professor, pois nunca desistiu da minha pesquisa.

Aos professores Eliel Machado e Christina Andrews, por terem participado da minha banca de qualificação e por terem aceitado participar da banca de defesa, deixo aqui registrada minha gratidão e meu respeito.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, pelo apoio financeiro, pela infraestrutura, pela qualidade de seus funcionários, especificamente aos secretários Daniela Gonçalves e Douglas Barbosa, pelo carinho e pela atenção com que sempre atendem aos alunos da pós-graduação da UNIFESP, e especialmente, aos professores que contribuíram para minha formação.

Aos meus colegas de mestrado (turma de 2011), pela amizade e pelos debates travados dentro e fora da sala de aula. Um agradecimento especial para Andrei Chikhani, Cauê Martins, Maria Gorete, Rafael Tauil, Guilherme de Paula, Gabriela Murua, Fernando Santana, pessoas que jamais cairão no meu esquecimento.

Ao grupo de pesquisa Crítica e Emancipação, pelas leituras e debates que aprofundaram minha formação.

Aos professores Marcos Tadeu Del Roio, Tullo Vigevani, Paulo Cunha, Odair Paiva, Rosangela Vieira, Antonio Carlos Mazzeo que contribuíram para minha formação que remontam ao tempo da graduação, cujos ensinamentos transcendem o campo acadêmico, sendo, para mim, um referencial a ser seguido por toda vida.

Aos meus colegas e amigos que conheci na UNESP-MARÍLIA na graduação, pelas reflexões em sala de aula e fora dela, pelos debates e pela experiência vivida no movimento estudantil ao qual tenho tantas saudades.

Ao meu pai, pois agora, diante das contradições e mazelas do mundo, compreendo a dureza de seus ensinamentos, e especialmente à minha mãe, que sempre acreditou e continua acreditando em mim e nos meus sonhos, e aos meus irmãos, que estiveram sempre ao meu lado com um forte sentimento que nos une. Aos amigos que estiveram presentes, mesmo

aqueles que por destino da vida não estão tão próximos como gostariam, deixo aqui meu respeito.

Por fim, um agradecimento especial a minha companheira Michele, que sempre acreditou na minha capacidade, desde os tempos da graduação, quando travamos batalhas juntos, e que sempre me ajudou nos momentos de angústias e desânimos, que me incentivou a entrar no mestrado, fosse quando me ajudou a estudar para prova escrita, para a entrevista, ou a ler inúmeras vezes o projeto, e nunca disse não, pelas recomendações de leitura, mesmo na hora em que a vida deu-lhe uma rasteira, mas sempre esteve ao meu lado, me aconselhando, pela firmeza e paciência nas horas difíceis, pelo companheirismo, e por tudo o que não consigo colocar em palavras.

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias.

(Lênin - Que fazer?)



## RESUMO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), emergiram duas potências que disputariam a hegemonia mundial quando da Guerra Fria (1947-1991): Estados Unidos, liderando o bloco capitalista, e União Soviética, liderando o bloco socialista. Logo após esse período de Guerra Fria, a obra *Império* ecoou de forma polêmica nos círculos acadêmicos e na mídia com suas teses provocantes. Os autores de *Império* defendem o fim do imperialismo e, no seu lugar, defendem o surgimento do império, fundamentado na ideia central do declínio da soberania do Estado-nação e na ideia secundária de multidão. Entretanto, consideramos que o surgimento do novo sujeito político ao qual Hardt e Negri se referem é a ideia que dá forma ao império e que o declínio da soberania do Estado-nação é um pressuposto secundário na construção dessa obra. A perspectiva de Hardt e Negri, especialmente do segundo, se deve à experiência política no movimento italiano conhecido como operarismo durante as décadas de 1970 e 1980, período em que o conceito de multidão estava em processo de germinação, e quando uma ruptura teórica levou ao ceticismo teórico.

**Palavras-chave:** Império. Multidão. Operarismo. Antonio Negri.

## ABSTRACT

With the end of World War II (1939-1945), two emerging powers would dispute the world hegemony by occasion of the Cold War (1947-1991): the United States, leading the capitalist conglomerate, and the Soviet Union, leading the socialist set. Soon after the period of Cold War, *Empire*, the book, creates a fuss in academic circles and in the media with their provocative theses. The authors of *Empire* advocate the end of imperialism, replaced by the rise of the empire, based on the central idea of the decline of the sovereignty of the nation state, and on the secondary concept of crowd. However, we consider that the emergence of the new political subject to which Hardt and Negri refer is the idea that the way to the empire and the nation-state sovereignty of the decline is a secondary assumption in their work. Such a perspective by Hardt and Negri, especially by the latter, comes as a result of his political experience when joining the Italian “operarismo” movement during the 1970s and 1980s, a period when the concept of multitude was in a process of birth, and when a theoretical break lead him to his theoretical skepticism.

**Keywords:** Empire. Crowd. Operarismo. Antonio Negri.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O DECLÍNIO DO ESTADO-NAÇÃO E A IDEIA DE UMA SOBERANIA IMPERIAL.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO HISTÓRICO: A MULTIDÃO PARA HARDT E NEGRI.....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 3 - AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO PRODUTIVO NAS DÉCADAS 1960 E 1970.....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 4 - AS RAÍZES HISTÓRICAS DAS TESES DEFENDIDAS POR ANTONIO NEGRI.....</b>	<b>70</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

A chamada “Nova Ordem Internacional” se configurou a partir da queda do muro de Berlim, em 1989, e do esfacelamento da União Soviética, em 1991. No auge da Guerra Fria apresentava-se no sistema internacional a bipolaridade entre os Estados Unidos, representando o bloco capitalista, e a União Soviética, representando o bloco socialista; fora da arena europeia os países situavam-se em um dos dois lados. Do lado ocidental a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) impunha limites fronteiriços, protegendo os interesses dos países capitalistas e, em oposição a isso, o pacto de Varsóvia preservava nos países do leste europeu o modelo soviético. Na medida em que a União Soviética ocupava as fronteiras desses países para estabelecer a ordem de Moscou, acirravam-se as disputas com o bloco capitalista. O antagonismo político-econômico acabou quando os conflitos e problemas econômicos internos da União Soviética causaram fissuras incontornáveis ao longo do seu sistema.

Após a morte de Stalin, em 1953, seu sucessor Nikita Krushev, em 1956, revelou ao mundo os crimes cometidos na época de Stalin. A ascensão de Gorbachev nos anos 1980 – seu governo se baseou em grande parte na reforma política e econômica (respectivamente, na *perestroika* e na *glasnost*) – representou uma tentativa de reestruturação do país, mas não obteve resultados significativos. Assim, o campo capitalista vencedor do conflito, em termos político-econômicos, tecnológico e ideológico, expandiu-se ao longo do leste europeu e ganhou a supremacia no sistema internacional. O governo de George Bush (1989-1992) foi enfático no anúncio feito ao novo cenário das relações internacionais, ao afirmar que se constituía, então, uma “Nova Ordem Internacional”, na qual os Estados Unidos, sendo a única superpotência, passava a assumir o papel de defensor da segurança mundial.

É importante ressaltar que, no período da Guerra Fria, a divisão do mundo em dois pólos entre Estados Unidos e União Soviética era controlada por estruturas que tornavam inviável o conflito direto. As estruturas de autorregulação organizavam o sistema internacional (SI) de maneira que fosse gerado um equilíbrio de poder. Quando alguma das superpotências ameaçava a segurança mundial ou a ordem internacional vigente, imediatamente a potência ameaçada passava a objetivar uma política que, de alguma forma, abalasse o poder da outra. Um exemplo disso foi a corrida armamentista, na qual o avanço do desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos propiciou a ida do homem à lua em 1961 e fez com que a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como era conhecido o bloco de países aqui referidos também como União Soviética) passasse a investir

pesadamente seu orçamento na indústria bélica – o que implicava o desenvolvimento de tecnologias aeroespaciais. Tal momento ficou mais conhecido na historiografia versada no tema como “guerra de contenção”, quando ambas as potências adotaram políticas para conter o avanço do adversário. Tal estratégia gerava implicações no sistema internacional como um todo. Numa perspectiva de contenção e de equilíbrio sistêmico, os EUA e a URSS intervinham nos conflitos regionais para evitar uma guerra que abalasse substancialmente o sistema e para ampliar o leque de aliados, além de ter maior previsibilidade do surgimento de conflitos que pudessem ameaçar o sistema internacional.

Segundo Albuquerque (2005, p. 61-62), após a Guerra Fria prevaleceu certa instabilidade no seio das relações internacionais, uma vez que não existiam mais mecanismos de limitação de conflitos, alinhamento automático e autorregulação como ocorria no período da Guerra Fria (1947-1991). Assim sendo, não havia mais certa previsibilidade de um equilíbrio sistêmico tal como se apresentava anteriormente.

Diante desse contexto, Albuquerque (2005, p.70-71) afirma que passamos a viver, no início do século XXI, um momento de transição no cenário internacional, uma vez que no pós-Guerra Fria não se configura uma Nova Ordem Internacional, e dado que a única superpotência que superou esta guerra (os EUA) não detém a hegemonia na dimensão econômica, mas “divide o poder econômico” com Japão e Alemanha, embora continue a deter uma supremacia política e militar em âmbito mundial.

Para Kennedy (1989, p. 411-414) os anos 1980 e 1990 foram um período de baixo crescimento do mercado americano e da economia americana de um modo geral, tendo havido queda do poder americano, principalmente no que concerne a ascensão das economias japonesa e alemã. “Apesar de todo o seu declínio econômico e talvez militar, os Estados Unidos continuam, (...) o agente decisivo em qualquer tipo de equilíbrio e problema (...)” (KENEDY, 1985, p. 506-507). O desenvolvimento do Japão e da Alemanha representou o reordenamento das relações internacionais e a multipolaridade do sistema de estados, principalmente na esfera econômica, onde, até então, prevalecia a supremacia dos Estados Unidos.

Tendo em vista esse contexto, Albuquerque (2005) afirma que o sistema internacional contemporâneo é marcado pelo fim da polarização, mas também por uma “hegemonia dissociada”, assim caracterizada devido à perda da supremacia econômica por parte dos EUA.

Hegemonia dissociada – Nesta hipótese, a ordem internacional seria caracterizada pela permanência da liderança política dos Estados Unidos, por

sua supremacia militar, mas não por uma supremacia incontestada no plano econômico. As demais potências se dispunham, nas três dimensões do comércio, da política e da defesa, em diversos graus de cooperação, rivalidade e confrontação com EUA e entre si (ALBUQUERQUE, 2005, p. 80).

Outro ponto para Albuquerque (2005, p. 187) que caracteriza a situação atual é a descontentação de forças conflitivas. Para Albuquerque, diferentemente do período da Guerra Fria, as relações internacionais entre os países caminham numa perspectiva de ameaça da paz mundial. A guerra contra o terrorismo é característica do momento atual, em que persiste o risco de um conflito global, pois outras economias centrais como Inglaterra e França, por exemplo, também se veem ameaçadas com relação a ataques de grandes proporções.

Outra interpretação é a de Hardt e Negri (2001). Esses autores têm uma visão distinta das concepções de Kennedy e Albuquerque sobre a ordem mundial, porque para eles está se materializando uma nova forma de dominação política, ou seja, império. Ambos criticam a concepção que defende a existência de um sistema harmonioso, “(...) como se essa ordem fosse um concerto harmonioso orquestrado pela mão neutra e oculta do mercado mundial (...)” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 21) em que o mercado seria o agente seu próprio regulador, numa concepção neoliberal, mas também criticam a ideia de que há uma única superpotência hegemônica ou de que prevaleça a unipolaridade no sistema internacional que nortearia a ordem internacional, para Hardt e Negri

(...) a segunda é a ideia de que a ordem é ditada por uma única potência e um único centro de racionalidade *transcendente* para as forças globais, guiando diversas fases de desenvolvimento histórico segundo um plano consciente, algo assim como uma teoria conspiratória da globalização (HARDT; NEGRI, 2001, p. 21, grifo do autor).

Para Goldman (2003, p. 183), a obra de Hardt e Negri foi recebida com comoção, e gerou uma série de resenhas, seminários e críticas; a mídia difundiu amplamente a referida obra por meio de entrevistas e debates. Escrito no contexto da guerra do Golfo e de Kosovo, *Império* foi publicado pouco antes dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e logo após a guerra do Afeganistão – questões que Hardt e Negri tiveram o cuidado de enfrentar.

O fato é que se tanto barulho transformou o livro em um *best-seller*, também contribuiu para que inúmeras dimensões nele presentes — as essenciais, creio, — permanecessem quase ocultas. Além disso, é curioso observar que menos de três anos depois de sua publicação ele pareça ter “saído de moda”, como se costuma dizer, expressão que revela bem o tipo de leitura

dominante e, ao mesmo tempo, indica que talvez já se tenha hoje um certo recuo para uma apreciação um pouco mais aprofundada (GOLDMAN, 2003, p. 184-185, grifo do autor).

De acordo com Kohan (2006, p. 347) poucos filósofos conseguiram alcançar milhares de leitores em nível mundial em um curto espaço de tempo, cuja obra tenha em poucas semanas se tornado um polêmico *best-seller*. Publicado nas capitais de diversos países, desde Nova York, Paris e Londres a Berlim, Madri, Buenos Aires e São Paulo, o encontro com a obra *Império* e com seus comentadores que analisam suas teses provocativas levantaram as controvérsias mais cristalizadas de todos os tempos.

Ecologistas e marxistas, feministas e economistas neoliberais, pós-modernos e pós-estruturalistas, nacionalistas terceiro-mundistas e populistas de variada pelagem, todos em uníssono, sentem-se desafiados e interpelados por *Império*. Este texto gera ódio ou adesão imediata. Rejeita as meias tintas e os matizes. É um livro apaixonante e apaixonado. Seus leitores não podem permanecer passivos depois de transitar por ele. Sua prosa é taxativa e terminante. Força os argumentos de tal maneira que os faz render frutos até o limite. Seguindo o estilo de seu mestre Louis Althusser; as formulações de Negri são propostas invariavelmente como teses, afirmam posições, ditam sentenças. Talvez por isso seu texto seja tão provocador e tenha gerado instantaneamente tanto alvoroço no mundo filosófico e na política, nas ciências sociais e na cultura de nossos dias (KOHAN, 2006, p. 348, grifo do autor).

Para Panitch e Gindin (2004, p. 21) ao citar as observações do marxista hindu Prabhat Patniak sobre o desaparecimento do conceito de imperialismo nas revistas marxistas na década de 1990, a obra conclui que o silêncio reflete sérios problemas analíticos dentro da própria teoria marxista do imperialismo, principalmente porque houve grande confusão para definir a localização das contradições do capitalismo contemporâneo. Essa confusão se deve ao fato de que havia, segundo Panitch e Gindin, nos anos 1970, aqueles que consideravam o “Terceiro Mundo” como resistência e única fonte de transformação do capitalismo. Nos anos 1980 predominou a visão das contradições crescentes nos países de capitalismo avançado, com a ideia de que a hegemonia norte-americana estava em declínio, por meio da queda do poder econômico, político e militar dos EUA. Somente na virada do século o termo “imperialista” foi retomado. Apesar de o tema voltar à cena na virada do século e de H&N serem um dos propulsores do retorno desse debate, não queremos dizer que eles partem de uma perspectiva marxista. Mesmo que o tema esteja no âmbito do marxismo suas teses não são marxistas, longe disso.

A popularidade do livro *Império* de Hardt & Negri já havia captado a nova conjuntura antes inclusive da segunda guerra no Iraque. Todavia, sua insistência (refletindo a noção muito difundida de que o poder de todos os Estados-nação havia se dissipado na era da globalização) em que “os EUA não constituem – e, na verdade, nenhum Estado-nação pode hoje fazê-lo – o centro de um projeto imperialista”, estava em bizarra contradição com os tempos que correm (PANITCH; GINDIN, 2004, p. 22, grifo do autor).

Boron (2004, p. 134), ao analisar a problemática da nova hegemonia mundial, aponta que há um consenso de que o sistema imperialista mundial entrou numa nova fase de sua evolução. Para ele, os defensores do neoliberalismo não demoraram para anunciar que a globalização colocava em xeque a idade do imperialismo. Se os intelectuais de direita não viam a hora de aplaudir as novidades como uma radical ruptura com o passado imperialista, na esquerda a confusão foi provocada quando um dos seus representantes mais respeitados publicou *Império* em 2000, cujo texto expressava a superação histórica do imperialismo. Estávamos, então, diante de uma nova realidade política e econômica em nível mundial que Hardt e Negri denominariam “império”:

Um império, claro, sem relações imperialistas de dominação. Império sem imperialismo, dito num jogo de palavras cujo efeito mais importante foi produzir o desarmamento das forças sociais contestatórias. Dado que examinamos *in extenso* essas teses – sustentadas fundamental, mas não unicamente por Michael Hardt e Antonio Negri – em outro lugar, não tentaremos refutá-las uma vez mais neste texto (BORON, 2004, p. 135, grifo do autor).

Para Rush (2006, p. 307), após a leitura do volumoso livro de Hardt e Negri, as sensações que o livro lhe provoca são ambíguas e contraditórias, como para muitos leitores que pensaram e opinaram sobre suas teses, mas também considera-o uma obra brilhante e reveladora, delirante, irritante e até indignante.

*Império* é uma nova moda? H&N são dois novos meteóricos Fukuyamas destinados a serem esquecidos tão logo se apague o fulgor publicitário de sua aparição? Creio que não, que eles permanecerão algum tempo entre nós. Tanto seus defensores como seus críticos, salvo exceções, reconhecem que o espetacular êxito comercial das numerosas edições de *Império* radica, pelo menos em parte, numa autêntica necessidade de muitos de nós de compreender uma situação planetária que parece desafiar interpretações e práticas herdadas: econômicas, políticas, culturais (RUSH, 2006, p. 307, grifo do autor).



Na obra *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, é desenvolvida a tese de que na sociedade atual uma nova ordem mundial está em processo de desenvolvimento. Nela, o imperialismo que outrora havia expandido seus tentáculos agora abre caminho a uma nova forma de organização política do capitalismo, denominado império. Não se trata de uma metáfora aos períodos gloriosos da Roma antiga, mas de um novo fenômeno social que se apresenta diante da pós-modernidade. O livro foi lançado em 2000, com o objetivo de compreender a globalização enquanto reflexo do enfraquecimento da soberania do Estado-nação; assim, o declínio da soberania seria um sintoma da transição de uma soberania nacional para a formação de uma nova soberania que une organismos nacionais e supranacionais, ou seja, uma soberania imperial (HARDT; NEGRI, 2001, p. 11-12).

Nesse sentido, império é uma nova forma de dominação política e econômica que surge com fim do imperialismo. Segundo os autores de *Império*, este se caracteriza a partir da transformação que vem ocorrendo em torno das relações entre os Estados no sistema internacional no que tange à soberania nacional, uma vez que organizações multilaterais são criadas e passam a estabelecer regras normativas nas relações comerciais, financeiras e a interferir nas políticas econômicas de determinados países. Outro aspecto das mudanças ocorridas é a consequência que a globalização da produção traz à reorganização do capitalismo. Diante da reestruturação produtiva do capital e a nova organização da classe trabalhadora, os fluxos entre os países têm aumentado e intensificado constantemente; ao mesmo tempo em que esse processo torna a produção de mercadorias cada vez mais global, diferentemente do imperialismo dos séculos XIX e XX, quando um país buscava um mercado consumidor para suas mercadorias. Na nova ordem, o mercado e a fábrica também se tornam global, e o antigo proletariado enraizado sob bases nacionais agora se vê diante de um mundo sem pátria, em que os trabalhadores se tornam multidões diante do processo de globalização das mercadorias e da produção.

De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri, o império é pressuposto fundamentalmente pela ausência de fronteiras, isto é, nenhum território ou espaço físico delimita o seu poder, e este poder não tem limites políticos e territoriais. Em segundo lugar, trata-se de um regime sem fronteiras temporais e não do resultado de um desenvolvimento histórico, ou seja, está fora da história ou no fim da história. Em terceiro lugar, o império não administra as relações políticas, econômicas, territoriais ou de suas populações, mas cria o próprio mundo em que vivem. O objeto de seu governo é a vida social como um todo, e ele se apresenta como uma forma paradigmática de biopoder. Finalmente, o império difunde a ideia de uma paz perpétua e universal fora da história (HARDT; NEGRI, 2001, p. 42-43).

O império passou a se materializar a partir da segunda metade do século XX. Naquele cenário, o imperialismo, construído na segunda metade do século XIX, começou a desmoronar, paralelamente aos processos de globalização das mercadorias e da produção a partir da década de 1970, que se foram intensificando ao mesmo tempo em que houve um processo de abertura do regime soviético ao mercado do capitalismo mundial. Surgia uma nova ordem global, uma nova estrutura e lógica de comando, um poder supremo que governaria o mundo, no qual o império viria a ser a forma política dessa nova ordem mundial. Apesar das comemorações que surgiam em torno da ideia de que nesse novo contexto a soberania política estivesse em declínio, as relações econômicas tornaram-se mais independentes de controles estatais e os fluxos de pessoas, tecnologias, dinheiro e bens, porque elas não respeitam ou não se limitavam às fronteiras nacionais, nas quais o Estado-nação perde seu poder de regular esses fluxos e de impor sua soberania sobre a economia (HARDT; NEGRI, 2001, p. 11).

De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri, o que está em declínio não é a soberania como tal, mas a soberania dos Estados-nação. Origina-se, pois, uma soberania imperial composta de organismos nacionais e supranacionais. O declínio da soberania do Estado-nação é um dos principais sintomas do fim do imperialismo e a chegada do império. O imperialismo era uma extensão da soberania dos Estados-nação europeu para além de suas fronteiras, que exercia controle sobre territórios externos por meio de barreiras que facilitavam e obstruíam o fluxo de produção e circulação. Ao contrário disso, o império não estabelece um centro territorial de poder e tampouco se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. Trata-se de um aparelho de descentralização do poder político por meio de organismos nacionais e supranacionais, bem como de um mecanismo de desterritorialização dos processos produtivos que incorpora o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12).

O processo de globalização e a nova ordem mundial são identificados como resultado das posições políticas e econômicas dos Estados Unidos nas relações internacionais, nas quais os simpatizantes são formados pela direita ultraconservadora do Partido Republicano, que glorificam o país como expoente do mundo e única superpotência, enquanto outros o denunciam como imperialista. Os dois pontos de vista partem do pressuposto segundo o qual os Estados Unidos desempenham o poder global que os europeus não conseguiram manter. Se o século XIX foi da hegemonia britânica, o século XX foi da hegemonia norte-americana, ou seja, se a modernidade foi europeia, a pós-modernidade é norte-americana. De acordo com os autores de *Império*, os Estados Unidos não são – e nenhum outro país pode ser – o centro de

um novo projeto imperialista. Se os Estados Unidos detêm um papel importante no império, isso ocorre pelo caráter imperial da constituição dos Estados Unidos; “Thomas Jefferson, os autores da *Federalist*, e outros fundadores ideológicos dos Estados Unidos [que] se inspiraram no antigo modelo imperial (...)” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14) acreditavam estar criando um império, cujas fronteiras estariam abertas e em expansão, e em que o poder seria distribuído em redes; essa concepção imperial sobreviveu ao longo da história da constituição dos Estados Unidos e foi divulgado em escala global.

De acordo com Atílio Boron (2006, p. 501), as discussões acerca do tema do imperialismo, que na década de 1960 tinha uma centralidade nas discussões da esquerda, desapareceram nos anos seguintes, e reapareceram no início do novo milênio, após a erupção das contradições do sistema capitalista, quando já não foi mais possível ocultar a essência da dominação imperialista, representada na sua figura central: Estados Unidos. Se antes os teóricos defensores das políticas imperialistas tentavam camuflar as ações do imperialismo atrás de uma cortina de fumaça em torno do enfrentamento entre os países capitalistas e os países socialistas no período da Guerra Fria, atualmente esses teóricos não têm a menor timidez em assumir o caráter imperialista dos Estados Unidos, argumentando, a partir de preceitos éticos e políticos, que esse Estado teria uma vocação natural e assumiria uma postura benéfica de levar a democracia aos quatro cantos do mundo, bem como a liberdade de comércio enquanto condição indispensável para se conquistar uma democracia.

No entanto, assistimos à efetivação das políticas econômicas neoliberais por meio do discurso da globalização, pois era difundido para os governos, sobretudo dos países em desenvolvimento, que adotar uma política neoliberal significava entrar num processo de modernização e desenvolvimento do país, trazendo melhorias para o desenvolvimento econômico e social ao país como forma de permitir que este integrasse o quadro dos países desenvolvidos. As reflexões sobre o imperialismo mostravam-se cada vez mais pertinentes, e a guerra desenfreada contra o Afeganistão e no Iraque foram o desfecho almejado para atingir plenamente as ambições dos falcões de Washington.

Segundo Atílio Boron (2006, p. 504), quando Michael Hardt e Antonio Negri publicam *Império* em 2000, eles trazem à tona a centralidade do tema imperialismo para o mundo acadêmico, mas também para os grandes meios de comunicação de massa que abriram espaço para os dois intelectuais de esquerda. O impacto de sua publicação entre os intelectuais é imenso: vários textos os sucederam, cujas formulações, direta ou indiretamente, confirmavam ou questionavam sua teses.

Como exemplo, das produções que Boron afirma, recordemos a série de artigos e livros que discutiram às teses da obra *Império*, como, Alan Rush em *A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos*; Nestor Kohan *O Império de Hardt & Negri: Para além de modas, “ondas” e furores*; Bellamy Foster em *Imperialism and Empire*; Alberto Bonnet em *Suponiendo a Neptuno. Um comentário crítico de Império*; Claudio Katz em *El imperialismo Del siglo XXI*; James Petras em *Imperio com imperialismo*; Josefina Ludmer em *Una agenda para las multitudes*; José Seoane e Emilio Taddei em *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre*; e Zizek Slavoj em *Comentário de Empire*, dentre tantos outros que debateram acerca das dimensões e dos problemas que dizem respeito à dominação política contemporânea. Suas teses defendiam a ideia de que o surgimento do império apontava o fim do imperialismo, pois para eles com a desapareição do Estado-nação chega ao seu fim.

Assim, passaria a existir uma nova lógica de dominação: o império, que se caracteriza pela forma desterritorializada, em que não há territórios a serem dominados porque o império domina todos os territórios; não há fronteiras para a dominação imperial. Tal afirmação teórica, de acordo com Atílio Boron (2006, p. 506), se dava pela perda de legitimidade empírica das teorias clássicas do imperialismo, frente às transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX, com base em três premissas da teoria clássica do imperialismo. A primeira diz respeito ao pressuposto de que a expansão imperialista é resultado da crise econômica; a segunda defende que o conflito econômico levaria os países ao conflito militar; e a terceira afirma que a própria expansão imperialista colocaria fim ao imperialismo, pois este já teria se apropriado de todo os mercados.

Entretanto, como confirma Boron, essas premissas estavam perdendo seu reflexo na realidade. O período final da década de 1940 trazia os chamados “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, época de maior crescimento econômico, resultado das políticas keynesianas, do *New Deal* nos Estados Unidos e do Estado de Bem estar na Europa: “Nunca antes o capitalismo havia crescido simultaneamente em tantos países, por tanto tempo e a taxas tão elevadas” (BORON, 2006, p. 506). O autor explica que naquele período houve o aumento da interferência dos Estados Unidos na América Latina, que ficou caracterizado na historiografia como a política do *Big Stick* (política do porrete), bem como de maior expansão do imperialismo americano no globo. Ele colocou em cheque a premissa de que a expansão imperialista é resultado de uma crise econômica, dado que no momento em que ocorreu um aumento na expansão do imperialismo americano houve também o crescimento do capitalismo em vários países simultaneamente.

De acordo com Atílio Boron (2006, p. 507), a segunda premissa de que a rivalidade econômica entre os países desenvolvidos resultaria num conflito armado, como aconteceu com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, não se sustenta mais, já que o papel que os Estados Unidos passaram a executar na estrutura do sistema imperialista, diferentemente do “concerto de nações” que se encontrava na cúpula desse sistema no início do século XX, talvez explicasse a ausência de um conflito militar entre os países que mantêm concorrência econômica.

Por fim, a premissa de que a expansão imperialista do sistema seria detida quando toda a superfície terrestre fosse submetida às influências das relações de produção não se evidenciou, pois as novas fronteiras agora são econômicas, como acrescenta Boron: “Esgotados os espaços de expansão territorial, o imperialismo volta-se sobre a sociedade e desata um selvagem processo de mercantilização universal: tal é o caso dos serviços públicos e da agricultura, entre outros” (BORON, 2006, p. 508). Assim, o imperialismo passa a ter outras possibilidades de expansão capitalista além do território – por exemplo, o contexto das políticas econômicas neoliberais que passam a ser introduzidas nos anos 1960-1970 nos países desenvolvidos e 1980-1990 nos países em desenvolvimento, sobretudo nos países da América Latina. A parcela latina do continente americano abre as portas para essa nova forma de exploração do capital, às privatizações dos serviços públicos, à desregulamentação do sistema financeiro e das leis trabalhistas, e abre, também, caminho para novos processos de mercantilização.

Somado a esses três pressupostos da teoria clássica do imperialismo; “(...) formuladas nas duas primeiras décadas do século vinte por Hobson, Hilferding, Lênin, Bukarin e Rosa Luxemburgo, para mencionar apenas suas principais figuras” (BORON, 2006, p.506); mencionado anteriormente e que entrou em crise pela perda – ao menos parcial – de sua importância concreta, houve também outras transformações que ocorreram ao longo da segunda metade do século XX e que contribuíram para uma modificação no funcionamento do capitalismo contemporâneo. Primeiramente, ocorreu o processo de financeirização<sup>1</sup> da economia mundial, ou seja, com o fim do tratado de Bretton Woods e do câmbio flexível que passou a ser flutuante, bem como diante da abertura do mercado financeiro, o capital financeiro passou a ter maior mobilidade territorial e a se mover constantemente à procura de maior rentabilidade econômica sem ter de arcar com taxas para retirar seu capital de um

---

<sup>1</sup> Com esse termo queremos dizer o processo em que houve uma maior integração e dependência dos mercados financeiros pelo mundo.

determinado mercado financeiro. A partir da década de 1970, foi implementada uma política de flexibilização do sistema financeiro:

A nova superestrutura financeira levantada depois dos anos 1970 viabilizou a chamada financeirização, quer dizer, a diminuição acentuada das restrições com as quais as empresas se deparavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva ao privilegiar as aplicações financeiras em detrimento dos investimentos produtivos (Salama, 2000, p.05-47 *apud* BALANCO; PINTO, 2005, p. 69).

Houve, assim, a abertura de mercado em diversos países, de forma que o capital especulativo passasse a desempenhar um papel preponderante em relação ao capital industrial, comercial e de serviços. Além disso, há o papel central que os Estados Unidos assumem como potência na estrutura imperialista mundial, após a extinção da União Soviética e pós-Guerra Fria. Em terceiro lugar, trata-se das novas formas de dominação que surgem em decorrência da criação de organismos não-governamentais, que passam a regular as relações entre os Estados, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Interamericano de Desenvolvimento que, no caso da América Latina, desempenha função estratégica na implementação das políticas governamentais que facilitam o controle do capital externo sobre as economias dos países em desenvolvimento.

De acordo Michael Hardt e Antonio Negri, há um “império sem imperialismo”, pois com o processo de globalização da produção, de mercadorias e serviços, as grandes empresas deixam de ter uma base nacional. Nesses processos de globalização da produção ou reestruturação produtiva, para alguns autores, as empresas se tornam cada vez mais independentes dos países de origem; ao mesmo tempo em que a produção é realizada na China, a estratégia de marketing é montada na Europa, a matéria-prima vem da América Latina, a direção da empresa situa-se nos Estados Unidos e o produto é comercializado ao longo do globo. A empresa não se restringe mais a um território nacional e à sua legislação.

A financeirização da economia internacional faz com que os países em desenvolvimento sofram um aprofundamento da dependência externa, porque a flexibilização do sistema financeiro faz com que haja a liberdade de movimento do capital especulativo, e tal resultado das novas diretrizes econômicas passam a servir de bússola para que os países se orientem, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde o capital fictício inunda a economia, além de tomar parte central no controle das políticas neoliberais de desregulamentação da economia, do câmbio flutuante e de altas taxas de juros juntamente

com a desregulamentação das leis de mercado de trabalho, da saúde e de telecomunicações. Assim, passa a existir uma nova configuração sistêmica, isto é, o império. O fim do Estado-nação também é uma característica desse modelo sistêmico, dado que no contexto de globalização e financeirização as transnacionais não se submetem à jurisdição e às autoridades dos países, mas, ao contrário, influenciam as decisões políticas de seus respectivos governos.

Boron (2006) e Foster (2006), por sua vez, afirmam que o conceito de imperialismo reaparece de maneira inesperada a partir de seu centro (os EUA). Para Foster (2006) apesar de o termo imperialismo ter desaparecido por quase todo o século XX dos discursos políticos e não ser utilizado na academia norte-americana ele é retomado no contexto da “guerra ao terrorismo”.

De repente, isso já não é certo em nossos dias. Intelectuais e membros da elite política norte-americana estão abraçando calorosamente uma aberta missão “imperialista” ou “neo-imperialista” dos Estados Unidos, reiteradamente enunciada nos meios escritos mais influentes como o New York Times e o Foreign Affairs. Este ardor imperialista é em muito devido à guerra contra o terrorismo empreendida pela administração Bush, a qual está tomando a forma de conquista e ocupação do Afeganistão e – se suas ambições se concretizarem – também do Iraque (FOSTER, 2006, p. 470).

Segundo Boron (2006) a reaparição do conceito de imperialismo não somente na periferia do sistema capitalista, mas também no seu centro, nos Estados Unidos, se deve as conseqüências das políticas neoliberais neste país e da conjuntura internacional.

(...) pelo ressurgimento da discussão em torno ao imperialismo não apenas na periferia do sistema capitalista, mas também em seu próprio núcleo fundamental: Estados Unidos. De fato, não é um mistério para ninguém que, se o tema foi reinstalado nos meios acadêmicos e no espaço público da América Latina, isso foi em grande medida possível porque primeiro “entrou na moda” nos Estados Unidos. A ninguém escapa que a dinâmica social desencadeada nesse país como conseqüência das políticas neoliberais (que adquiriram ressonância universal com as grandes mobilizações de Seattle) e as crescentes tensões e contradições que a dominação imperialista desencadeou no cenário internacional –no qual o arrasamento do Afeganistão e a invasão e posterior ocupação militar do Iraque sobressaem por sua crueldade e dramatismo- jogaram um papel decisivo na abertura de um debate que, não por casualidade, não pudera ser aberto pelas longas e heróicas lutas da resistência antiimperialista da periferia (BORON, 2006, p. 502)

No entanto os termos império e imperialismo econômico, militar ou cultural embora fossem retomados na mídia e na academia norte-americana e mundial como benéficos, são vistos como dissociados do capitalismo.

Entretanto, dentro do discurso do *establishment* há regras para esta reapropriação dos conceitos de “império” e “imperialismo”. As motivações excepcionalmente benévolas dos Estados Unidos devem ser enfatizadas. Aqueles que propõem o novo imperialismo devem limitar-se aos conceitos militares e políticos de império e imperialismo (evitando qualquer sentido de imperialismo econômico). E devem evitar todas as noções radicais que vinculam o imperialismo ao capitalismo e à exploração. (FOSTER, 2006, p. 473, grifo do autor).

Para Garcia (2010) Benjamin Cohen foi um dos poucos autores não marxistas a pesquisar o tema do imperialismo nas décadas de 1970. Segundo Garcia, Cohen afirma que o conceito ficou restrito a publicação de panfletos políticos, tendo sido necessário um método adequado para reavaliá-lo de maneira objetiva e mais neutra. Assim, o autor define imperialismo como um tipo de relações internacionais caracterizada por uma assimetria particular baseada na dominação e na dependência.

(...) tipo de relações internacionais caracterizadas por uma *assimetria* particular - a assimetria de *dominação* e *dependência*. (...) O imperialismo refere-se àquelas relações particulares entre nações inerentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício real da influência sobre o comportamento (COHEN, 1976, p. 20, grifo do autor *apud* GARCIA, 2010, p. 157).

Garcia (2010, p. 157) afirma que “O conceito seria operacional. A forma do imperialismo pode ser o controle direto, por meio da extensão da soberania política, ou indireto, com penetração econômica e pressões diplomáticas ou militares”.

Por outro lado, o que se verifica no sistema internacional é a relevância de outros atores e de outras economias, bem como o rearranjo da política econômica mais ortodoxa de cunho neoliberal em que se objetiva a ascensão ao poder político-econômico, como ocorre no caso de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Tal política tem como teórico fundador Hayke. Nesse sentido, as categorias de império e imperialismo se tornam mais complexas e, por isso, necessitam de uma maior investigação.

A hipótese deste trabalho é a de que as transformações que marcam uma mudança teórica, isto é, de imperialismo para império, e de classe operária para multidão, antes de apontar o fim do imperialismo, são fenômenos que resultam da experiência política de Negri



no operarismo italiano que culminou com seu pessimismo diante dos movimentos operários enquanto sujeito histórico da revolução, e em seu lugar surge a multidão como sujeito político. Por isso, torna-se necessário entender a categoria de império, ou seja, para compreendermos a obra *Império* de Hardt e Negri, é necessário passar pela compreensão da categoria de multidão. O vínculo existente entre multidão e império está na ideia de que o primeiro é resultado das transformações que ocorrem com a reestruturação produtiva do capital, modificando as formas de dominação, anteriormente, imperialistas dando lugar ao segundo, ou seja, império.

Para isso será necessário compreendermos categorias de império e imperialismo no âmbito em que, apesar de suas contradições, a política econômica neoliberal se torna majoritária. Também será necessário compreender alguns pressupostos, como o declínio da soberania do Estado-nação; o surgimento de um novo sujeito histórico à multidão e as transformações que ocorrem no mundo do trabalho a partir das décadas de 1960 e 1970. Esses pressupostos são fundamentais para sustentação da tese de Michael Hardt e Antonio Negri, segundo a qual há uma nova forma de dominação denominada império. Assim, ao analisar as premissas e reflexões de autores que defendem uma continuação do imperialismo em contraponto às afirmações de Hardt e Negri, esta pesquisa busca compreender as ideias desses pensadores, bem como seus limites e possibilidades na política contemporânea.

Os quatro capítulos seguintes apresentam uma análise dos pressupostos defendidos nas obras *Império* e *Multidão*. O primeiro capítulo aborda as mudanças ocorridas nas últimas décadas em torno das relações interestatais, com base nas relações estabelecidas nos organismos supranacionais. Essas mudanças passam pelo debate em torno da ideia de soberania, justificativa central que sustenta afirmação de Negri e Hardt segundo a qual vivemos uma nova forma de dominação política, embasada no fim da soberania nacional. O segundo capítulo tem como objetivo compreender o conceito de multidão como uma possível resposta ao surgimento de um novo sujeito histórico sob a luz da fragmentação da classe trabalhadora. Tanto para Negri quanto para Hardt, a multidão seria uma espécie de antípoda de império; nessa relação se encontram duas forças: uma que tende a dominar e a outra que resiste a essa dominação. Aqui, a multidão surge como força transformadora do império. O terceiro capítulo apresenta uma análise do processo de reestruturação da produção que se inicia em meados das décadas de 1960 e 1970, modificando as relações de exploração de mais valor e, conseqüentemente, aumentando a taxa lucro do capital. O desenvolvimento das forças produtivas contribui ainda mais para fragmentação da soberania do Estado-nação – não somente a soberania política, mas a soberania econômica do estado nação. O quarto e último

capítulo apresenta a militância política e teórica de Antonio Negri no operarismo italiano, onde ele viria a encontrar o cerne do conceito de multidão, além das razões para inflexão teórica que Negri toma, bem como da conclusão que chegaria à formulação de império enquanto dominação política no lugar do imperialismo.

Os três primeiros capítulos têm como objetivo central apresentar as ideias centrais de império que justificam a sua existência e analisar referências pesquisadas. Falamos, aqui, do debate em torno das novas formas de relações interestatais, assim como do desenvolvimento da globalização da produção são indícios, segundo Negri, de uma forma de dominação que supera o imperialismo. Nesse âmbito, a multidão seria o único sujeito possível que poderia destruir a dominação de império. O quarto e último capítulo é fundamental para entendermos a guinada que Antonio Negri dá ao longo de sua militância política e teórica entre o período que vai da sua participação no operarismo italiano à formulação teórica de *Império* e *Multidão*. Eis, pois, um dos objetivos desta dissertação: demonstrar que o pessimismo e as conclusões teóricas de Negri se devem às suas experiências durante o operarismo italiano.

## **CAPÍTULO 1 - O DECLÍNIO DO ESTADO-NAÇÃO E A IDEIA DE UMA SOBERANIA IMPERIAL**

O capitalismo só tem êxito quando começa a ser identificado com o Estado, quando é ele o próprio Estado.

Fernand Braudel

A soberania é um dos aspectos do Estado-nação a atrair atenção devido às mudanças ocorridas nas relações institucionais entre os Estados. O objetivo deste capítulo é compreender como ocorre o declínio da soberania do Estado-nação, ideia relevante na construção do pensamento de Hardt e Negri para chegarmos ao surgimento de uma soberania imperial. A transformação ocorre num contexto da globalização em que o Estado-nação possui seus limites redefinidos a partir desse fenômeno. De acordo com Anthony Giddens (2001), tal fenômeno é a intensificação das relações mundiais que estabelecem fluxo entre os diferentes lugares do planeta e, assim, os acontecimentos que ocorrem há milhares de milhas refletem em acontecimentos locais. Pela própria natureza inerente a si, a globalização é um processo de expansão que não se submete às fronteiras nacionais: os Estados se preocupam em demarcar seus próprios limites, posto que a demarcação de território é uma das funções do Estado moderno.

O Estado moderno surgiu a partir do século XVIII, durante a Revolução Francesa, quando o Estado era composto por uma nação homogênea, resultado de um conflito social e político, definida a partir de critérios étnicos e linguísticos. Tal conjunto de critérios já não reflete mais a realidade do século XX, pois os nacionalismos que vêm ocorrendo a partir do final da Segunda Guerra Mundial em torno da descolonização deixam clara a divisão feita pelas potências imperiais do início do século XIX, pois fazem a partilha dos territórios que receberiam sua influência. Ao fazê-lo, não levaram em conta, por exemplo, as diferenças étnicas e linguísticas dos povos africanos, e criaram divisões entre Estados que desconsideraram as fronteiras étnicas. Isso ocorreu também no leste europeu, onde os conflitos nacionalistas tinham sido contidos com a revolução soviética em outubro de 1917, tornado-se um Estado com diversas distinções étnicas agrupada em uma República Socialista Soviética. Era o caso, por exemplo, da antiga Iugoslávia que, sob a direção do Marechal Tito, conteve as revoltas de sérvios, croatas e eslovenos. Dito de outro modo, a grande conquista do regime comunista em países multinacionais foi a de barrar no interior desses países as

consequências do nacionalismo. Desse modo, a revolução na Iugoslávia teve ponto positivo, porque evitou que as nacionalidades se massacrassem entre si no interior de suas próprias fronteiras, apesar das tensões nacionalistas ressurgirem a partir de 1988 (HOBSBAWM, 2002, p. 275).

A nação hoje está prestes a perder uma parte importante de suas velhas funções, a saber, aquela constituída de uma economia nacional determinada por um espaço territorial em determinadas regiões do mundo. Depois da Segunda Guerra Mundial, ou mais especificamente a partir dos anos 1960, as economias nacionais passaram a ser corroídas pela nova divisão internacional do trabalho, mediante a criação de redes de transações econômicas, multinacionais ou transnacionais fora de controle dos governos dos Estados. De acordo com Hobsbawm, na obra *Nação e nacionalismo desde 1870*, a única economia nacional em funcionamento no final do século XX é a japonesa. Assim, as velhas economias mundiais foram substituídas por associações ou federações maiores que os Estados-nação, como a antiga Comunidade Econômica Europeia, que após o seu fracasso, surge outro bloco econômico denominado União Europeia na década de 1990. Além disso, organismos internacionais se formam com a função de controlar a economia mundial entre os países, estabelecendo as regras de funcionamento, como OMC (Organização Mundial do Comércio) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Segundo Hobsbawm (2002), no mundo atual vivemos uma combinação entre tecnologia do final do século XXI e o comércio do século XIX, com centro comercial típico do período da Idade Média, isto é, as chamadas “zonas industriais”, cuja função é remover as transações econômicas do controle do Estado-nação, uma vez que essas zonas estão situadas fora do território, como é o caso das cidades-estados de Hong Kong e Cingapura. Isso não significa, porém, que as funções econômicas do Estado estejam prestes a acabar: ao contrário, nos Estados capitalistas ou não capitalistas dos anos 1980, as funções econômicas cresceram, apesar das políticas neoliberais, pois apesar de a administração, o planejamento e a direção estatal serem reduzidos ou distanciados, as receitas e despesa públicas ganham peso bem maior nas economias de Estados, por meio de mecanismos de bem estar sociais e fiscais. Desse modo, o Estado nacional torna-se ainda mais importante na vida dos habitantes mundiais do que antes. Essa análise aponta, pois, as contradições em torno do discurso de que há uma perda de soberania do Estado-nação, uma vez que o Estado continua exercendo seu papel na política econômica do país.

Os conflitos políticos básicos, que hoje são mais prováveis de decidir o destino do mundo, pouco se relacionam com os Estados-nação, pois por meio século não existiu um

sistema estatal internacional do tipo europeu do século XIX, mas uma bipolaridade entre duas superpotências mundiais: Estados Unidos e União Soviética. Entretanto, a partir do final da década de 1980, um sistema multilateral passou a ser desenhado, dado o fim da bipolaridade causada pelo enfraquecimento econômico das duas superpotências para manter seus papéis principais. No novo sistema multilateral, contudo, as nações não desempenhariam um papel central porque em tal sistema quem teria maior peso seriam as unidades, bem mais amplas, de Estados cuja forma não seria dada a partir das agitações nacionalistas, separatistas, características do final do século XX. Mesmo os movimentos nacionais existentes atualmente desistiram, na prática, de idealizar uma independência estatal como seu objetivo central. Eles se voltam a uma luta contra a burocratização do Estado, ou seja, sua centralização é econômica e cultural.

De acordo com Hobsbawm as nações e o nacionalismo no momento atual possuem um significado que difere do programa político dos séculos XIX e do início do século XX. Não equivale a dizer que hoje exista menos nacionalismo, mas que no atual contexto internacional de transformações econômicas, políticas e culturais esses movimentos sofrem influências decorrentes das mudanças no interior das próprias nações que vão resistindo, adaptando, absorvidas ou deslocadas pela nova reestruturação supranacional do mundo.

Por fim, os estados nacionais continuam sendo atores cruciais na economia mundial, e instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, dentre outras, também mantêm um papel importante nas decisões que regulam os rumos da economia mundial e que estabelecem pressões políticas, ideológicas e econômicas aos países, sobretudo os que estão em desenvolvimento. Um estudo elaborado por Harvey (2008) é aqui apresentado porque propõe a ideia de que as políticas neoliberais surgem em um período de restauração da classe dominante, para defender a hipótese de que o processo ocorreu na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, com as transformações no mundo do trabalho, isto é, na esfera da produção e as políticas neoliberais. Ambos os processos que interferem na dinâmica do Estado-nação, ou seja, na sua soberania, são mudanças que apontam a uma reorganização da burguesia enquanto classe e que redefinem o imperialismo ou o império nas relações internacionais (HARVEY, 2008, p. 40).

O período de ascensão das políticas neoliberais, de acordo com David Harvey (2008), foi um momento de reestruturação do poder econômico da burguesia, do aprofundamento da financeirização do capital. Tal característica seria, talvez, evidência de que o período pós-Guerra Fria não é a configuração de um império, mas de imperialismo. No entanto, ao

contrário do que Hardt e Negri assumem – como um período de declínio da soberania do Estado-nação que abre espaço para o surgimento de uma soberania imperial –, as análises de David Harvey e Atílio Boron demonstram que se o poder do Estado-nação não está mais forte, tampouco está em vias de desaparecer, e continua a ser uma ferramenta imprescindível para uma nova forma de acumulação capital e sua reorganização no sistema internacional.

Para que se possa entender por quê ocorre uma ascensão do pensamento neoliberal, é fundamental apresentarmos uma discussão do período anterior à sua hegemonia, para que não se retomem as condições caóticas da crise dos anos 1930 que balançou as estruturas dos poderes capitalistas e até mesmo de rivalidades entre países que levaram à Segunda Guerra mundial. Foi criada uma nova ordem internacional em torno dos acordos de Bretton Woods e instituição de organismos internacionais que gerenciariam as relações entre os países com a finalidade de manter a harmonia nas relações internacionais, nos foros de discussões comerciais, financeiras, políticas e militares.

Na análise de Harvey, várias formas de organização político-econômica surgem depois da Segunda Guerra Mundial na Europa, para defender a ideia de que Estado deveria preocupar-se com políticas de pleno emprego, com crescimento econômico e de bem estar dos cidadãos.

Os próprios Estados Unidos passaram a seguir uma forma democrática liberal de Estado, e o Japão, sob a estreita supervisão dos Estados Unidos, construiu um aparato de Estado nominalmente democrático, mas na prática altamente burocrático, ao qual se atribuiu a responsabilidade de administrar a reconstrução do país. O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico, no bem estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “Keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um “compromisso de classe” entre capital e trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranquilidade domésticas (HARVEY, 2008, p. 20).

Essa forma de gerenciar a economia nacional ficou conhecida como “liberalismo embutido” e foi praticada pelos países capitalistas avançados, tendo obtido um elevado crescimento econômico entre os anos de 1950 e 1960. Tal gerenciamento ocorreu por meio de medidas que objetivavam assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno.

Nos países capitalistas avançados, a política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio de controle do capital), a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminharam lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas. O ciclo de negócios foi controlado com sucesso mediante a aplicação de políticas fiscais e monetárias keynesianas (HARVEY, 2008, p.21).

As políticas keynesianas não sustentariam por muito tempo: em breve, começaram a apresentar sinais de esgotamento e estagnação do crescimento da acumulação de capital, solapando as bases da elite econômica. Vale destacarmos que as políticas de intervenção do Estado daquele período foi uma saída tomada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como uma alternativa em relação ao retorno das condições catastróficas que ocorreram na crise dos anos de 1930, que balançaram a estrutura de poder da burguesia. Foi também uma forma de impedir as rivalidades estatais que levaram à guerra (1939-1945). Assim, realizou-se um acordo de classes entre capitalistas e trabalhadores, que garantia a manutenção e crescimento, em certa medida, do poder econômico da burguesia e políticas que assegurassem conquistas de direitos para a classe trabalhadora, tais como o salário social, isto é, sistemas de bem estar na área da saúde e educação, dentre outras.

No entanto, quando o liberalismo embutido começou a apresentar sinais de estagnação no final dos anos de 1960, o aumento da taxa de inflação, o crescimento do desemprego e as crises fiscais passaram a rondar os países europeus: “(...) a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-1976, enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam” (HARVEY, 2008, p. 22). Criou-se, pois, uma estrutura de bem estar social que ajudaria a população a passar por momentos de estabilidade financeira, e a sociedade assistiu ao aumento da procura dos sistemas de assistência social por parte da população desempregada.

Os acordos assumidos em Bretton Woods já não se mostravam eficazes e foram deixados de lado, juntamente com as políticas keynesianas que não funcionavam. Sendo assim, era necessário dar uma resposta à crise que cada vez mais se acentuava. De um lado, havia os que acreditavam que ainda era pertinente aprofundar o controle e a regulação do Estado sobre a economia:

Uma resposta consistiu em aprofundar o controle e a regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas (incluindo, se necessário,

reprimir as aspirações do trabalho e dos movimentos populares por meio de medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços) (HARVEY, 2008, p. 22).

A tentativa de responder à crise eminente foi colocada em prática por governos cuja liderança era composta por partidos socialistas e comunistas da Europa que, de acordo com Harvey (2006), tinha experimentos na Itália, na Espanha e em Portugal, com grande adesão das camadas populares e mesmo nos Estados Unidos – onde o Congresso, com maioria democrata, aderiu aos movimentos de reformas regulatórias no início da década de 1970. No entanto, esses movimentos não conseguiram ir além das soluções já experimentadas anteriormente e que já tinha mostrado o seu esgotamento, porque eram incompatíveis com os requisitos de regulação do capital e dos fluxos de capital que pressionavam o sistema de taxas de câmbio fixo. Por outro lado, havia os que defendiam o restabelecimento das liberdades de mercado. Estes se tornaram o grupo predominante nas políticas neoliberalizantes na segunda metade da década de 1970.

Mediante o fim da eficácia das políticas keynesianas, os capitalistas passaram a projetar um programa de reconstrução de seu poder econômico que, mais tarde, configurar-se-ia numa revolução passiva – momento que em a classe dominante, vendo-se ameaçada quanto aos seus ganhos econômicos e sua liderança política, formularia valores e ideais em torno de um segmento da burguesia para poder colocar em prática um projeto de restabelecimento da acumulação de capital e do poder das elites econômicas. Para se proteger rapidamente da aniquilação política e econômica, as elites precisavam formular uma alternativa. A saída foi fomentar e investir pesadamente em pesquisas em instituições econômicas e em centros de discussão universitários, e logo seria preciso colocar em curso as análises desenvolvidas naqueles espaços.

Os Estados Unidos financiou estudos de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde 1950. Esses economistas, que depois compuseram a Universidade Católica de Santiago, se tornaram conhecidos como “*The Chicago Boys*”, os quais após o golpe de Pinochet assumiram altos cargos no governo e puderam colocar em prática, com apoio dos Estados Unidos, os ideais da política neoliberal, tornando-se a primeira experiência de neoliberalização: “O país e suas elites dirigentes, ao lado de investidores estrangeiros, se saíram muito bem no começo” (HARVEY, 2008, p. 26). Após as políticas neoliberais adotadas em meados da década de 1970 e em toda a década de 1980, as classes altas puderam reviver a restauração da sua acumulação de capital e do seu poder político, bem como conseguiram aumentar as desigualdades sociais, de forma a cada vez mais se tornarem crescentes.



Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (Figuras 1.3 e 1.4) Quase certamente, com os efeitos das reformas fiscais do governo Bush que agora se fazem sentir, a concentração de renda e riqueza nos estratos superiores da sociedade, isso se mantém, dado que o imposto sobre propriedade (imposto sobre riqueza) está defasado e a taxa de investimento e ganhos de capital está se reduzindo, enquanto a taxa de salários e remunerações se mantém (HARVEY, 2008, p. 26).

De acordo com Harvey (2008), os Estados Unidos não estão sozinhos, pois outros países encontram-se nessa situação, como é o caso da Rússia. Esta, após a adoção de medidas neoliberais nos anos 1990, figura como uma pequena e poderosa oligarquia. Somam-se ao rol de exemplos as desigualdades sociais que se acentuam na China a partir de práticas que levam ao livre mercado; e a onda de privatizações que ocorrem no México a partir de 1992. Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram crescimentos da desigualdade na década de 1980. É necessário, contudo, fazermos a ressalva de em alguns países a desigualdade manteve-se em patamar “aceitáveis” como, por exemplo, nos países do leste e do sudeste asiático. Assim, Harvey (2008) aponta que o projeto de neoliberalização está mais próximo de uma restauração do poder das elites econômicas do que um projeto de realizar uma teoria de reorganização do capitalismo internacional, uma vez que a adoção de políticas econômicas neoliberais não foi adotada de forma homogênea nos diferentes rincões do mundo.

O neoliberalismo como possível remédio às ameaças à ordem social capitalista, isto é, às crises econômicas que surgem e tendem a criar uma instabilidade política e econômica para o Estado, surgiu em 1947, com um pequeno grupo de economistas, historiadores e filósofos e intelectuais que se declaravam liberais, no sentido europeu tradicional, devido ao seu interesse com os ideais de liberdade pessoal como, por exemplo, dignidade e liberdade humanas, e liberdade de pensamento e reflexão. O objetivo ao aderir ao termo neoliberal era sua associação aos princípios do livre mercado da economia neoclássica que surgia para contrapor as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx; embora elas se aproximassem das ideias de Adam Smith. Assim, opunham-se às teorias que defendiam o Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que foram muito utilizadas por

governos cujo objetivo era controlar os efeitos da grande crise de 1930 e do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, visando à estabilidade econômica. Para Perry Anderson, o texto de origem do neoliberalismo era *O Caminho da servidão*, escrito em 1944; Hayek dizia que o Estado intervencionista ameaçava a liberdade econômica, mas também a liberdade política. (Anderson, 2003, p.11).

Para Harvey (2008), os chamados neoliberais (Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman) alegavam que as decisões do estado eram tendenciosas. Para eles, tratava-se de um espaço de diversos interesses políticos envolvidos e, por isso, as decisões do Estado estavam inerentes ao fracasso. No entanto, se fosse para esse mesmo Estado defender os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento, e assim fosse necessário o uso coercitivo e todo o aparato estatal, permitir-se-ia que ele fosse usado. A teoria neoliberal passou a ganhar destaque a partir da década de 1970, quando Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, ganharam o prêmio Nobel de economia. Nesse período, os países capitalistas avançados enfrentaram a recessão econômica. O grupo *Mont Pelerin* obteve apoio financeiro e econômico, nos Estados Unidos, além de grupos econômicos que eram contrários a qualquer tipo de intervenção do Estado, e passou a influenciar a academia e os espaços de construção de ideias:

A partir de então, começou a ocupar o centro do palco, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nutrido por vários bem financiados bancos de idéias (rebentos da Mont Pelerin Society, como o Institute of Economic Affairs, de Londres, e a Heritage Foundation, de Washington), bem como mediante sua crescente influência na academia, particularmente na Universidade de Chicago, em que reinava Milton Friedman (HARVEY, 2008, p.31).

A teoria neoliberal passou a influenciar as políticas econômicas, especialmente sua versão monetarista, por exemplo, no governo Carter. Sua adesão enquanto política econômica ortodoxa nos países capitalistas avançados, porém, ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Apesar do neoliberalismo enquanto corrente de pensamento econômico e político ter surgido em 1947, em torno da reunião na estação de Mont Pelerin na Suíça, de acordo com Anderson, somente a partir da crise econômica de 1973, que abalou os países de capitalismo avançado, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno não somente na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas também na Alemanha. Em 1982, o regime social liberal de Helmut Schmidt tinha sido derrotado. Em 1983, a Dinamarca se viu abalada, pois o Estado intervencionista caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita do governo de Schluter. Com exceção da Suécia e da Austrália, todos

os países do norte da Europa tomaram o rumo da direita e aderiram ao ideário neoliberal. (Anderson, 2003, p. 12).

Nesse cenário, para Harvey (2008) o processo de globalização das finanças no mundo possibilitou o surgimento de uma “nova classe” (ou segmento de classe), bem como das novas atividades empreendedoras, investidores e os novos setores da economia que se desenvolveram, assim como a biotecnologia e a tecnologia da informação ganharam uma posição confortável (para não dizer favorecida) no novo contexto econômico, em que ocorria cada vez mais a redução da separação entre o capital monetário, que recebe dividendos e juros, e capital produtivo em busca de lucro.

Diversamente, em outros períodos, como em meados da década de 1960, era muito natural haver conflitos entre financistas, corporações produtivas e comerciantes; mas a partir das décadas de 1970 e 1980, as grandes empresas passaram a contar com uma forte orientação financeira, mesmo quando a empresa era voltada estritamente para a produção como era o caso do setor automotivo. Nos anos 1980, não era incomum que as empresas compensassem os prejuízos da produção com os ativos oriundos dos novos investimentos feitos no sistema financeiro. Tudo isso ocorreu devido, também, às liberdades de mobilidade do capital especulativo, resultado das novas diretrizes econômicas pelos quais os países passaram a se orientar, sobretudo os países em desenvolvimento onde o capital fictício inundava a economia por meio de políticas neoliberais de desregulamentação da economia, do câmbio flutuante e de altas taxas de juros.

A reconfiguração da nova fração de classe entre os capitalistas os beneficiou por meio de uma política econômica e de um contexto global propenso, e fizeram com que indivíduos que tinham grande capacidade empreendedora se tornassem bilionários em curto espaço de tempo, quase da noite para o dia, como é sabido no caso de Warren Buffet e George Soros, na área das finanças, e Bill Gates e Paul Allen, que construíram sua fortuna no setor de tecnologia da informação. Contudo, não foram somente aqueles setores da economia a apresentar um crescimento vertiginoso: as áreas tradicionais da economia também tiveram grande desenvolvimento econômico, em decorrência de fusões entre o capital especulativo e produtivo, como no caso da construção civil e no varejo.

Nos Estados Unidos, a família Walton ficou imensamente rica quando a Wal-Mart assumiu uma posição dominante no varejo dos Estados Unidos, mas também com a integração a linhas de produção chinesas, bem como com pontos de venda do mundo inteiro. Embora haja claros vínculos entre esses tipos de atividades e o mundo das finanças, a incrível capacidade não só de acumular imensas fortunas pessoais, como de exercer o poder de

controle sobre amplos setores da economia confere a esses poucos indivíduos um enorme poder econômico de influenciar processos políticos (HARVEY, 2008, p. 43).

De acordo com Harvey, os países passaram a apoiar esse novo setor da economia, através da integridade do sistema financeiro, que se tornou preocupação central para os Estados neoliberais como no caso dos G7, grupo de países mais ricos do mundo. Brenner assim como Harvey, concorda que o programa neoliberal ganha ascensão na década de 1970, aumentando a fluidez de capital e mercadorias.

Este programa consiste em, de um lado, tornar o mundo o mais livre possível para o deslocamento de capital e mercadorias, e, de outro lado, destruir as proteções aos trabalhadores duramente conquistadas ao mercado e oferecidas pelo *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social). Seria consensual na esquerda que este abrangente programa neoliberal deve ser, de fato, responsabilizado por muitos dos problemas que atualmente afligem a economia mundial, e que a crise atual é, em importante medida, resultado de sua implementação (BRENNER, 1998, p. 11, grifo do autor).

A partir do final dos anos 1970 houve uma dominação do capital financeiro nas políticas econômicas dos Estados capitalistas que implementaram políticas para proteger e garantir os lucros ao capital financeiro e as multinacionais, em detrimento da classe trabalhadora.

O que poderia ser chamado de argumento consensual da esquerda seria mais ou menos o seguinte: a tendência central a que vimos assistindo, especialmente desde o final dos anos 70, é a dominação crescente do capital financeiro. A lógica das políticas neoliberais tem sido, pois, de garantir, proteger e expandir o campo de obtenção de lucro para o capital financeiro e as multinacionais. Porém, as políticas necessárias para garantir os interesses do capital financeiro foram implementadas às expensas das bases da economia, em geral, e da classe trabalhadora, em particular (BRENNER, 1998, p. 11).

Para Pinto, o modelo neoliberal foi a solução encontrada para sair da crise estrutural pelo menos no plano institucional já que no plano da produção ocorreu pelo processo de concentração e centralização do capital e da viabilização da reestruturação da produção.

Este modelo neoliberal centrou-se e centra-se na liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, na desregulamentação dos mercados de trabalho, no forte ataque à estrutura sindical, na diminuição dos gastos públicos sociais e na redução da intervenção estatal na economia (privatizações). Esta nova regulação institucional abriu espaço para a globalização financeira e,

por conseguinte, para o favorecimento do rentista, principalmente nos EUA, elevando seus beneficiários a uma posição central na disputa entre as frações da classe dominante nacional e internacional pela apropriação da renda e da riqueza (PINTO, 2005, P 63).

O que se costumava dizer nos anos 1960 era: “(...) o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos, nos anos 1990 o *slogan* era o que é bom para Wall Street é tudo o que interessa” (HARVEY, 2008, p. 42, grifo do autor). Assim, ficava claro que na nova conjuntura econômica mundial, o mundo financeiro passava a deter o poder hegemônico sobre as outras frações de classe da burguesia dominante como, também, sobre a classe subalterna.

O grupo de indivíduos que integrava corporações financeiras e comerciais desenvolvia e possuía capacidade de influenciar processos políticos em diferentes lugares do mundo, com poderes econômicos muito diversificados em vários países e, por isso, passaram a exercer poder de classe nos mais distintos países. Ainda que houvesse tensões entre eles, no limite pensavam enquanto classe e faziam acordos políticos com lideranças políticas.

Para Harvey, citando Karl Polanyi (HARVEY, 2008), as liberdades são defendidas como pressupostos e finalidade das políticas neoliberais a serem alcançadas, e são evocadas para justificar políticas autoritárias que não respeitam a soberania dos países como direitos que foram consagrados nos organismos internacionais como a convenção de Genebra, de forma a usurpar as riquezas dos países em detrimento da população.

A liberdade do mercado que Bush proclama como ponto alto da aspiração humana mostra não ser nada mais do que meios convenientes de disseminar o poder monopolista corporativo – e a Coca-Cola – pelos quatro cantos do globo, sem restrições. Com uma influência desproporcionada sobre os meios de comunicação e o processo político, essa classe (com Rupert Murdoch e a Fox News na liderança) tem tanto estímulo como o poder para nos persuadir de que estamos todos melhores sob um regime neoliberal de liberdades (HARVEY, 2008, p. 47).

Para os teóricos do neoliberalismo, a liberdade humana na economia planificada e o Estado exercendo controle configuravam uma servidão revestida de falsa liberdade; como já foi dito para estes, as decisões do Estado estavam fadadas ao fracasso porque constituíam um pólo de distintos interesses conflitantes. Dessa forma, havia somente a liberdade de mercado, em que os indivíduos longe das garras do Estado poderiam gerenciar seus empreendimentos com liberdade de escolha. No entanto, esqueceram de avisá-los que os chamados CEO's – presidentes executivos ou conselheiros administrativos e o grupo de corporações que surgem com as políticas

neoliberais –, não só se aproximaram do Estado como passaram a fazer parte do governo e a influenciara política. Tal foi o caso dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, países de capitalismo avançado onde as políticas neoliberais tiveram maior êxito. No primeiro, os institutos de pesquisa econômica, juntamente com Câmara de Comércio Americano, desempenharam papel-chave na efetivação das políticas neoliberais, pressionando o governo americano a realizar uma redução drástica nos gastos sociais e a aprovar leis para a liberalização ou desregulamentação do mercado de trabalho, de forma a causar arrocho salarial do funcionalismo público. No segundo (Grã-Bretanha), houve algo parecido com pressões ao governo e apoio político.

É necessário entender que, após a crise da bolsa de valores, em 1929, o Estado lançou mão de políticas econômicas keynesianas para sair da crise econômica e retomar o crescimento econômico a partir de concessões ou ganhos econômicos à classe trabalhadora, e que essa passou a conquistar direitos sociais organizando-se em torno dos movimentos sindicais. Tal movimento levou a um acúmulo de perdas para burguesia nas décadas seguintes. Diante da perda de seu poder econômico e da pressão da classe trabalhadora para garantir seus ganhos econômicos, bem como da cobrança do Estado por uma intervenção política e econômica, a burguesia se sentiu ameaçada e passou a se aglutinar em entidades de classes e a se organizar e planejar uma estratégia para exercer influência junto ao Estado, à sociedade civil e aos organismos internacionais, investindo em políticas que promovessem a retomada do seu poder econômico e a regressão do movimento da classe trabalhadora em torno dos sindicatos. Para isso, a burguesia se aliou a uma nova fração de classe que estava surgindo com o desenvolvimento de tecnologias – os chamados CEO's –, a quem uma nova guinada na política econômica do Estado garantiria lucros astronômicos.

Desse modo, de acordo com David Harvey, o processo de ascensão das políticas neoliberais é um processo de restauração do poder econômico da classe dominante que passa a maximizar ainda mais seus lucros. Trata-se de um período de globalização financeira que aumenta o poder econômico e torna os países dependentes do capital financeiro. Assim, esse período ajuda a esclarecer as transformações que ocorrem nas relações internacionais entre os estados, porque se configura como um momento em que há o aumento da hegemonia da burguesia financeira, e também enquanto império ou imperialismo, pois esse processo promove a restauração da classe dominante em torno da construção de uma hegemonia da burguesia financeira, que passa a dominar as relações econômicas ao dirigirem o governo de seus respectivos países dominantes, que ditam as regras comerciais e as políticas econômicas nos organismos internacionais. Por meio dos seus órgãos de representação de classe, a classe dominante passa a influenciar o Estado e os espaços da sociedade civil, ou seja, por meio do

apoio, seja por meio de financiamentos de campanha ou de *lobby*, a burguesia intervém nas políticas de Estado e nas instituições de pesquisa, além de influenciar os meios de comunicação de massa, de forma a tornar hegemônicos seu discurso e seus ideais; e a configurar uma nova forma de dominação imperialista entre os países. Como afirmava Lênin, uma das características do imperialismo seria o momento em que ocorre a fusão do capital bancário e do capital industrial, e o resultado dessa combinação – o capital financeiro – aumentaria a concentração de riqueza nas mãos da burguesia financeira.

No entanto, Michael Hardt e Antonio Negri não compreendem que haja uma continuidade na suposta lógica global de império e a velha ordem (imperialismo) como a concentração de capital, o predomínio de monopólios, a importância do capital financeiro e a exportação de capitais. Com o suposto fim do imperialismo há o declínio do poder do Estado-nação, que naquele momento tinha um papel importante na dominação política. Para Hardt e Negri, o governo imperial é

(...) constituído por um equilíbrio funcional entre três formas de poder: a unidade monárquica de poder e seu monopólio global da força; articulações aristocráticas por intermédio de empresas transnacionais e Estados-nação; e comitês democrática-representativa, apresentada novamente na forma dos Estados-nação, juntamente com os diversos tipos de ONG, organizações de mídia, e outros organismos “populares” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 336).

Para Hardt e Negri o capital “(...) tende historicamente a destruir tradicionais fronteiras sociais, ampliando-se através de territórios e envolvendo sempre novas populações dentro dos seus processos” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 348). Existe uma relação de continuidade entre o papel que o capital desempenhava nas potências imperialistas e no período imperial. O que caracteriza o auge do imperialismo no sistema mundial, segundo Lênin (1986), é o aumento da concentração da produção e do capital tão elevado que se transforma em monopólio; por meio da hegemonia do capital financeiro, por meio da exportação de capital, e da junção entre capital bancário e do capital industrial. Para Lênin,

Este capital bancário – por conseguinte capital sob a forma de dinheiro –, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam (LÊNIN, 1986, p. 610).

Além disso, as transnacionais ainda mantêm ainda uma forte base nacional, onde estão localizadas suas matrizes e seus diretores ou CEO’s – presidentes executivos ou conselheiros

administrativos das grandes corporações –, além de seus lucros que fluem para os países nos quais se encontra sua matriz:

(...) os créditos necessários para financiar suas operações mundiais são obtidos por suas casas centrais nos bancos de sua sede nacional com taxas de juros impossíveis de serem encontrada no capitalismo periférico, com o qual podem deslocar facilmente seus competidores. Em suma: em que pese ao afirmado pelos autores de Império, as grandes empresas continuam sendo empresas nacionais, e o respaldo de seus respectivos estados-nação continua sendo absolutamente essencial em sua equação de competitividade. Como consequência, os estados continuam sendo atores cruciais da economia mundial (BORON, 2006, p.517).

O fato de as empresas transnacionais não se submeterem à jurisdição dos países e suas autoridades ocorre devido ao processo de difusão das políticas econômicas neoliberais ao longo das décadas de 1980 e 1990, que diminuiu a capacidade desses países em intervir no mercado. O objetivo era maximizar os lucros das suas grandes corporações através de remessas extraídas dos países em desenvolvimento e facilitar seus negócios, bem como o retorno de dividendos para a burguesia financeira, ocasionado por altas taxas de juros na periferia do sistema.

Entretanto, diversamente dos governos dos países em desenvolvimento, os governos dos países de capitalismo avançado detêm sua soberania, pois eles difundiram as ideias neoliberais no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Inglaterra ao longo do globo. Ainda hoje, continuam a ser figuras essenciais para manter a competitividade das grandes empresas que continuam a ser nacionais.

O contexto atual de globalização nas últimas décadas pode ser entendido, então, como um processo histórico de desenvolvimento do imperialismo que tem repercutido no fenômeno de reestruturação produtiva, isto é, na nova divisão internacional do trabalho, ocasionando uma pseudoperda de soberania do Estado-nação. No entanto, tal fenômeno reforça ainda mais o papel preponderante que o Estado desempenha no imperialismo atual, diante das políticas econômicas neoliberais, e isso é demonstrado por David Harvey nos casos americano e britânico, e principalmente diante da crise econômica de 2008, quando o Estado-nação precisou intervir na economia para que o mercado financeiro não entrasse em colapso, fossem nos países dominantes ou nos países em desenvolvimento.

De acordo com Boron (2002), as teses da perda de soberania e as transformações experimentadas pelas estruturas estatais são equivocadas. Assim, não teria sentido numa nova forma de dominação chamada império e, conseqüentemente, no fim do imperialismo no sistema mundial. Segundo este autor, a embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas afirmou



que existe um duplo padrão de avaliação da soberania dos países que os Estados Unidos utilizam para julgá-los. Para os países aliados, a soberania deve ser preservada e fortalecida, ao passo que a soberania dos países neutros ou dos inimigos deve ser enfraquecida e violada (BORON, 2002, p. 90).

Acrescenta a isso o papel que os Estados Unidos dão aos assuntos formulados nas instituições internacionais, segundo o qual há menor suspeita de que tal acordo fira seus interesses econômicos e políticos, ou seja, sua soberania; eles criam obstáculos ou posicionam contrários à criação de tal projeto. Boron aponta que os Estados Unidos participaram de todo o processo de formulação do tribunal penal internacional; no entanto, na hora de aprová-lo decidiram arquivar o projeto, pois isto resultaria na perda de soberania.

Em datas recentes, Washington impediu, com sua dilação deliberada, a constituição de um Tribunal Penal Internacional com sede em Roma – com competência especial para julgar crimes de guerra, contra a humanidade e genocídios – porque isto implicaria em [*sic*] uma transferência de soberania para um órgão internacional cujo controle poderia escapar de suas mãos. Os Estados Unidos participaram ativamente de todas as deliberações prévias, discutiram critérios, vetaram normas e foram os co-autores de vários de seus rascunhos. Porém, chegada a hora de aprovar a constituição da corte em Roma, decidiram arquivar o projeto, pelos argumentos anunciados acima (BORON, 2002, p.90).

As políticas do “Consenso de Washington” foram medidas para tornar os Estados periféricos enfraquecidos e as economias submetidas à interferência das grandes empresas transnacionais, bem como das políticas de países desenvolvidos, especificamente pelos Estados Unidos, direta ou indiretamente, através de organismos internacionais, sob uma capa de multipolaridade e de justiça para todos, tais como o G8, o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Tais fenômenos ocorreram, porém, nos países em desenvolvimento, porque as nações do capitalismo avançado lograram fortalecer seu Estado mediante a expansão dos gastos públicos. As informações passadas pelos governos nacionais e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, o FMI e a OECD alegam que os países centrais tiveram nos últimos vinte anos um aumento nos gastos públicos, contradizendo o discurso difundindo universalmente e homogêneo de reformas neoliberais de austeridade fiscal e redução de gasto público. Nem mesmo seus principais defensores – Estados Unidos e Inglaterra – seguiram a política à risca como manda o catecismo neoliberal (Boron, 2002, p. 94-96).

Essas políticas contribuem para que as empresas transnacionais norte-americanas e europeias se instalem nos países subdesenvolvidos através das políticas de privatização de

setores do Estado periférico com o intuito aumentar o mercado dessas empresas e diminuir os gastos públicos do Estado. Primeiramente, as empresas estatais sofrem com a falta de verba e o seu sucateamento, para então legitimar a privatização e serem vendidas a preços abaixo do valor de mercado. Com esse dinheiro extra os governos pagam sua dívida e sacrificam os investimentos necessários nas áreas da saúde, habitação e educação, por exemplo. Por fim, os Estados são forçados a se abrirem comercialmente para a invasão de mercadorias importadas dos países de capitalismo avançado, ao mesmo passo em que aumenta o desemprego. Ao mesmo tempo, o protecionismo econômico aumenta nos países centrais na mesma proporção que os países periféricos abrem seus mercados para empresas de outros países (BORON, 2002, p. 96-97).

A política de desregulamentação do mercado financeiro também foi uma proposta defendida desde década de 1980, pois sem o poder de regulamentação da economia pelo Estado, os capitalistas tinham seu sonho realizado e poderiam regular o mercado em benefício próprio. Isso não aumentou somente a vida econômica dos países como também suas decisões políticas. Trata-se de algo que não aparece nas análises feitas por Antônio Negri e Michael Hardt em *Império*. Segundo Boron:

E, como dizíamos, essas políticas não foram absolutamente fortuitas, nem produto do acaso, sempre que o desmantelamento dos Estados aumentou significativamente a gravitação do imperialismo e das firmas e nações estrangeiras em sua capacidade para controlar não só a vida econômica como também a vida política dos países da periferia. Naturalmente nada disso é encontrado em *Império*. O que encontramos, isto sim, são reiteradas declarações no sentido de que as relações imperialistas acabaram, apesar da visibilidade que elas adquiriram nas últimas décadas ser tão destacada que até os setores menos radicalizados de nossas sociedades não têm dúvidas em reconhecê-las (BORON, 2002, p.97).

De acordo com Boron (2002, p. 99), apesar de os autores de *Império* não conseguirem distinguir as formas estatais e suas funções de Estado, isso não significa que elas não ocorram, pois as formas estatais se modificam e estão suscetíveis ao processo de transformação, uma vez que é o resultado dos processos históricos e das relações sociais estabelecidas no plano da luta de classes. Em decorrência desse processo, houve uma mudança nas formas do Estado democrático nos países centrais, como a concentração das decisões nas mãos do poder executivo e a perda do poder pelos congressos e parlamentos, de forma a causar aumento exponencial de setores secretos para tomar determinadas decisões, tais como as negociações da construção do NAFTA e as discussões em torno da criação da ALCA com portas fechadas.

Por um lado, o Estado continuava a desempenhar a função de oprimir as demandas das classes subalternas e de manter em ordem os espaços para que as corporações internacionais

pudessem maximizar o lucro nos países subdesenvolvidos; no caso latino-americano, a soberania popular diminuiu na medida em que as decisões nas áreas da economia ou social eram aprovadas somente se passassem antes por uma prévia consulta a instituições ligadas aos Estados Unidos e obtivessem sua permissão (BORON, 2002, p.100).

Segundo Boron, Boaventura de Souza Santos também analisa as transformações ocorridas com o processo de globalização e as reformas neoliberais que aconteciam no Estado e afirma que a soberania do Estado-nação não está em crise como afirma alguns teóricos da globalização. Numa ponta do sistema, a adoção de políticas repressivas nos Estados periféricos “tornou-se inevitável para sustentar uma organização capitalista cada vez mais injusta e desigual, e na qual o número de explorados e excluídos aumenta incessantemente” (BORON, 2002, p.100). Na outra ponta do sistema, os Estados centrais desempenhavam uma dupla função, onde “(...) [era] o Leviatã hobbesiano nos guetos e nos bairros marginais, enquanto garante as bondades do contrato social lockeano para os que habitam os ricos subúrbios” (BORON, 2002, p.101).

Diferentemente de Hardt e Negri afirmarem que há um declínio da soberania do Estado-nação e, em decorrência disso, há o surgimento de uma soberania imperial. Para Boaventura de Souza Santos, “O que está em crise é a função de promover intercâmbio não-mercantis entre os cidadãos” (Santos, 199, p. 64 *apud* BORON, 2002, p.101).

Longe de serem as vítimas da globalização, como apontam Hardt e Negri, os Estados-nação foram os principais atores a fomentar seu desenvolvimento por meio das políticas neoliberais e do incentivo a expansão internacional do capital financeiro, industrial e comercial dos países europeus, do Japão, da Coreia do Sul, de Cingapura, de Taiwan e dos Estados Unidos, com o objetivo de melhorar as sua posição na economia internacional. “Nessa estratégia, atores tais como o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o MITI do Japão, a Comissão Europeia e um conjunto de agências estatais nacionais desempenharam um papel absolutamente central” (Weiss, 1997, p. 23 *apud* BORON, 2002, p.102)

No mercado internacional ocorre a potencialização da competição entre as empresas transnacionais, em que as grandes corporações dominam a economia global, para o que fazem uso das estruturas e dos poderes do Estado-nação através de incentivos fiscais de seus governos, empréstimos a custos irrisórios comparados às taxas de juros estratosféricas dos países subdesenvolvidos. Estes, por sua vez, tentam com isso atrair capital externo e realizar operações para salvar bancos e empresas da falência, bem como aderem a políticas econômicas para favorecer determinados segmentos do capital, ocasionando a desregulamentação da economia e a flexibilização das leis trabalhistas com intuito de

fragmentar o movimento dos trabalhadores em torno dos sindicatos e diminuir seu poder de barganha frente ao capital. Do mesmo modo, visam à criação de uma legislação que tenha poder de lei nos países subdesenvolvidos, onde o lucro das empresas transnacionais possa ser enviado aos países que mantêm as sedes de suas matrizes – geralmente, países centrais e desenvolvidos. Essas medidas objetivam, pois, aumentar o lucro de corporações transnacionais. Além disso, seus governos mantêm seus rivais comerciais dentro dos limites. Abordam, também, algumas das funções que o Estado-nação desempenha nas relações internacionais e têm papel primordial na expansão de acumulação do capital, bem como nos processos de globalização da produção e das mercadorias, de forma a contradizer as análises que os autores de *Império* sustentam como principal tese, a saber, a da formação de uma nova ordem imperial. Ellen Meiksins Wood conclui:

Evidentemente é possível que o Estado mude sua forma, e que o tradicional Estado-nação dê lugar, por um lado, a Estados mais estritamente locais e, por outro, a autoridades políticas regionais mais amplas. Mas, qualquer que seja a sua forma, o Estado continuará sendo crucial, e é provável que, por um longo tempo ainda, o velho Estado-nação continue desempenhando seu papel dominante (Meiksins, 2000, p. 117 *apud* BORON, 2002 p.104).

Negri e Hardt defendem que existe um declínio da soberania do Estado-nação decorrente do desenvolvimento da globalização da permuta e da produção, em que a tecnologia, as mercadorias e o dinheiro sem entrave algum do Estado se movimentam pelas fronteiras. Eles também afirmam que a ideia de economia nacional e das corporações nacionais está perdendo significado nos últimos anos. No entanto, esquecem-se de que os trabalhadores que sustentam os meios de produção da mais-valia não detêm as mesmas facilidades de se locomover entre os países, como é o caso dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos, por exemplo. Termos como “coiote” e “migra” são nomes bem conhecidos pelos povos imigrantes nos Estados Unidos; isso não seria em decorrência de uma história de violência, sofrimento de miséria e de morte; sem esquecer os imigrantes ilegais na França e no resto da Europa. Tais histórias são provocadas pelo suposto Estado-nação declinante de que tanto falam Negri e Hardt. Talvez, se tivessem analisado os documentos da PNUD ou da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não teriam cometido tal deslize (BORON, 2002, p. 46-47).

Além disso, a realidade continua a mostrar as contradições dessa tese; para isso, basta lembrarmos o poder que os governos dos países de capitalismo avançado exercem nas relações comerciais, que de certa maneira concorrem com as suas respectivas indústrias

nacionais no mercado interno de seus países, como, por exemplo, da pressão sobre as tarifas alfandegárias e dos subsídios estimulados para favorecer suas empresas nacionais, protegendo seus mercados contra os produtos externos mais concorrentes. Vale lembrarmos que quando se trata da concorrência de suas mercadorias nacionais com relação a indústrias nacionais de outros países, especificamente dos países periféricos, no mercado interno, os governos das empresas transnacionais pressionam os países subdesenvolvidos para abrirem o mercado interno – quando não acionam instituições internacionais como a OMC, responsável por regular as relações comerciais entre os países, alegando que os governos periféricos fazem uso de medidas protecionistas para favorecer suas indústrias nacionais, como aponta Boron:

O governo norte-americano protege os habitantes de seu país da concorrência externa dos morangos mexicanos, dos automóveis brasileiros, dos tubos sem costura da Argentina, dos têxteis salvadorenos, das uvas chilenas e da carne uruguaia, enquanto que do outro lado do Atlântico os cidadãos europeus encontram-se seguramente protegidos pela “fortaleza Europa” que, enquanto apregoa hipocritamente as virtudes do livre comércio, fecha hermeticamente suas portas à “ameaça” originada pelas vibrantes economias da África, América Latina e Ásia (BORON, 2002, p.49).

Ainda de acordo com Boron, as duzentas maiores corporações transnacionais detêm juntas uma receita superior ao total dos países do mundo, exceção feita às oito maiores economias do mundo. As mega corporações mantêm suas matrizes localizadas, coincidentemente, nos oito países mais ricos do planeta e menos de 2% dos cargos de diretoria são ocupados por estrangeiros, enquanto 85% das tecnologias desenvolvidas nessas empresas ocorrem dentro das fronteiras nacionais. Apesar de as empresas terem um alcance global por meio de suas filiais e negócios comerciais espalhados pelo mundo, suas propriedades têm base nacional e o lucro das filiais é remetido para os países-sede de suas empresas, bem como os créditos que utilizam para financiar suas operações ao longo do globo são concedidos pelos países de origem de suas empresas, onde eles são obtidos a juros baixíssimos, impossíveis de se encontrar nos países periféricos.

Segundo Noam Chomsky (*apud* BORON, 2002, p. 52), uma pesquisa feita pela revista *Fortune* com as maiores corporações transnacionais do mundo mostra que todas as empresas entrevistadas afirmaram que os governos de seus países-sede se beneficiaram com as intervenções realizadas por seus governos. Além disso, em torno de 20% dessas empresas relataram que graças à ajuda financeira dos seus governos não declararam falência. Mais uma vez, isso demonstra o poder que o Estado-nação desempenha atualmente. Em alguns casos, os governos dos países periféricos dão incentivos para que as corporações transnacionais

instalem-se em seus territórios em troca de o Estado criar condições econômicas favoráveis, tais como a implantação de uma legislação trabalhista que possa superexplorar os trabalhadores ou isenções fiscais. Isso ocorre porque nos países desenvolvidos é mais difícil acabar com os direitos trabalhistas e criar uma legislação trabalhista mais flexível, criada no período do Estado keynesiano; no entanto, o tamanho do mercado consumidor nesses países é muito superior e dificilmente possível nos países periféricos.

Os autores de *Império* desenvolvem uma discussão em torno da autonomia da política, como se a política fosse autônoma das outras esferas da sociedade e as decisões políticas se resumiriam muitas vezes em balança comercial e valor da moeda. Esses autores se esquecem, porém, de que a política não é uma esfera autônoma, pois existe uma conexão entre os fatores econômicos, sociais e cultural que, em determinado momento histórico, podem refletir num consenso político, como ocorreu no capitalismo contemporâneo, especificamente nas histórias norte-americana e europeia nos anos 1960. Assim como na década de 1930, a passividade foi algo notável na França e na Inglaterra, sinalizando que períodos de crise não necessariamente representam o desmantelamento de consensos políticos.

Compreendermos, até o momento, as bases fundamentais que sustentam a ideia de soberania imperial, a partir do declínio da soberania do Estado-nação. Como expusemos, ainda assim a soberania nacional continua sendo um elemento-chave no papel que o Estado-nação vem assumindo na intensificação da globalização econômica e das políticas neoliberalizantes. Estas são relações fundamentais que explicam a nova configuração imperial em formação. Passamos, pois, ao tema da multidão, uma das características dessa forma de dominação denominada império.

## **CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO HISTÓRICO: A MULTIDÃO PARA HARDT E NEGRI**

Quem não se movimenta não sente as correntes  
que o prendem.

Rosa Luxemburgo

O objetivo desse capítulo é analisar a categoria de multidão exposta, inicialmente, por Antonio Negri e Michael Hardt, no livro *Império* (2000) e aprofundada na obra *Multidão* (2004). Este se concentra no próprio conceito de multidão, uma vez que, segundo os autores, ele é imprescindível para entendermos a lógica de dominação imperial e para compreendermos os fenômenos que o tornam necessário, mas que também é a sua antítese, ou seja, que tornaria possível sua destruição. Além disso, uma das hipóteses desta dissertação é a de que Hardt e Negri chegam à conclusão acerca do império a partir da ideia de multidão. Queremos dizer que império surge como uma nova forma de dominação capitalista a partir das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, onde o símbolo da revolução social, o operário industrial, dá lugar a multidão o novo sujeito político. O texto aborda as contradições em torno do conceito de multidão para, assim, resgatar o desenvolvimento histórico da construção do conceito de multidão. Para isso, perpassamos aspectos que ocorrem nas relações sociais, especificamente, nas relações de produção nas últimas décadas, que tornam possível pensarmos na fenomenologia da multidão. Ainda que discordemos de tal conceito, é necessário refletirmos como ele se manifesta nas relações sociais atualmente. Assim, analisaremos, sempre à luz de Negri e Hardt, os movimentos de luta que expressavam as ações da multidão e seu projeto político.

De acordo com Antonio Negri e Michael Hardt, a multidão é uma alternativa dentro do império, isto é, ele se configura como uma nova forma de dominação política mundial. Em tal ordem global, a soberania é essencialmente imperial, onde o poder ocorre em rede e conta com elementos fundamentais, como os Estados-nação dominantes, as instituições supranacionais e as grandes corporações capitalistas, dentre outros poderes. A multidão figura como um processo que se constrói a partir do desenvolvimento do poder imperial e como uma possibilidade de superação do império, rumo a uma sociedade global alternativa.

A multidão tem duas características importantes que contribuem para a possibilidade da democracia hoje. A primeira seria o fato de que ela não se constitui como identidade, como

o povo, e tampouco é uniforme, como as massas; suas diferenças internas devem descobrir o comum que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto. Como afirmam os autores:

O comum que compartilhamos, na realidade, é menos descoberto do que produzido. (Relutamos, em utilizar a expressão no plural *os comuns* [*the commons* ], porque ela remete a espaços de partilha pré-capitalista que foram destruídos pelo advento da propriedade privada. Apesar de um tanto estranho, *o comum* [*the common*] ressalta o conteúdo filosófico do termo e deixa claro que não se trata de uma volta ao passado, mas de um novo desenvolvimento.) Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Esta produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes do trabalho hoje (HARDT; NEGRI, 2012, p.14, grifo do autor).

A segunda característica da multidão diz respeito à sua forma de organização política, que evidencia tendência para uma organização cada vez mais democrática, das antigas formas de organização centralizadora de comando revolucionária para novas formas de organizações em rede, que deslocam a autoridade para relações colaborativas. Segundo Antonio Negri e Michael Hardt, a genealogia das modernas resistências, revoltas e revoluções aponta para uma tendência das organizações de resistência e revolucionárias não só de alcançar uma sociedade democrática, como criar ao mesmo tempo relações democráticas internamente, isto é, dentro de suas estruturas organizacionais.

Esta genealogia revela uma tendência das organizações de resistência e revolucionárias não só para se constituírem em meios para alcançar uma sociedade democrática como para criar internamente, dentro de sua estrutura organizacional, relações democráticas. Além disso, a democracia vem-se tornando uma exigência cada vez mais disseminada em escala global, às vezes explícita, mas não raro implícita nas inúmeras queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global (HARDT; NEGRI, 2012, p. 15).

O discurso empenhado pelos movimentos de libertação em nível local, no regional e no global é o desejo de democracia. Antonio Negri e Michael Hardt demonstram que, ao longo do período moderno, os movimentos de libertação têm se orientado não apenas pela luta contra a miséria e a pobreza, mas também por um profundo desejo de democracia:

(...) uma verdadeira democracia do governo de todos por todos, baseada em relações de igualdade e liberdade. Essa democracia é um sonho criado nas grandes revoluções da modernidade, mas até hoje nunca concretizado. Hoje, as novas características da multidão e de sua produtividade biopolítica abrem



amplas avenidas para a consecução desse sonho. Essa busca da democracia permeia todo o ciclo de protestos e manifestações em torno da questão da globalização, dos dramáticos acontecimentos durante a reunião da OMC em Seattle em 1999 às reuniões do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no Brasil (HARDT; NEGRI, 2012, p.101-102).

Para ambos, o desenvolvimento histórico das formas de organização dos movimentos de libertação, revoltas e revoluções estão intrinsecamente relacionados com a dinâmica das relações de produção; assim, os diferentes processos de produção econômicos e sociais, bem como a transformação que o trabalho assumiu ao longo da modernidade nesse processo, possuem a mesma forma. Outra característica recai sobre as formas de organização política dos movimentos de resistência e libertação com que lutam contra as outras formas de organização antidemocráticas que o antecederam, criando movimentos mais democráticos.

O objetivo de Antonio Negri e Michael Hardt é afirmar que os movimentos de resistência, desde os protestos em Seattle, em Gênova, os encontros do Fórum Social Mundial de Porto Alegre e de Mumbai, as manifestações contra a guerra do Iraque em 2003 – sem nos esquecermos do movimento zapatista, no México, da Intifada, na Palestina, do movimento de libertação da revolução cubana e da revolução cultural na China (apesar de esses dois últimos movimentos de libertação ainda carregarem consigo resquícios dos modelos tradicionais de ativismo político) – são movimentos de luta baseados em rede, que se assemelham às novas formas de produção e de reprodução do capital e às formas de trabalho imaterial, que ironicamente estão fundamentadas na cooperação, na comunicação, na informação e no conhecimento, numa produção em rede.

De acordo Hardt e Negri (2012), a partir da década de 1970, as formas de organizações de resistência e de libertação passam a ser formadas em redes (de informação, de comunicação e de cooperação, que passam a definir os novos movimentos). Assim como as formas de organização dos movimentos de resistência e de libertação tradicionais se organizaram correspondentemente às formas de organização da produção e das formas de trabalho fordista, agora os movimentos de resistência e libertação passam a se organizar a partir das novas formas de organização da força de trabalho e da produção pós-fordista. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 119-120).

As formas de organização tradicionais dos movimentos de resistência e lutas, tais como os modelos cubanos e maoístas,

O Partido dos Panteras Negras e a Frente de Libertação do Quebec na América do Norte, os tupamaros uruguaios e a Ação Libertadora Nacional

brasileira, na América do Sul, assim como a Facção do Exército Vermelho alemão e as Brigadas Vermelhas italianas na Europa foram exemplo de uma estrutura militar centralizadas e passadista. Nesse período, surgiram também movimentos urbanos descentrados ou policêntricos cujas organizações se assemelhavam ao modelo da guerrilha moderna (HARDT; NEGRI, 2012, p.119).

Além da sua forma de organização, tais movimentos se diferenciam das novas formas de organização por sua capacidade de aglutinar diferentes organizações que, até então, eram consideradas contraditórias em seus interesses: “(...) ambientalistas com sindicalistas, anarquistas com grupos religiosos, gays e lésbicas com os que protestavam contra o complexo carcerário-industrial” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 125). Esses grupos não compunham uma unidade e não estavam unidos sob uma única liderança, mas ao contrário mantinham sua autonomia por acreditarem que a unidade nega a diferença e os subordina aos interesses de outros. Tal união os relaciona numa estrutura em rede, em que os fóruns sociais, os grupos de afinidade e outras formas de processos decisórios democráticos constituem a base desses movimentos, que conseguem agir conjuntamente de acordo com interesses com o que têm em comum (HARDT; NEGRI, 2012, p. 125).

Assim como os operários disciplinados da fábrica fordista serviram de exemplo para a formação do exército popular unificado, as novas formas de produção, articuladas numa rede de produção que envolve comunicação, informação e criatividade das forças produtivas que vem ocorrendo no mundo do trabalho servem como base para os movimentos de resistência e luta que estão surgindo, como por exemplo, os movimentos de resistência de Seattle a Gênova e os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e Mumbai, mobilizando os movimentos contra guerra. Tais movimentos constituem o exemplo mais claro até hoje de organizações disseminadas em rede (HARDT; NEGRI, 2012, p.125).

Dessa forma, segundo Antonio Negri e Michael Hardt, o processo desenvolvimento dos movimentos de resistência e libertação evoluiu de movimentos de rebeliões e revoltas para um modelo exército popular unificado, tendo passado por um exército policêntrico de guerrilha e, finalmente, para a estrutura em rede disseminada. Os autores entendem que tal processo histórico gera, como alguns resultados possíveis, três princípios norteadores para os movimentos de resistência e libertação.

O primeiro princípio orientador é a pura e simples medida de eficácia na situação histórica específica. Cada forma de organização deve agarrar a oportunidade e o momento histórico apresentado pelo atual ordenamento de forças para maximizar sua capacidade de resistir, contestar e derrubar as formas vigentes de poder. O segundo princípio é a necessidade de que a

forma de organização política e militar corresponde às atuais formas de produção econômica e social. Os tipos de movimentos evoluem em coordenação com a evolução das formas econômicas. Finalmente, é este o critério mais importante, a democracia e a liberdade funcionam permanentemente como princípios orientadores no desenvolvimento de formas de organizações de resistência. Em vários momentos de nossa história, esses três princípios entraram em conflito uns com os outros, nos casos em que, por exemplo, verificava-se que a democracia interna e a independência de movimentos precisavam se sacrificar para maximizar a eficácia, ou, em outros, quando a eficácia tinha de ser sacrificada no interesse da democracia ou da autonomia do movimento (HARDT; NEGRI, 2012, p.126).

De acordo com Hardt e Negri, o desafio da multidão é o desafio da democracia, isto é, o projeto político da multidão é a realização da democracia: “A multidão é o único sujeito social capaz de realiza a democracia, ou seja, o governo de todos por todos” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 141).

A multidão é a reunião de singularidades que agem em comum. Segundo essa definição, o conceito de multidão é inclusivo e aberto, pois mantém as diferenças de vários grupos que se unem a partir de interesses comuns, em contraste com outras definições de coletividades que, segundo os próprios autores, são permeados pela exclusão, como, por exemplo, o conceito de povo, que apesar de ser um coletivo que une diferentes grupos em uma única identidade, exclui aqueles que não integram tal identidade. Assim, o governo do povo seria, na verdade, o governo de um determinado grupo em torno de uma identidade única que exclui a diferença e, portanto, não seria um governo democrático. Em contrapartida, a multidão, por traduzir a multiplicidade de singularidade que agem em comum seu governo, seria mais democrática, pois nenhum grupo exerceria um poder de liderança sobre os outros.

Para Hardt e Negri (2012, p. 143), multidão é um conceito de classe, pois as teorias sobre classe econômica tradicionalmente estiveram divididas em dois pólos: um na unidade e o outro na pluralidade. O pólo da unidade sempre esteve associado a Marx, que defendia em suas análises que todas as formas de trabalho tendem a se fundir num sujeito único – o proletariado –, que enfrenta o capital. O pólo da pluralidade é representado pelos argumentos liberais que insistem na multiplicidade das classes sociais. No entanto, Hardt e Negri (2012) entendem que ambas as definições estão corretas, pois por um lado a sociedade capitalista é dividida entre capital e trabalho, entre os que detêm os meios de produção e os não detêm a propriedade produtiva, e que tendem a assumir características comuns. Por outro lado, consideram que também seja verdadeiro afirmar que na sociedade contemporânea as classes

não só são definidas em termos econômicos, mas políticos, culturais, de raça, etnia, gênero, sexualidade e por outros fatores.

O fato de ambas essas posições aparentemente contraditórias serem verdadeiras deveriam indicar que a própria alternativa pode ser falsa. A obrigação de escolher entre unidade e multiplicidade trata a classe como se fosse apenas um conceito empírico, deixando de levar em consideração em que medida a própria classe é definida politicamente (HARDT; NEGRI, 2012, p. 144)

Nesse sentido, o conceito de multidão une os dois pólos, a partir das teorias econômicas, pois multidão é uma multiplicidade irreduzível, não sendo possível tornar-se uniforme; ela é uma singularidade que age em comum, com identidades diferentes, mas que direcionam a objetivos comuns. Assim sendo, multidão é um conceito de classe que “(...) destina-se num sentido a demonstrar que uma teoria de classe econômica não precisa optar entre unidade e pluralidade” (HARDT; NEGRI, 2012, p.145). Entretanto Hardt e Negri afirmam:

O conceito de multidão é portanto muito diferente do de classe operária, pelo menos tal como este veio a ser usado nos séculos XIX e XX. Classe operária é basicamente um conceito restrito baseado em exclusões. Em sua concepção mais limitada, classe operária refere-se apenas ao trabalho industrial, excluindo assim todas as demais classes trabalhadoras. Em sua concepção mais ampla, a classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, com isto excluindo as diferentes classes não-assalariadas. A exclusão de outras formas de trabalho da classe operária baseia-se na ideia de que existem diferenças de espécie entre, por exemplo, o trabalho industrial masculino e o trabalho reprodutivo feminino, entre trabalho industrial e o trabalho camponês, entre os empregados e os desempregados, entre os operários e os pobres (...) o conceito de multidão repousa no fato de que não é o que acontece hoje em dia. Em outras palavras, o conceito repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital (HARDT; NEGRI, 2012, p. 147).

Segundo Hardt e Negri (2012, p. 146-147), o conceito de multidão pretende repropor o projeto político da luta de classes originalmente proposto por Marx, a saber, o de unificar a luta do trabalho na multidão como classe. A multidão confere ao proletariado sua definição mais ampla, tomando sob si todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital e, potencialmente, a classe daqueles que recusam o domínio do capital.

Assim, com a configuração do sujeito político – a multidão, no lugar do operário industrial –, ocorre num período de declínio da soberania do Estado-nação, como resposta à

pseudoperda da luta de classes, uma vez que esta deixa de existir devido ao declínio do poder do Estado-nação.

Seguindo o raciocínio dos autores de *Império*, no antigo sistema internacional, em que o Estado-nação exercia seu poder soberano nas relações sociais, econômicas e políticas – isto é, na velha ordem internacional –, o contrapoder, que se dava pelas lutas de classes, pelas antigas formas de organização da classe operária que vigoraram durante todo século XIX e durante boa parte do século XX, já não encontra espaço na nova configuração imperial. Houve um processo de declínio da soberania do Estado-nação, bem como de suas funções e tarefas, que passam a ser assumidas por instituições internacionais reguladoras das relações econômicas e políticas entre o Estado e o capital. As formas de luta restritas às fronteiras nacionais também perdem sua eficácia na nova conjuntura internacional e, por isso, torna-se necessário encontrar uma nova forma de luta que possa responder à nova realidade imperial (HARDT; NEGRI, 2001, p. 328-330).

De acordo Hardt e Negri, com o declínio dos poderes do Estado-nação ocorre simultaneamente o declínio de qualquer espaço, no âmbito da nova realidade imperial, para a transformação da realidade, ou seja, para uma revolução:

O declínio de toda e qualquer esfera política autônoma indica o declínio, também, de qualquer espaço independente onde revolução possa surgir no regime político nacional, ou onde o espaço social possa ser transformado com o uso de instrumentos do Estado. A ideia tradicional de contrapoder e a ideia de resistência contra a soberania moderna em torna-se cada vez menos possível (HARDT; NEGRI, 2001, p. 329).

Boron se pergunta como fazer para romper a dominação do império. Para ele, Hardt e Negri não se colocam diante dessa pergunta e preferem a omissão:

A resposta que os autores nos oferecem é o silêncio. No grosso volume que estamos analisando, palavra revolução raramente aparece: cinco ou seis vezes, que em seu conjunto ocupam muito menos espaço que as dez páginas destinadas ao estudo da mobilidade das populações, ou as onze destinadas a discutir o republicanismo (BORON, 2002, p.105-106).

Na visão desses autores, as classes sociais deram lugar a uma nova forma: a chamada multidão “(...) plural de subjetividades de globalização produtivas e criadoras, que aprenderam a navegar nesse mar imenso. Elas estão em movimento perpétuo, e formam constelações de singularidades (...)” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 79). Para Boron, uma vez que desaparecem as classes sociais, não se sabe onde fica o conjunto de pessoas exploradas

pelo capital e seus exploradores. Agora, os desempregados, as mulheres também exploradas, as crianças submetidas a trabalhos forçados, os meninos de rua, a burguesia financeira, os trabalhadores que exercem um poder de chefia nas relações capitalistas e a classe média; todos esses grupos sociais integram a multidão. Para ele, tais conclusões são perigosas e colocam em risco as teorias que discutem o caráter alienante do trabalho humano na sociedade capitalista (BORON, 2002, p.107).

Para Negri e Hardt, a condição básica para o desenvolvimento da acumulação capitalista foi a mobilidade das mercadorias. Uma vez que o trabalho na sociedade capitalista se torna mercadoria – o trabalhador nessa sociedade não detém os meios de produção que estão nas mãos dos capitalistas; assim, o homem é levado a vender sua força de trabalho no mercado em troca do salário para sua sobrevivência, e essa relação, por sua vez, transforma o trabalhador em uma mercadoria a ser trocada no mercado –, o trabalho também é deslocado, no império, de um lugar para outro, dependendo da geografia estabelecida pelas novas formas de acumulação de capital, mediante o processo de desenvolvimento da financeirização do capital. Este, por sua vez, vai onde os maiores lucros estão e onde seus interesses são beneficiados.

É possível imaginar a agricultura e a indústria de serviços dos Estados Unidos sem a mão de obra do imigrante mexicano, ou o petróleo árabe sem palestinos e paquistaneses? Além disso, onde estariam os grandes setores inovadores de produção imaterial, do design à moda, e da eletrônica à ciência na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, sem a “mão de obra ilegal” das grandes multidões, mobilizada em direção aos radiantes horizontes da riqueza e da liberdade capitalista? Migrações em massa tornaram-se necessárias para a produção. Todo caminho é forjado, mapeado e percorrido. Parece que quanto mais intensamente cada um é percorrido, e quanto maior é sofrimento ali depositado, mais cada caminho se torna produtivo. São esses caminhos que tiram a “cidade mundana” das nuvens e da confusão que o Império lança sobre ela. É assim que as massas ganham o poder de afirmar sua autonomia, viajando e expressando-se por intermédio do aparato de generalizada e transversal reapropriação territorial (HARDT; NEGRI, 2001, p.421-422).

De acordo com Boron, Hardt e Negri esquecem que os trabalhadores não migram de um lugar para outro com extrema facilidade como eles apresentam. Ao contrário, a mobilidade da força de trabalho entre os Estados-nação ocorre muitas vezes à revelia dos governos, politicamente pressionadas por facções conservadoras para criar barreiras para entrada de imigrantes em seus países. Basta que se lembrem as eleições das décadas de 1990 e 2000, de governos europeus, em que os candidatos ultraconservadores tiveram uma quantidade de apoio popular expressiva devido à sua posição mais intolerante com relação à

entrada de imigrantes; bem como da dificuldade que os latinos encontram para entrar nos Estados Unidos. Parece, porém, que os autores de *Império* não se importam com tal fato, porque acreditam que a mobilidade da população a transforma em sujeito ativo na medida em que ela se reapropria dos espaços. O processo de construção das subjetividades tem um desejo de libertação que somente se satisfaz no momento em que consegue apropriar de novos espaços e, dessa maneira, novas liberdades são construídas.

A multidão representa uma nova forma de resistência às imposições do império. No entanto, Hardt e Negri não conseguem dizer como isso ocorre de forma concreta e tampouco quais são suas práticas específicas. A análise apresentada por eles permanece bastante abstrata: “A tarefa da multidão, entretanto, embora seja clara no nível conceitual, continua muito abstrata. Que práticas específicas e concretas estimularão esse projeto político? A esta altura, não saberíamos dizer” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 423).

Ambos apontam somente para o que podemos reconhecer como formas maduras de consciência e de organização política da multidão, pelo ponto de vista formal do império, que está no outro lado da ponta e toma ações no sentido de reprimir os movimentos da multidão. “O Império não sabe na verdade controlar esses caminhos e só pode tentar criminalizar aqueles que os percorrem, mesmo quando os movimentos são necessários para a própria produção capitalista” (HARDT; NEGRI, 2001, p.422). Os caminhos aos quais Hardt e Negri se referem são as migrações que acontecem hoje no império. Os movimentos da multidão são definidos em grande medida pelos fluxos produtivos, e a produção capitalista depende dos processos migratórios da multidão e da cooperação para aumentar a acumulação de capital. É por meio desses deslocamentos geográficos que a multidão se reapropria dos espaços, constituindo-se como sujeito ativo. Nesses movimentos, também existe um desejo de libertação que só é correspondido através da conquista de novos espaços, criando novas formas de vida, cooperação e liberdade.

Ainda segundo esses autores, apesar da repressão exercida na multidão, “*todas essas ações repressivas permanecem essencialmente externas à multidão e a seus movimentos*” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 423, grifo do autor), pois o império pode somente separar e isolar esses movimentos, pois do contrário arriscaria acabar com a produtividade da multidão que produz a si próprio. O império precisa reprimir esses movimentos migratórios para que não conquistem legitimidade política; por meio de seus poderes, o império fomenta as forças de nacionalismo e fundamentalismo. Por meio de ações militares, o império controla os rebeldes, vigiando as fronteiras e os mares; no mundo do trabalho, aumenta a fragmentação dos trabalhadores em raça, cultura e gênero. Deve-se, no entanto, tomar cuidado para não

interferir no processo de produção de capital, que sustenta as bases de formação do império (HARDT; NEGRI, 2001, p. 422-423).

Para Boron, a análise feita por Hardt e Negri não mostra como as ações da multidão se tornam políticas, apesar de afirmarem que a ação da multidão se torna política quando passa a reunir as ferramentas de resistência necessárias para contrariar e desobedecer às fronteiras e espaços impostos à nova força de trabalho contra o comando imperial. A noção de multidão demonstra um vazio sociológico, posto que não faz figurar as classes sociais e, conseqüentemente, não confere existência à luta de classes (BORON, 2002, p. 106).

Contudo, apresenta-se para a multidão um primeiro elemento político – a chamada cidadania global. Essa reivindicação política é resultado das transformações ocorridas nos últimos anos; é fruto do processo de globalização da produção, isto é, da reestruturação produtiva do capital que se desenvolveu a partir da década de 1960. Por isso, traria novas conseqüências para o mundo do trabalho, principalmente no que se refere à configuração da classe trabalhadora. Segundo Hardt e Negri, os trabalhadores deixariam de estar enraizados nos territórios nacionais e funcionariam sob uma lógica global, onde o próprio capital exige a mobilidade da força de trabalho entre as fronteiras nacionais. A demanda da multidão é a mudança de *status* jurídico da população, para que cada Estado reconheça, juridicamente, as migrações necessárias à produção do capital. Na realidade, existem indícios da reivindicação da multidão. Hardt e Negri dizem que

Durante as manifestações de 1996 pelos *sans papiers*, os estrangeiros sem documentação que residiam na França, os cartazes exigiam “*papiers pour tous!*” Documentos de residência para todos significa, em primeiro lugar, que todos deveriam ter direitos plenos de cidadania no país onde vivem e trabalham. Não se trata de demanda política utópica ou irrealista. A demanda é simplesmente que o *status* jurídico da população seja reformado, para acompanhar as reais transformações econômicas dos últimos anos. O próprio capital tem exigido a mobilidade crescente da força de trabalho, migrações contínuas através de fronteiras nacionais (HARDT; NEGRI, 2001, p.423-424, grifo do autor).

Boron afirma (2002), contudo, que esse programa político da multidão – isto é, a cidadania global – é um internacionalismo abstrato, no sentido de que se trata de uma cidadania não restrita ao território nacional, mas que se propõe a ser global e abstrata, numa perspectiva sob a qual o termo cidadania está restrito às bases nacionais, formado a partir de um marco legal e institucional, no qual sua concretização está associada à criação de canais adequados de participação política, além de também estar atrelado a um conjunto de direitos estabelecidos pelo Estado-nação:



O problema é que, em sua olímpica abstração, esse internacionalismo repousa sobre “uma noção abstrata e pouco realista de uma sociedade civil internacional ou cidadania global” e na ilusão de que o mundo pode transformar-se caso se fortaleça a representação da esquerda e dos movimentos populares – digamos, por um momento, da multidão – nas grandes organizações transnacionais como FMI e outras do mesmo tipo (Meiksins, 2000, p. 118 *apud* BORON, 2002, p. 109).

Segundo Hardt e Negri, o Estado-nação está em declínio irreversível. Qual será, então, o marco da cidadania global? Acreditamos que este ocorra na sociedade civil internacional e que o mundo pode se transformar caso uma representação da multidão se fortaleça nas instituições internacionais, como o FMI e outras organizações internacionais. Tais atribuições, que cairiam sobre a sociedade civil global, fundamentam-se numa visão de mundo muito difundida há alguns anos com grande popularidade, enquanto resultado de alguns intelectuais atrelados ao Banco Mundial e a outras instituições financeiras transnacionais. Como afirma Boron,

Essas propostas estabelecem, principalmente no âmbito das sociedades nacionais, o desenvolvimento de um processo de “devolução” à sociedade civil de funções e atribuições que haviam sido indevidamente apropriadas pelo Estado. Como é óbvio, essas políticas são “o lado inverso” das privatizações e do desmantelamento do setor público que as instituições financeiras internacionais promoveram durante os últimos vinte anos. Tais orientações procuram solucionar a crise desencadeada pela deserção estatal de suas responsabilidades intransferíveis em matéria assistencial, educativa, sanitária e tantas outras, incumbindo a sociedade civil da tarefa de enfrentar as mesmas e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio das contas fiscais e, eventualmente, assegurar o superávit das mesmas para pagar a dívida externa. Se a política de atribuição de poder à sociedade civil é irreal no plano das sociedades nacionais, sua transferência para o terreno internacional não faz senão aprofundar as rachaduras que exhibe em seus próprios fundamentos (BORON, 2002, p.109-110).

Todavia, a sociedade civil global não está longe das barreiras impostas pelas classes sociais, bem como das desigualdades econômicas e sociais. Além disso, se a cidadania e a democracia foram conquistas que custaram séculos de luta pelas classes subalternas – e que em alguns casos quase não se concretizaram, principalmente nas sociedades de capitalismo periférico –, por que agora, no âmbito do sistema internacional, onde ainda são mais desfavoráveis, tais conquistas seriam alcançadas? Isso ocorreria porque o capital depende que os trabalhadores tenham mobilidade para realizar a produção do capital; logo, o trabalhador seria contemplado com a cidadania global. Dessa forma, a emancipação da multidão não é somente a conquista da cidadania global, mas também o direito de definir quando se movem e

para onde se movem e, portanto, têm o poder de controlar o seu próprio movimento (BORON, 2002, p.110).

O segundo elemento para a emancipação da multidão diz respeito, de acordo com Hardt e Negri, ao salário social. Tal lógica se fundamenta no raciocínio de que o trabalho passa por uma nova fenomenologia do trabalho, em que cada vez mais torna-se mais difícil realizar a distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo, entre o trabalho material e o imaterial, o trabalho intelectual e o físico, que produzem e reproduzem a vida social durante o processo explorado pelo capital (HARDT; NEGRI, 2001, p. 426).

De acordo com essa concepção, o trabalho operário mantinha a centralidade da classe trabalhadora no século XIX e durante boa parte do século XX, pois o trabalho produtivo era tido como o trabalho fabril; porém, nos últimos 30 anos, com o advento do modo de produção toyotista de acumulação flexível, bem como em decorrência do desenvolvimento das tecnologias da informação, o trabalho fabril paulatinamente perdeu espaço para o trabalho terciário, quais sejam, as formas de trabalho que não estão restritas ao chão da fábrica. Soma-se isso o fato de que o trabalhador, quando não está em processo de trabalho, também produz, na medida em que contribui para a reprodução do capital, pois nas horas de lazer estaria consumindo a produção por meio da indústria cultural. Desse modo, a multidão que reproduz as relações produtivas fora do trabalho deveria receber uma compensação, um salário social.

À medida que o trabalho se move fora dos muros da fábrica, torna-se cada vez mais difícil manter a ficção de qualquer medida do dia de trabalho e, portanto, separar o tempo de produção do tempo de reprodução, ou o tempo de trabalho do tempo de lazer. Não há relógios de ponto a serem acionados no terreno da produção biopolítica; o proletariado produz em toda a sua generalidade, em toda parte, o dia todo. (...) Essa generalidade de produção biopolítica torna clara uma segunda demanda política programática da multidão: *um salário social e uma renda garantida para todos* (HARDT; NEGRI, 2001, p. 426-427, grifo do autor).

De acordo, com Hardt e Negri, o salário social é uma renda que compensa o trabalho reprodutivo que ocorre fora da fábrica: “No contexto biopolítico do Império, porém, a produção de capital converge progressivamente com a produção e reprodução da própria vida social (...)” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 426), e vai ao encontro da política do salário de família, pois este faz uma divisão sexual do trabalho, pelo qual é pago ao trabalhador como pagamento ao trabalho reprodutivo da mulher e seus dependentes que não recebem salário. O controle da família é mantido pelo trabalhador masculino, através do salário-família pago ao trabalhador, e

(...) perpetua uma concepção falsa sobre que trabalho é produtivo e que trabalho não é. À medida que a distinção entre produção e trabalho reprodutivo desaparece, também desaparece a legitimação do salário de família. O salário social estende-se muito além da família, para toda a multidão, mesmo para os desempregados, porque a multidão inteira produz, e sua produção é necessária do ponto de vista de todo o capital social (HARDT; NEGRI, 2001, p. 427).

Assim, para ambos, o salário-família perde legitimidade a partir do momento em que a diferença entre trabalho produtivo e reprodutivo deixa de existir, pelo processo de desenvolvimento do trabalho imaterial.

Ainda assim, o salário social proposto por Hardt e Negri se parece muito mais com o salário-cidadão em voga nas democracias industrializadas do norte, que, a propósito, não pôs em xeque os capitalistas, ou neutralizou o caráter explorador das relações de produção. Nos lugares onde esse salário foi imposto não há indício de que houve emancipação da multidão. Tal análise faz com que se indague o fato se determinada medida não levaria a uma reação contrária dos capitalistas, ou pelo menos teria uma grande restrição a medidas com alto custo distributivo, que influenciaria a diminuição da taxa de lucro dos capitalistas (BORON, 2002, p.112).

O terceiro elemento do programa político da multidão, segundo Hardt e Negri, refere-se ao direito à reapropriação. Eles se perguntam se ela não é antes e acima de tudo o direito à reapropriação dos meios de produção. Ela é composta pela comunicação e pela linguagem, por máquinas e tecnologia, pelo coletivo e pela biopolítica, e pelo poder constituinte da multidão.

Para os autores de *Império*, o primeiro aspecto do *telos* da multidão é a linguagem e a comunicação, que estão cada vez mais integradas ao processo produtivo na sociedade capitalista. Sendo assim, o controle do sentido e do significado linguístico e das redes de comunicação constitui uma questão cada vez mais central para luta política, pois os elementos de exploração são impostos pelos regimes de produção linguística e comunicativa. O segundo aspecto do *telos* da multidão – as máquinas e as tecnologias – se devem porque no processo de produção capitalista a multidão tem-se tornado parte do maquinário da indústria, assim como parte interna da produção. Dessa forma, a emancipação da multidão passa a ser um agente autônomo da produção. O terceiro aspecto do *telos* da multidão é a formação do coletivo, o espaço onde ocorre o encontro entre sujeitos, e um mecanismo de construção da multidão que ocorre pela experiência e análise da multidão. O quarto aspecto do *telos* da multidão é a biopolítica: quando o trabalhador está lutando pela linguagem e tecnologia, e quando se fala de um meio coletivo constitutivo de um novo mundo, está-se falando de uma

conexão entre o poder da vida e da organização política. O quinto aspecto do *telos* da multidão é o poder constituinte da multidão. Tal poder torna possível um processo de transformação radical e progressiva por meio da solidariedade e da igualdade, e é por meio da análise da Constituição norte-americana que a multidão obtém um exemplo. Assim, o direito à reapropriação é o direito da multidão ao autocontrole e à autoprodução autônoma (HARDT; NEGRI, 2001, p. 429-430).

No entanto, Hardt e Negri não abordam em sua análise acerca do conceito de multidão o fato de que o crescente monopólio que a indústria da informação e de comunicação de massa conquistou no mundo. Será que a comunicação, o conhecimento e a informação circulam livremente através de todas as classes sociais? O que dizer do conhecimento, sem passar pelos debates em torno das patentes e da pressão que os Estado Unidos exercem sobre o direito de propriedade intelectual, tão crucial ao governo norte-americano, sendo essa uma nova forma de apropriação das corporações transnacionais, com o apoio dos Estados Unidos? Soma-se a isso a ideia de que as multidões têm conhecimento da Constituição norte-americana e de suas lições, e tal pretensão parece no mínimo ingênua e inocente ao acreditar que

Se sob rótulo de “multidão” H&N incluem os mais de dois bilhões de pessoas que apenas sobrevivem com dois dólares diários e sem acesso a água potável, esgoto, energia elétrica e telefones, sem alimentos nem moradia, fica um tanto difícil entender como dão um jeito para poder captar os maravilhosos e emancipadores ensinamentos da Constituição dos Estados Unidos. Se, ao contrário, nossos autores estão se referindo aos estudantes graduados de Duke ou Paris, então as chances melhoram, embora não muito. Mas estes são detalhes menores. A questão mais séria é a incrível idealização que eles realizam da Constituição [*sic*] norte-americana (BORON, 2002, p.114, grifo nosso).

A Constituição norte-americana é sabidamente antidemocrática e antipopular, uma vez que os cidadãos americanos estão impedidos de eleger diretamente o presidente. Boron nos conta que Noam Chomsky expôs diversas vezes que a Constituição foi construída para evitar que os cidadãos americanos tenham a péssima ideia de querer controlar os destinos dos Estados Unidos ou de se governarem a si mesmos. Um dos principais papéis dessa Constituição é assegurar os interesses do país, que não é outro senão o direito à propriedade privada, segundo James Madison, um dos arquitetos da Constituição dos Estados Unidos, além de ter um sistema político que desestimula a participação popular nas eleições, que acontecem nos dias de trabalho (BORON, 2002, p. 114-115).

Por fim, outro problema na análise que os autores de *Império* fazem é que relação ao direito da multidão de reapropriar os meios de produção é a ingênua visão de que os capitalistas detentores dos meios de produção – que são os fundamentos de sua riqueza e dominação política – desistirão dessas ferramentas sem a inevitável intensificação da luta de classes e repressão política a surgir mediante as tentativas de emancipação da multidão (BORON, 2002, p. 116-118).

O quarto e último elemento do programa político da multidão é a necessidade de organizar seu espaço político contra o império dentro das condições ontológicas que este apresenta. Posse é a melhor forma de visualizar a multidão enquanto subjetividade singular, “Posse se refere ao poder da multidão e seu *telos*, um poder personificado de conhecimento e de ser, sempre aberto para o possível” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 432, grifo do autor), que constitui o seu modo de produção e seu ser; e como todo modo de produção que surge e vai ao encontro das condições das quais ele precisa romper ou se libertar. O modo de produção da multidão vai contra a exploração, a propriedade e a corrupção; em nome da liberdade, da cooperação e do trabalho (HARDT; NEGRI, 2001, p. 431-432). Dito de outro modo, a multidão precisa se auto-organizar enquanto sujeito político:

A organização da multidão como sujeito político, como posse, começa portanto a aparecer na cena mundial. A multidão é auto-organização biopolítica (...) Certamente, deve haver um momento em que a reapropriação e a auto-organização atingem um limiar e configuram um evento real. É então que o político é realmente afirmado – que a gênese se completa e a autovalorização, a convergência cooperativa de sujeitos, e a administração proletária de produção se tornam um poder constituinte. É este o ponto em que a república moderna deixa de existir e surge a posse pós-moderna. Eis o momento de fundação de uma cidade mundana, forte e distinta de qualquer cidade divina (HARDT; NEGRI, 2001, p. 434-435).

Para Hardt e Negri o processo histórico de composição das classes e a história de luta de classe, “(...) demonstram a matriz dessas sempre novas e apesar disso definidas reconfigurações de autovalorização, cooperação e auto-organização como efetivo projeto social” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 432) desde o período que precede o modo produção fordiano e taylorista, no qual o trabalhador foi representado pela figura do operário profissional, passando pelos regimes que instalaram o modelo de produção assentado no fordismo e taylorismo, e sob o qual o trabalhador agora é identificado como operário-massa, até chegar ao chamado operário-social, que surge num regime informal de produção pós-fordiano. Assim nas palavras de Hardt e Negri esse operário-social fruto do regime pós-fordiano representa um projeto de constituição, ou seja, de um poder constituinte.

(...) o poder constituinte do trabalho pode ser expresso como autovalorização do humano (o direito igual de cidadania para todos na esfera inteira do mercado mundial); como cooperação (o direito de comunicar-se, construir línguas e controlar redes de comunicação); e como poder político, ou melhor dizendo, como a constituição de uma sociedade na qual a base de poder é definida pela expressão das necessidades de todos. Esta é a organização do operário social e do trabalho imaterial, uma organização de poder produtivo e político como unidade biopolítica administrada pela multidão, organizada pela multidão, dirigida pela multidão – democracia absoluta em ação (HARDT; NEGRI, 2001, p. 433-434).

Segundo Boron (2002, p. 119), os autores de *Império* já deixam claro que não há modelo algum a oferecer com relação à insurreição de uma poderosa organização, e que só a multidão se configura, pela sua experiência prática, quando ela se tornará possível. Entretanto Hardt e Negri afirmam:

Um exemplo importante do funcionamento dessa dimensão espacial é demonstrado pelos processos que puseram fim ao Terceiro Mundo, juntamente com toda glória e desgraça de suas lutas passadas, o poder de desejos que atravessaram seus processos de libertação, e a pobreza dos resultados que coroaram seu resultado. Os verdadeiros heróis da libertação do Terceiro Mundo podem ter sido, na realidade, os imigrantes e os fluxos de populações que destruíram antigas e novas fronteiras. De fato, o herói pós-colonial é o que continuamente transgride fronteiras territoriais e raciais, que destrói particularismos e aponta para uma civilização global (HARDT; NEGRI, 2001, p. 384-385).

Para Boron é no mínimo intrigante que a libertação tenha sido empreendida por um migrante que deixou seu país de origem atrás de melhores condições de vida, e que muitas vezes entrou na Europa ou nos Estados Unidos de forma ilegal. “(...) uma impressionante revelação para quatro quintos da população mundial, é que o herói de tamanha epopéia não foi outro senão o migrante (...)” (BORON, 2002, p.120).

Nesse contexto, Hardt e Negri afirmam o surgimento de um novo sujeito histórico e transformador da realidade: a multidão, numa realidade na qual o trabalho passa por um processo de reestruturação produtiva, em que o trabalho material cada vez mais abre espaço para o trabalho reprodutivo e imaterial, em que novas formas de luta se fazem necessárias diante desta nova fenomenologia do trabalho. Além disso, não podemos nos esquecer das transformações que ocorridas no plano internacional com as novas formas de acumulação de capital, que sem dúvida ocorrem com base em políticas neoliberalizantes responsáveis por reorganizar a posição das classes dominantes em torno de uma hegemonia do capital financeiro.

Assim, no próximo capítulo, o tema da reestruturação produtiva do capital se apresenta como meio para compreendermos as transformações do mundo do trabalho. O trabalho imaterial que ganha hegemonia frente a outras formas de trabalho, segundo Hardt e Negri, é sinal de um novo sujeito histórico: a multidão.

### **CAPÍTULO 3 - AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO PRODUTIVO NAS DÉCADAS 1960 E 1970**

Enquanto a sociedade for baseada no dinheiro,  
nunca desistiremos.

Folheto, greve em Paris, dezembro de 1995

O objetivo desse capítulo é situar o contexto histórico em que ocorrem as mudanças que fundamentam as conclusões de Hardt e Negri, além é claro dos pressupostos: declínio da soberania do Estado-nação, fim do imperialismo e do operário industrial enquanto sujeito político da revolução. Esses pressupostos são importantes porque a partir deles que H&N tiram suas conclusões.

A constituição de uma nova forma de dominação, composta pelo declínio da soberania do Estado-nação, o surgimento de uma soberania imperial, e a globalização da mercadoria, do sistema financeiro e da produção, com a constituição de um novo sujeito são, segundo Hardt e Negri, sintomas de uma transição da constituição do império. Por isso, é imprescindível voltar a atenção para as transformações que ocorrem com o processo de globalização da produção, isto é, no mundo do trabalho, tanto no processo produtivo da mercadoria como na nova divisão internacional do trabalho, introduzido pelo novo modelo de produção capitalista. Desse modo, torna-se possível identificar como as relações sociais de produção contribuíram para a formação do império.

No mundo do trabalho, há um processo de reestruturação econômica capitalista, caracterizado pela transformação no modelo produtivo de produção e pela nova divisão internacional do trabalho, ambas decorrentes da produção em rede e da informatização da produção, a saber, a transferência de indústrias dos países capitalistas avançados para a periferia que utiliza mão de obra intensiva com custos reduzidos. Para isso, abordaremos as obras de autores como Ricardo Antunes, David Harvey e de outros que analisam esse processo. Além disso, os países periféricos não contavam com um sindicato forte detentor de um poder de barganha com os patrões. Com relação ao modelo de produção fordista, na produção em massa havia um único padrão de produto, numa estrutura de fábrica verticalizada, em cuja produção ocorria todo o estágio de um produto, desde a peça de um automóvel, passando pela funilaria, até a montagem, numa estrutura estagnada, decorrente dos limites alcançados pela sociedade de consumo. Antunes explica:



Iniciamos, reiterando entendermos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição ou consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 2011, p. 24-25, grifo do autor).

A partir dos anos 1970, surge uma nova reestruturação produtiva, em que a fábrica desempenha um novo papel na produção – “O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo (...))” (ANTUNES, 2011, p. 23) –, que se torna uma fábrica horizontalizada em sua produção, na qual a estrutura da fábrica é desterritorializada e passa a funcionar em âmbito global. Nesse sentido, a produção passa a ser segmentada e distribuída globalmente, com a vantagem de contar com uma mão de obra mais barata e menos mobilizada nos países subdesenvolvidos. Alguns autores, como Sabel e Piore, em “*The second industrial divide*”, definem ser “especialização flexível”; Harvey, na obra “*A condição pós-moderna*”, denomina como “acumulação flexível”; Clarke, em “*Crise do fordismo ou crise da social-democracia?*”, propõe esta nova organização como o fordismo dotado de dimensão flexível; Coriat, na obra “*Pensar e revés: Trabajo y organización en la empresa japonesa*”, define como toyotismo.

Hardt e Negri compreendem esse período como pós-modernização ou a informatização da produção. Para eles, trata-se de um período em que ocorre a transição de uma economia industrial dominante para uma economia informacional “(...) no [*sic*] qual a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 301, grifo nosso) e que é um dos aspectos centrais na configuração do poder imperial.

Devido à crise financeira internacional na década de 1970, decorrente do colapso dos mecanismos do Bretton Woods, o capital se vê diante de uma mudança de paradigma do poder global da passagem do imperialismo para o império. Tal transição é marcada pelo processo de transformação da economia mundial:

A eficácia decrescente dos mecanismos de Bretton Woods e a decomposição do sistema monetário do fordismo nos países dominantes deixaram claro que a reconstrução de um sistema internacional de capital teria de envolver uma ampla reestruturação das relações econômicas e uma mudança de paradigma na definição do comando mundial (HARDT; NEGRI, 2001, p. 287).

A reestruturação das relações econômicas apontada por Hardt e Negri nada mais é do que o processo de reestruturação do processo produtivo, da transformação do modelo de produção baseado no fordismo para um modelo pós-fordismo, de modernização para pós-modernização (HARDT; NEGRI, 2001, p. 296).

É possível entender que a nova divisão internacional do trabalho é vista com bom os olhos pelas teorias desenvolvimentistas, por acreditarem que se os países em desenvolvimento continuarem seguindo o caminho percorrido anteriormente pelos países dominantes, estes poderão desfrutar de posição ou estarão no mesmo patamar de suas economias.

O discurso do *desenvolvimento* econômico, imposto sob hegemonia americana em coordenação com o modelo do New Deal no período do pós-guerra, usa essas falsas analogias históricas como fundamento de políticas econômicas. Segundo esse discurso, a história econômica de todos os países seguem um só padrão de desenvolvimento, cada país a seu tempo, e em velocidades diferentes. Países cuja produção econômica não se encontra no nível da dos países dominantes são vistos como países em desenvolvimento (HARDT; NEGRI, 2001, p.303).

Elas não analisam a posição que esses países, com pretensão de ascensão econômica, ocupam nas relações de poder global, isto é, que independentemente da introdução em suas economias das mudanças produtivas trazidas dos países centrais, continuam em uma relação de subordinação as economias dominantes (HARDT; NEGRI, 2001, p. 302).

De acordo com Hardt e Negri, as mudanças e deslocamentos geográficos – cenário no qual a economia nos países dominantes passa pelo processo de informatização e em decorrência do declínio de empregos nas indústrias –, ocasionaram uma exportação para países subordinados, ou seja, o processo de informatização da economia em que a economia de serviços ou o chamado setor terciário passa a ter um papel de destaque na economia em detrimento do setor secundário, e no qual as indústrias são modificadas pela informatização, passa a receber influência do desenvolvimento das tecnologias de serviços, e pode apontar

Para alguns, essas mudanças e esses deslocamentos geográficos podem sugerir que existe uma nova organização de estágios econômicos, na qual os países dominantes são economias informatizadas de serviços, seus principais subordinados são as economias industriais, e os últimos subordinados são as

economias agrícolas. Da perspectiva dos estágios de desenvolvimento, por exemplo, pode-se achar que através da exportação contemporânea de produção industrial, uma fábrica de automóveis construída no Brasil pela Ford na década de 1990 seja comparável a uma fábrica da Ford em Detroit na década de 1930, porque os dois casos de produção pertencem ao mesmo estágio industrial (...) Quando examinamos com mais atenção, entretanto, vemos que as duas fábricas não podem ser comparadas, e que as diferenças são extremamente importante (HARDT; NEGRI, 2001, p. 308).

Para os autores de *Império*, a economia global atravessa um processo de pós-modernização da economia da informação. Basicamente, há dois modelos de desenvolvimento dessa economia. Nesses dois modelos o operário industrial enquanto sujeito histórico da revolução perde espaço, pois há um atrofiamento dessa classe, havendo assim a emergência de um novo sujeito político. O primeiro modelo é a economia de serviços caracterizada pelo declínio no emprego industrial e aumento do emprego de serviços, em que o capital financeiro detém a hegemonia dentro do setor de serviços; e é representado pelas economias dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. O segundo modelo é a economia infoindustrial, em que ocorre uma junção entre as tecnologias da informação a produção industrial, e na qual há uma diminuição da oferta emprego, embora esta ocorra de forma lenta, e os serviços ligados à indústria desempenham um papel central no setor terciário; Japão e Alemanha têm uma preponderância nessa economia (HARDT; NEGRI, 2001, p.307).

Para Negri, o paradigma econômico segundo o qual as relações econômicas se baseiam no desenvolvimento das tecnologias da informação, da comunicação e da computação que desenvolvem na economia terciária – ou seja, no setor de serviços como transporte, energia, comunicação, assistência médica, finanças, educação, publicidade e a indústria do entretenimento – desempenha papel central nos processos de produção que passam por transformações na natureza do trabalho: cada vez mais o trabalho imaterial se torna hegemônico em detrimento do trabalho material que, em outras épocas, mantinha uma centralidade política, enquanto sujeito histórico emancipador.

As formas de trabalho que o dividiram em diferentes espécies e que vigorou ao longo do século XIX e XX parecem perder sentido nas novas formas relações de produção. Nos séculos anteriores, a classe operária assumiu um papel de vanguarda, pois era diretamente controlada pelo capital e considerada a classe produtiva primordial e assim era vista como o único sujeito que pode agir com eficácia contra o capital. No momento histórico contemporâneo já não é o que acontece, porque já não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho e, assim, todas as formas de trabalho são socialmente produtivas, pois

produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital.

Isso não significa que o trabalho industrial ou a classe operária não sejam importantes, mas apenas que não detêm o privilégio político em relação às outras classes de trabalho no interior da multidão. Sendo assim, as diferenças que dividiam o trabalho já não existem mais, porque agora existem outras condições para que os vários tipos de trabalho se comuniquem, colaborem e se tornem comuns (HARDT; NEGRI, 2012, p. 148).

Assim a partir das análises feitas de Hardt e Negri, podemos dizer que as transformações ocorridas no mundo do trabalho por meio da reorganização do processo produtivo mudam o foco ao redor do operário industrial para o surgimento de um novo sujeito: a multidão. O trabalho material perde hegemonia diante do trabalho imaterial e dá condições para a manifestação desse novo sujeito.

O trabalho industrial desempenhou um papel hegemônico diante das outras formas de trabalho nos séculos XIX e XX. Apesar de o trabalho industrial ser hegemônico sob as outras formas de trabalho, no sentido de exerce um poder de transformação sobre essas formas de trabalho, isso não significa que fosse maioria em termos quantitativos – ao contrário, era minoritário frente a outros tipos de produção, tais como o trabalho agrícola, que era maioria em termos quantitativos.

A indústria era hegemônica na medida em que sugava outras formas para o seu vórtice: a agricultura, a mineração e até a própria sociedade foram forçadas a se industrializar. Não somente as práticas mecânicas como também os ritmos de vida do trabalho industrial e seu dia de trabalho foram gradualmente transformando todas as outras instituições sociais, como a família, a escola e as forças armadas. Naturalmente, as práticas de trabalho transformadas, em campos como a agricultura industrializada, continuaram sempre diferentes da indústria, mas também passaram cada vez mais a compartilhar elementos em comum. É este o aspecto desse processo que mais nos interessa: a multiplicidade de formas específicas e concretas de trabalho mantém-se diferente, mas tende a acumular um número cada vez maior de elementos comuns (HARDT; NEGRI, 2012, p. 148).

Dessa maneira, também o trabalho imaterial nas últimas décadas do século XX passou a exercer hegemonia diante de outras formas de produção e, assim, o trabalho industrial perdeu sua hegemonia. A maioria dos trabalhadores do mundo atual, porém, não produz bens imateriais: o trabalho agrícola continua a ser dominante em termos quantitativos, e o trabalho industrial não diminui globalmente em termos numéricos. O trabalho imaterial, porém, se tornou hegemônico em termos qualitativos, assim como ocorreu com o trabalho industrial que, no século passado, exercia poder hegemônico sob as outras formas de produção e sobre a

sociedade. Naquele período a sociedade devia se industrializar; hoje, o trabalho e a sociedade devem se informatizar, para que seja comunicativa e efetiva (HARDT; NEGRI, 2012, p.151).

Para Hardt e Negri, a hegemonia do trabalho imaterial tende a mudar as condições de trabalho; o trabalho material que tinha hegemonia na figura do operário industrial, diante das mudanças na produção com informatização, a comunicação e a colaboração dão espaço para um novo sujeito político: a multidão. Vejamos, por exemplo, a divisão cada vez mais indefinida entre horário de trabalho e tempo de lazer. No paradigma industrial, os trabalhadores produzem nos horários que passam dentro da fábrica. Agora, o trabalho imaterial produz ideias, símbolos, códigos, imagens, e manipulação de afetos, como a sensação de bem estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão. Desse modo, quando a produção objetiva produzir uma ideia, resolver um problema, ou criar uma relação o tempo de trabalho, o trabalhador tende a se estender para além da jornada de trabalho no escritório, na empresa.

A hegemonia do trabalho imaterial se manifesta na nova forma de organização da produção, que se torna dominante por meio das relações de rede disseminadas, onde a informação, a comunicação, e a cooperação tornam-se normas de produção. Exemplo disso é a integração de tecnologias de comunicação e da produção industrial, ou a agricultura, que vem sendo informatizada, através da engenharia genética e da biotecnologia. Dessa maneira, a principal característica do trabalho imaterial é produzir comunicações, relações sociais e cooperação, criando relações e formas sociais comuns.

Além da característica do trabalho imaterial, aspectos nas novas formas de emprego demonstram a tendência da hegemonia do trabalho imaterial que transforma toda a sociedade à sua imagem, como o aumento da oferta de emprego no setor de serviços nos países dominantes, apesar de não serem maior que industrial em termos quantitativos, e que ocorre em coordenação com as atuais divisões internacional do trabalho, onde as outras formas de produção, tanto industrial quanto agrícola, são transferidas para os países subordinados. As novas formas de propriedade que o trabalho imaterial produz, como as patentes, os direitos autorais, passam a ser protegidos como propriedade privada.

Alguns economistas de acordo com Hardt e Negri utilizam expressões como fordismo e pós-fordismo para caracterizar a mudança de uma economia baseada no pleno emprego, com estabilidade e de longo prazo, típicos dos operários industriais, para trabalhos flexíveis que são móveis e precários— flexíveis porque o trabalhador tem que adaptar-se a várias tarefas; móveis porque estão constantemente mudando de emprego; e precárias porque não

possuem contrato algum que lhe garanta estabilidade de emprego em longo prazo (HARDT; NEGRI, 2012, p. 154).

Por fim, a forma disseminada em rede, típica da produção imaterial, assemelha-se com o toyotismo, que mescla, penetra ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, com novos padrões de gestão da força de trabalho, a gestão participativa, a busca pela qualidade total, esse modelo de produção japonês que surge em meados da década de 1960 e 1970 no interior da fábrica da Toyota no Japão (ANTUNES, 2011, p. 24).

Tal como o modelo de “especialização flexível”, que teria como experiência concreta, houve a “Terceira Itália<sup>2</sup>”, onde teria ocorrido uma nova forma produtiva que compõe o desenvolvimento tecnológico, uma desconcentração produtiva resumida em médias e pequenas empresas, e na recusa da produção em série (Sabel; Piore, 1984 *apud* ANTUNES, 2011, p. 25).

Hardt e Negri descrevem as formas de trabalho fordista e de trabalho imaterial e sua hegemonia sob as outras formas de trabalho em *Império*: “O modelo fordiano construiu uma relação relativamente “calada” entre produção e o consumo” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 310). Vale lembrarmos que a produção fordista era uma produção em grande escala e as mercadorias eram padronizadas sem que se precisasse se adequar às demandas do mercado (HARDT; NEGRI, 2001, p. 310).

A mudança ocasionada no processo de produção pode ser evidenciada pelo papel que o modelo de produção toyotiano desempenha na produção industrial. No modelo anterior, ou seja, no fordismo, a comunicação entre a fábrica e o mercado se dava numa relação restrita e lenta, na medida em que os canais de comunicação eram fixos e compartimentalizados de planejamento e, também, devido à rigidez dos procedimentos de produção em massa, quase inexistentes (HARDT; NEGRI, 2001, p. 311).

O toyotismo inverteu a relação entre a fábrica e o mercado, pois a produção da mercadoria passa pela comunicação e pela necessidade do mercado, uma vez que a fábrica mantém um estoque zero, e o planejamento da produção se comunica com os mercados, de forma que as mercadorias sejam produzidas de acordo com as demandas de consumo.

Este modelo envolve, portanto, não apenas um *feedback* mais rápido, mas também a inversão da relação, porque, pelos menos em tese, a decisão de

---

<sup>2</sup> No artigo publicado na revista *Lua Nova* Simon Clarke aborda o tema da “(...) Sobre a “Terceira Itália”, veja também Fergus Murray, “*The Decentralization of Production and the Decline of the Mass Collective Worker?*” em *Capital and Class*, nº 19 (1983), p. 74-99; Fergus Murray, “*Flexible Specialization in the Third Italy*”, em *Capital and Class* nº 33 (1987), p. 84-95; e Ash Amin, “*The Flexible Small Firm in Italy: Myths and Realities*”, em Anna Pollert ed., *Farewell to Flexibility* (Oxford: Basil Blackwell, 1990) (CLARKE, 1991, p. 123).

produção vem, de fato, depois da decisão do mercado, e com reação a ela. Nos casos extremos, a mercadoria só é produzida depois que o consumidor a escolheu e pagou por ela. De modo geral, entretanto, seria exato conceber o modelo como algo que busca uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo. Este contexto industrial oferece um primeiro exemplo em que a comunicação e a informação desempenham um novo papel central na produção. Pode-se afirmar que a ação instrumental e a ação comunicativa tornaram-se intimamente interligadas no processo industrial informacionalizado, mas deve-se imediatamente acrescentar que esta é uma noção empobrecida da comunicação como mera transmissão de dados de mercado (HARDT; NEGRI, 2001, p. 311, grifo do autor).

No entanto, Hardt e Negri não compreendem as consequências que o toyotismo traz ou, pelo menos, não apontam os resultados que tal modelo pode trazer para os trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos direitos solapados pela introdução do modelo de produção toyotista. Antes de entrar diretamente nas consequências do toyotismo para a classe trabalhadora, é necessário explicarmos como esse processo produtivo foi construído.

Coriat, de acordo com Antunes (2011, p. 30), aponta quatro fases que levaram à configuração do toyotismo. Primeiramente, houve a utilização da experiência têxtil na indústria automobilística, especificamente com relação ao manuseio de várias máquinas ao mesmo tempo – em média, cinco por trabalhador. Em segundo lugar, houve o aumento da produção sem aumentar os números de operários como resposta à crise financeira. Em terceiro, houve a importação das técnicas dos supermercados norte-americanos, chamado de Kanban, e que consiste em repor os produtos somente depois de serem vendidos. Finalmente, a quarta fase é a expansão do método Kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Antunes (2011) retoma a análise de Gounet em “*Luttes concurrentielles et stratégies d’accumulation dans l’industrie automobile*” e identifica a intensificação da exploração do trabalho no toyotismo, pois esse modelo produtivo faz com que o trabalhador passe a operar várias máquinas, diferentemente do modelo fordista em que o trabalhador opera uma máquina. O trabalho é desempenhado por equipes de operários, sempre em números menores, rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo. Há o sistema de luzes, que aumenta o controle sobre o tempo de produção, uma vez que a luz verde indica o funcionamento normal, a luz laranja aponta para uma produção máxima e a luz vermelha denuncia colapso na produção que deve então ser interrompida; logicamente, a produção varia entre constantemente entre a luz verde e laranja, com intuito de aumentar o trabalho excedente (Gounet *apud* ANTUNES, 2011, p.34).

Para que se concretize a flexibilização do processo produtivo, faz-se necessária a mão de obra flexível, isto é, os direitos dos trabalhadores devem ser flexíveis para poder responder às necessidades do mercado consumidor. Para isso, os trabalhadores devem ser temporários ou as empresas devem estabelecer regimes de subcontratação, infringindo direitos trabalhistas com objetivo de aumentar sua competitividade no mercado.

De acordo com Antunes, a expansão do toyotismo em escala mundial sob forma pura ou híbrida tem consequências destruidoras para a classe trabalhadora tanto em países da Europa ocidental, quanto no continente americano, em ambos os hemisférios, uma vez que o modelo japonês mantém uma sintonia muito mais próxima da lógica neoliberal do que com uma concepção social-democrata. A adesão a esse modelo traria maiores prejuízos à população, pois acarretaria o aumento do encolhimento dos serviços públicos, principalmente os de assistência sociais, diminuindo o que foi conquistado no Estado de bem estar social.

Para Antunes, o desemprego estrutural, que atualmente se espalha pelo mundo, passa por um processo contraditório, na medida em que há um aumento do desemprego fabril. Por outro lado, no setor de serviços ocorre o inverso, ou seja, há um aumento do subproletariado, do trabalho precário e do assalariamento no setor de serviços. Ele acrescenta:

Pelo que pudemos expor e indicar nas páginas anteriores, julgamos pertinente afirmar que a “substituição” do fordismo pelo toytismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modelo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve ser concebida como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. Neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das *várias formas* existentes de fordismo. Queremos aqui tão-somente enfatizar que a referida diminuição entre *elaboração* e *execução*, entre *concepção* e *produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, *só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital* (ANTUNES, 2011, p. 39, grifo do autor).

Os setores de serviço da economia é o espaço onde há o emprego de ferramentas que utilizam mais a comunicação e a informatização. Na maior parte desses serviços, os trabalhadores devem *a priori* dominar as técnicas de informática:

A familiaridade e a facilidade com a tecnologia de computação estão se tornando, cada vez mais, uma qualificação primária geral para o trabalho nos países dominantes. Mesmo quando não existe contato direto com computadores, o manuseio de símbolos e informações do modelo



informatizado de operação está extremamente difundido (HARDT; NEGRI, 2001, p. 312).

Nesses serviços, o tipo de trabalho desenvolvido não se relaciona com o trabalho realizado no antigo paradigma econômico, isto é, na produção industrial, pois a força de trabalho empenhado é imaterial, dado que o produto do setor de serviços não resulta de bem material durável e tampouco é fruto de um trabalho material, mas, ao contrário, é o resultado de um trabalho imaterial, que produz um bem imaterial, como serviço, conhecimento e entretenimento. Segundo Hardt e Negri, em épocas anteriores, no auge do sistema industrial, os trabalhadores aprendiam a agir como máquinas; na era da pós-modernização da economia informacional, os trabalhadores são levados a pensar e a agir como computadores (HARDT; NEGRI, 2001, p. 312).

No entanto, Antunes aponta que apesar do processo de desproletarização do trabalho industrial fabril nos países de capitalismo avançado, verificou-se que, paralelamente, houve um crescimento dos postos de trabalho nos setores de serviços, caracterizando tais países como sociedade de serviços. Não se deve aceitar, porém, a tese das sociedades pós-industriais ou pós-capitalistas uma vez que se mantém, pois de acordo com Antunes,

(...) pelo menos indiretamente, o caráter improdutivo, no sentido da produção global capitalista, da maioria dos serviços, pois não se trata de setores de acumulação de capital autônomo; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondente de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais (relativos a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se (Kurz, 1992, *apud* ANTUNES, 2011, p. 52).

A consequência do desenvolvimento da informatização da produção e do trabalho imaterial é o fato de o computador se tornar um componente essencial pelo qual todo e qualquer trabalho deve passar. Assim, o trabalho imaterial tem sido a homogeneização de todos os processos produtivos.

Com a informatização da produção, entretanto, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho. O trabalho de costura informatizada e o trabalho de tecelagem informatizada podem envolver exatamente as mesmas práticas concretas – ou seja, o manuseio de símbolos e de informações. As ferramentas, é claro, sempre economizaram a força de trabalho do objeto do trabalho, em certa medida. Em períodos anteriores, entretanto, as ferramentas geralmente estavam relacionadas, de forma mais ou menos

inflexível, a certas tarefas ou a certos grupos de tarefas; ferramentas diferentes correspondiam a atividades diferentes – as ferramentas do alfaiate, as ferramentas do tecelão, ou, mais tarde, a máquina de costura e o tear automático (HARDT; NEGRI, 2001, p. 313).

Nesse sentido, a característica de uma determinada atividade que trazia uma singularidade (ou seja, o trabalho concreto) ao trabalho que estava sendo feito, com o desenvolvimento da tecnologia, tende a diminuir e reduz todo trabalho concreto a um trabalho abstrato, por meio do computador, sua ferramenta universal (HARDT; NEGRI, 2001, p. 313).

Uma face do trabalho imaterial envolve dois tipos de trabalho imaterial. O primeiro é a informatização da produção industrial, que incorporou as tecnologias de comunicação e o trabalho material da produção de bens duráveis, que por sua vez incorpora o trabalho imaterial – que se sobressai. “O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 314). A outra face do trabalho imaterial é o trabalho afetivo. Esse é predominante nas áreas de serviços que envolvem a saúde e o entretenimento, tal como a indústria cultural, que cria e manipula os afetos, e os sentimentos de conforto e de satisfação. Tais tipos de trabalho compõem a principal característica da pós-modernização da economia global.

Entretanto, para Antunes, o saber científico e o saber laborativo, ou seja, o saber prático do trabalho, misturam-se cada vez mais no mundo contemporâneo, e não é o homem que deve pensar e agir como um computador, tal como afirmam Hardt e Negri, mas a máquina que deve passar a desempenhar atividades próprias da inteligência humana: as máquinas não podem eliminar o trabalho vivo do processo produtivo.

Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico. Com a conversão do *trabalho vivo* em *trabalho morto*, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento de *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é um processo que Lojkin denominou como *objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria*, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada (ANTUNES, 2011, p. 176, grifo do autor).

A transferência do intelecto humano para a maquinaria informatizada por meio de computadores acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto, mas não pode eliminar o trabalho vivo.

Antunes explica que a produção material e a produção de serviços necessitam cada vez mais de inovações, por uma produção de conhecimento que se transforma em mercadorias e capital. Para isso, é necessário que ocorra um processo de expansão do trabalho intelectual nas atividades industriais mais informatizadas e até mesmo nas esferas do setor de serviços. Desse modo, a imbricação entre trabalho material e imaterial expressa as mutações ocorridas no interior do processo produtivo das grandes empresas e do setor de serviços, em que o trabalho intelectual substitui o trabalho manual direto, subordinado à lógica da produção de mercadorias e de capital. Acrescenta, ainda, que há uma maior relação entre o trabalho industrial e o trabalho de serviços, e não uma extinção do trabalho fabril.

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, uma maior *interpenetração* entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua *forma de ser do trabalho* no capitalismo contemporâneo, e não a sua negação (ANTUNES, 2011, p. 178, grifo do autor).

Para Hardt e Negri as transformações produtivas que ocorrem na economia informacional levaram a uma mudança do modelo de produção. Este passa a ser em rede, pois, com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação a distância entre: a fábrica e a moradia dos trabalhadores, os fornecedores de matéria-prima ou de componentes da mercadoria, com intuito de facilitar o transporte e comunicação não são cruciais para uma produção eficiente.

A informatização da indústria e o crescente domínio da produção de serviços, entretanto, tornaram desnecessária essa concentração da produção. Já não existe uma relação linear entre tamanho e eficiência; na realidade, a larga escala tornou-se, em muitos casos, um estorvo. Avanços nas telecomunicações e nas tecnologias de informação tornaram possível desterritorializar a produção, o que dispersou as fábricas e esvaziou as cidades fabris. A comunicação e o controle são exercidos eficientemente à distância, em alguns casos produtos imateriais podem ser transportados pelo mundo a custos mínimos de tempo e dinheiro (HARDT; NEGRI, 2001, p. 315).

Assim, a economia industrial era centrada nos meios produtivos e nas forças produtivas, mas na nova realidade produtiva há um processo de descentralização da produção, e a cooperação entre fábricas e trabalhadores não dependem da proximidade entre eles, uma vez que a tecnologias da informação tornaram as distâncias menores (HARDT; NEGRI, 2001, p. 316).

Outra consequência do processo de desenvolvimento da informatização e do aprofundamento da descentralização da produção diz respeito ao capital. Na economia industrial, o capital estava preso ao território por meio das pressões dos movimentos operários; agora, passa a exercer vantagem sobre a pressão dos trabalhadores, especificamente das negociações com os sindicatos e os trabalhadores, uma vez que seu poder de negociação se encontra enfraquecido, pois o capital pode se locomover com maior facilidade e estabelecer sua produção em outros lugares, uma vez que sua produção agora passa a ser em rede.

A informatização da produção e a crescente importância da produção imaterial têm se inclinado a libertar o capital das coações de território e de regateio. O capital pode deixar de negociar com uma determinada população local mudando de lugar para outro ponto da rede global – ou simplesmente usando sua capacidade de locomoção como arma nas negociações. Populações operárias inteiras, que tinham desfrutado de certa dose de estabilidade e de poder contratual, se viram, por isso, em situações de emprego cada vez mais precárias. Uma vez enfraquecida a posição regateadora do trabalho, a produção em rede pode acomodar diversas formas de trabalho não-garantido, como o trabalho *free-lance*, o trabalho em casa, o trabalho em tempo parcial e o trabalho pago por tarefa (HARDT; NEGRI, 2001, p. 318, grifo do autor).

O trabalhador que outrora, no sistema econômico industrial, usufruía em certa medida de melhores condições, tais como estabilidade e poder contratual, agora no paradigma da pós-modernização da economia informacional, está sujeito a condições cada vez mais precárias, por mais que no sistema fabril também existissem condições que tornavam o trabalho oneroso. Ocorre também um processo de centralização do controle da produção na mesma medida que há uma descentralização da produção, porque a informatização da produção e as redes de computadores tornam o monitoramento dos trabalhadores mais fácil. Há uma centralização dos serviços de produção especializados:

(...) particularmente serviços financeiros. Serviços financeiros e serviços voltados para negócios em cidades-chave (como Nova York, Londres e Tóquio) administram e dirigem as redes globais de produção. Como mudança demográfica em massa, portanto, o declínio e esvaziamento das

idades industriais têm correspondido ao surgimento de cidades globais, ou, melhor dizendo, de cidades de controle (HARDT; NEGRI, 2001, p. 318).

Com uma classe trabalhadora heterogeneizada, que se vê obrigada a executar trabalho precário, temporário, subcontratado; com incorporação do trabalho feminino; e o surgimento das empresas terceirizadas – consequência da fragmentação do processo produtivo –, houve uma crise no movimento operário, no sindicalismo. Antes da nova organização produtiva, o sindicato limitava-se a uma categoria profissional e não se ampliava com a agregação das várias categorias ou mesmo entre setores. Além disso, a luta do sindicalismo se restringia à esfera nacional. Neste novo contexto, o sindicato depara-se com novos obstáculos para incorporar outros setores, bem como trabalhadores em condições de trabalho temporário, os desempregados e o trabalho feminino. Desse modo, o sindicato se encontra diante de novos dilemas de aglutinação dos trabalhadores, passando da esfera nacional para uma luta conjunta com sindicatos de outros países.

Para Michael Hardt e Antonio Negri, os desempregados, os migrantes e os pobres têm um papel nas implicações na organização sindical. Para eles, é preciso uma nova forma de organização sindical que consiga conciliar todos os interesses desses novos atores sociais, em outras palavras, representarem o tornar-se comum do trabalho em toda a sua dimensão – política, econômica e social. Todos aqueles indivíduos sociais estão sob a hegemonia do novo sujeito histórico da revolução, ou seja, na figura política da multidão em declínio do operário industrial. No entanto, a forma de organização sindical que surgiu no século XIX defendia somente os interesses econômicos (HARDT; NEGRI, 2012, p. 184-185).

Na sociedade atual, em que há relações de trabalho do pós-fordismo, a mobilidade desempenha papel central no mercado de trabalho, e todas as outras categorias de trabalho são influenciadas pela condição de mobilidade e mistura cultural comum ao migrante. Os vários tipos de trabalhadores migrantes, inclusive imigrantes permanentes, trabalhadores sazonais e trabalhadores itinerantes, foram excluídos da definição primordial e da organização política da classe operária (HARDT; NEGRI, 2012, p. 180).

Assim, os migrantes, os desempregados, os pobres e os parcialmente empregados possuem uma criatividade e inventividade são essenciais para a produção social.

Assim como hoje em dia a produção social se verifica no interior e no exterior das fábricas, assim também ocorre igualmente dentro e fora da relação salarial. Não existe uma linha social separando os trabalhadores produtivos dos improdutivos. Na realidade, as velhas distinções marxistas entre trabalho produtivo e improdutivo, assim como entre trabalho produtivo e reprodutivo, que sempre foram ambíguas, devem já agora ser

completamente descartadas. Tal como o conceito de exército industrial de reserva, também essas distinções têm sido frequentemente usadas para excluir as mulheres, os desempregados e os pobres dos papéis políticos centrais, confiando o projeto revolucionário aos homens (com mãos calejadas das fábricas), que eram considerados os produtores primordiais. Hoje, criamos como singularidades ativas, cooperando nas redes da multidão, vale dizer, no comum (HARDT; NEGRI, 2012, p.182).

Segundo Michael Hardt e Antonio Negri os pobres, que, ao longo de todo o século XX, apresentaram reivindicações e insatisfações com os governos locais, lutando contra a desigualdade social, ou seja, por uma redistribuição da riqueza, possuem atualmente uma característica biopolítica, colocando-se num nível global. Eles citam o exemplo de um movimento que desenvolveu em Chatsworth, na África do Sul, onde trabalhadores lutavam contra os cortes de abastecimento de água e energia. O que é normalmente espantoso era base comum desse movimento, formado por sul-africanos de origem indiana e negros sul-africanos. Além disso, apontam que a luta desse movimento não se dirige somente aos governos nacionais, mas também direcionam contra a globalização neoliberal expressa nas manifestações junto a Conferência Mundial Contra o Racismo em 2001 organizada pela ONU na cidade de Durban (HARDT; NEGRI, 2012, p. 183).

Ao contrário do que acontece hoje no modo de produção do pós-fordismo, as condições e as relações de trabalho tornam-se comuns, e tais divisões tradicionais já não fazem sentido, funcionando apenas como obstáculo.

Uma modesta proposta que aponta nesta direção, por exemplo, implica a abertura dos sindicatos para outros segmentos da sociedade, fundindo-os com os poderosos movimentos sociais que surgiram nos últimos anos para criar uma forma de “sindicalismo dos movimentos sociais”. Um exemplo mais agressivo é fornecido pelos “piqueteiros”, os movimentos dos trabalhadores desempregados argentinos que começaram a funcionar como os sindicatos militantes e politizados dos desempregados. Outro exemplo de militância trabalhista fora do contexto tradicional dos sindicatos pode ser identificado nas greves promovidas em 2003 pelos trabalhadores franceses “*intermittents*” – trabalhadores em tempo parcial no setor de entretenimento, das comunicações e das artes. Seja como for, hoje em dia um sindicato digno do nome – e digno do legado das lutas trabalhistas – deve ser a expressão organizada da multidão, capaz de investir todo o terreno global do trabalho social (HARDT; NEGRI, 2012, p. 185, grifo do autor).

Ainda para Michael Hardt e Antonio Negri, esses atores sociais representam classes perigosas porque os trabalhadores imateriais industriais, os desempregados, os migrantes, os trabalhadores agrícolas e os pobres estão incluídos como sujeitos na produção biopolítica.

Eles representam, pois, uma ameaça às formas de controle e as hierarquias e divisões global de que tanto depende o poder capitalista global.

A derrocada do leste europeu, no final da década de 1980, promoveu um choque nas perspectivas dos partidos operários; em contrapartida, a socialdemocracia, cuja bandeira era a intervenção do Estado, aliou-se ao pensamento liberal revestido como neoliberal. Os partidos de esquerda viam o leste europeu como exemplo a ser alcançado, mas, com a abertura dos países de economia planificada, eclodiram as atrocidades cometidas pelo stalinismo. Houve uma crise nos partidos políticos que cuja frente era composta por uma crise de mobilização, assim como o sindicato. A partir das análises de Harvey (2008), podemos concluir que com a vitória do bloco capitalista e do projeto hegemônico-político da restauração do poder econômico da burguesia nas décadas de 1970 e 1980, a esquerda se viu sem força para reagir à hegemonia dominante, que se globalizava. Assim, a classe dominante não só restaurou seu poder econômico como também enfraqueceu a mobilização dos trabalhadores.

Portanto, o processo de globalização da produção ou de reestruturação produtiva é um fenômeno que não se limita às leis do Estado ou ao menos está sujeito somente às leis do Estado onde sua matriz se encontra. As mudanças que ocorrem nas relações comerciais, ocasionadas pelas enormes proliferações de redes econômicas, multinacionais ou transnacionais, redefinem a função do Estado nas relações intra e interestatais e suscitam diversos entendimentos sobre o atual papel do Estado. Para muitos, até mesmo com os mais diversos matizes ideológicos, o Estado teria ou estaria por sucumbir diante de uma nova “ordem capitalista”. Essa nova configuração teria eliminado ou restringido a soberania nacional dos Estados-nação, extinguindo, então, a sua principal prerrogativa histórica. As visões de “fim” do Estado não ficaram restritas apenas ao campo dos liberais e se espalharam por distintas perspectivas, desde as heterodoxas até as mais esquerdistas. Os ultraliberais globalistas, representantes da ciência política norte-americana, sustentam que a internacionalização do capital o libertou das correntes do Estado, e que a “mão invisível” o conduziria a uma convergência internacional. Outros arquétipos advogam que as questões políticas, administrativas e econômicas, que antes seriam prerrogativas dos Estados-nação, teriam sido transferidas para a esfera supranacional, quer seja para órgãos ou instituições “supranacionais”, tais como, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), quer seja para os mercados financeiros privados.

Por outro lado, as ideias propaladas da decadência, fim ou transcendência do Estado-nação são visões distorcidas da realidade capitalista, uma vez que ele continua a figurar como

fator central na política e a representar o *locus* do poder de classe, mesmo diante da ascensão das empresas transnacionais e das instituições supranacionais. Não defendemos aqui a ideia de que “nada mudou” nas relações entre Estados. Na verdade, o Estado-nação continua vivo e robusto do ponto de vista das relações comerciais e das políticas econômicas estabelecidas nos órgãos de representação internacionais, tais como OMC, FMI, BIRD, ONU, Banco Mundial e G-8, embora mais restrito ao espaço estadunidense, bem como de alguns países europeus.

Isso, por sua vez, tende a restringir, em certa medida, o exercício de soberania nacional dos estados mais frágeis. Assim, as análises que Hardt e Negri apresentam na obra *Império* tornam-se ferramenta necessária para compreender as transformações que ocorrem na dominação política contemporânea. Tais redefinições de hierarquias e de graus de autoridade no exercício das soberanias nacionais – alçando os EUA ao posto de país com maior poder soberano – estão associadas ao aumento das tensões tanto externas, provocadas por modificações nas relações de coerção e controle entre os estados, quanto internas, em virtude dos novos rumos das estratégias públicas controladas por frações da classe dominante. Essa fração de classe, responsável por criar uma hegemonia em torno das políticas neoliberais difundidas ao longo das décadas de 1980, 1990 e que se constitui a principal defensora da globalização financeira, é um dos argumentos do declínio da soberania do Estado-nação defendidos por Hardt e Negri, que sustentam a construção de uma nova forma de dominação do império e que se torna, conseqüentemente, relevante para as reflexões que esta pesquisa pretende desenvolver.



## CAPÍTULO 4 - AS RAÍZES HISTÓRICAS DAS TESES DEFENDIDAS POR ANTONIO NEGRI

A continuidade da luta é simples: os operários precisam apenas de si mesmos e do patrão que têm diante deles. Mas a continuidade da organização é coisa rara e complexa: tão logo se institucionaliza, ela é rapidamente usada pelo capitalismo, ou pelos movimentos operários a serviço do capitalismo.

Mario Tronti

O objetivo principal desse capítulo é realizar uma comparação em torno das ideias difundidas por Antonio Negri e Michael Hardt no livro *Império* e a biografia política e a produção teórica de Antonio Negri. A finalidade é defendermos a ideia de que as teses que Antonio Negri apresenta nas suas obras, tal como o conceito de multidão e o de trabalho imaterial, é reflexo da sua militância política. Tal visão explicaria como Negri, ao criar a multidão enquanto novo sujeito político, demonstra ceticismo teórico com relação ao conceito de classe social, a saber, o de proletariado. Para ele, este já não é o sujeito histórico da transformação social.

O operarismo italiano, corrente de pensamento formada por jovens dissidente do partido socialista italiano e do partido comunista italiano, dão origem às revistas *Quaderni Rossi*, *Classe operária*, *Poder operário* e *Autonomia* para pensar a realidade italiana à luz do pensamento marxista nas décadas de 1960 e 1970. Os principais autores da revista *Quaderni Rossi* eram Raniero Panzieri, Mario Tronti, Antonio Negri e Romano Alquati. Esse grupo de jovens intelectuais contrapõe-se ao discurso ortodoxo marxista que predominava nas organizações da classe operária na década de 1960, que veem o “desenvolvimento das forças produtivas” como motor do caminho da humanidade para o comunismo e entende o capitalismo como propriedade privada e mercado. Raniero Panzieri questiona a visão apologética do progresso técnico-científico. A trajetória de Antonio Negri no movimento operário italiano começa no início da década de 1960 em torno da revista *Quaderni Rossi*, que publicada pela primeira vez em junho de 1961.

Para Turchetto o fato de o marxismo tradicional não tratar o termo “modo de produção” denotativamente faz com que esse grupo de marxistas tradicionais incorra no erro de identificar a propriedade privada e mercado com o capitalismo. Segundo Turchetto, Raniero Panzieri em *Plususvalore e pianificazione*:

Diante do encontro capitalista de técnica e poder, a perspectiva de um uso alternativo (operário) das máquinas não pode, evidentemente, fundar-se na inversão pura e simples das relações de produção (de propriedade), concebidas como invólucro que a um certo grau de expansão das forças produtivas seria destinado a cair simplesmente porque tornado muito restrito: as relações de produção estão dentro das forças produtivas, estas são “plasmadas” pelo capital (PANZIERI, 1964 *apud* TURCHETTO, 2004, p. 86).

De acordo com Maria Turchetto (2004, p. 86) “É bom sublinhar a importância teórica desta crítica: a sua originalidade faz do “operarismo” italiano daqueles anos um ponto alto da elaboração marxista européia”.

Como afirma Turchetto (2004), a proposição de Panzieri provoca uma releitura dos textos de Marx,

Abre-se a perspectiva para a ideia de que a expressão “modo de produção” empregada por Marx deve ser tomada muito mais ao “pé da letra” do que tenha feito o marxismo tradicional e, a partir dessa interpretação, as modalidades concretas pelo qual o trabalho é contingenciado dentro de uma organização tendo como objetivo a extração de mais-valia passam a ser o coração do problema. Portanto, o capitalismo não coincide com a propriedade privada e com o mercado, mas é, antes de mais nada, um tipo de organização do trabalho que encontra plena expressão nos cânones do taylorismo e do fordismo (TURCHETTO, 2004, p. 87).

Para Turchetto o retorno a Marx serve também ao propósito de propiciar uma análise dos processos em curso na Itália e para criar novas categorias interpretativas:

Nascem aqui os conceitos de “composição de classe” e de “operário massa”, destinados a ser tornar palavras-chave nos sucessivos desenvolvimentos do operarismo (mas também a ser amplamente acolhidos fora do âmbito marxista) e já presentes num ensaio de Romano Alquati sobre força de trabalho na Olivetti de Ivrea (TURCHETTO, 2004, p. 87).

Surgia dali conceitos como composição de classe e de operária massa. O termo composição de classe é a relação entre características técnicas e objetivas que a força de trabalho apresenta em um determinado contexto histórico, pela sua posição na organização capitalista do processo produtivo e por suas características políticas. As sínteses desses aspectos determinam o potencial da luta de classes; enquanto o operário massa é o novo sujeito produtor tecnicamente desqualificado, em relação ao seu antecessor (o operário qualificado), e politicamente desorganizado. Dessa forma, a *Quaderni Rossi* foi apontada como uma rica fonte teórica, cujo papel era refletir o movimento operário italiano.

Essa elaboração teórica encontra um referencial preciso na prática da luta de fábrica dos anos 60. São os anos nos quais se forma uma forte oposição contra a linha sindical oficial direcionada na defesa da “profissão” operária, linha que tinha se consolidado nos anos 50 como tentativa de defender a força de negociação com as lutas do primeiro pós-guerra. Os limites dessa batalha defensiva, que se baseava sobre uma não problematizada identificação da “profissão” com as “qualificações” ditadas pela organização capitalista do trabalho, emergem quando esta última é grandemente alterada pela introdução em larga escala dos métodos tayloristas e das linhas de montagem (TURCHETTO, 2004, p. 88).

O operarismo surge em meio a lutas sociais, espaço em que indivíduos, fossem os marginais, as mulheres, os desempregados, os jovens ou os trabalhadores clandestinos negavam-se a seguir a direção dos operários tradicionais, como desejava o Partido Comunista Italiano. Aquele grupo defendia uma nova via, fora dos partidos, sem delegação ou representação de poder, que estivesse mais próxima das angústias individuais, dos problemas sociais.

Assim, diante do contexto de reestruturação produtiva do capital, os movimentos operários que ocorrem em 1969, difundido na literatura operária como outono quente, período em que eclode uma série de revoltas operárias em algumas cidades italianas, descontentes com o caminho do movimento operário italiano por meio de seus dirigentes sindicais e partidários; fornecem provas de que o operário-massa tem um grande potencial de gerar conflito; ele serve de exemplo para os movimentos que surgem na sociedade daquele período. A partir da análise de Turchetto, para Tronti, o operário-massa poderia ser a vanguarda do movimento revolucionário italiano.

O “operário massa” dá prova não somente de sua própria existência, mas igualmente de sua acalorada potência conflitual. É uma figura socialmente real e um sujeito politicamente forte, capaz de se colocar como ponto de referência para os outros movimentos que naqueles anos se exprimem na sociedade. Mais do que isso, o “operário massa” poderia torna-se a vanguarda de um movimento revolucionário italiano (TURCHETTO, 2004, p. 89).

Para Altamira (2008, p. 117-118), houve um vazio entre a militância política nos anos 1960 e 1970 e a produção teórica nos anos seguintes do operarismo, como no caso de *Operários e capital*, de Mario Tronti, que duas décadas após sua publicação ainda não havia sido traduzido completamente para o inglês, e dos trabalhos de Antonio Negri, que só foram publicados a partir de 1989 no texto *Revolution retrieved*. Isso porque o desenvolvimento teórico e político dessa corrente de pensamento marxista talvez se deva ao uso permanente de

abstrações conceituais próximas de reflexões filosóficas tão atípicas e diferentes de outras escolas que talvez explique porque Perry Anderson, em *Considerações sobre o marxismo ocidental de 1979* não tenha escrito uma linha sobre a tradição do operarismo italiano.

O operarismo surge como uma alternativa teórica aos marxismos existentes em outros países europeus, como o trotskismo, o marxismo-leninismo, a teoria crítica da escola de Frankfurt, o existencialismo humanista de Jean-Paul Sartre, o estruturalismo de Louis Althusser e a ortodoxia marxista do partido comunista. No entanto, é intrigante pensarmos que a escola de pensamento que surge na cena por meio da revista *Quaderni Rossi*, bem como com grupos da esquerda extraparlamentar, que nunca se proclamaram herdeiros das ideologias oficiais do movimento operário, não é citada nos países ao norte dos Alpes como pertencente ao marxismo italiano; este se limita, em geral, a resgatar a figura de Antonio Gramsci e, com menos intensidade, de Galvano Della Volpe e de Lucio Colletti (ALTAMIRA, 2008, p. 117).

Diante do contexto econômico do pós-guerra, do crescimento do capitalismo, mediante o aumento do processo de internacionalização do capital, das melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e a inovação tecnológica, as forças produtivas desenvolviam-se a passos largos. Além disso, as crises econômicas e políticas que ocasionaram rebeliões nos países do leste europeu, como Polônia e Hungria, combinadas com a revisão teórica do marxismo na China e na União Soviética, corroboraram para a mudança do cenário político e econômico. Somem-se a isso as reformas estruturais dos partidos socialistas que abandonaram o marxismo canônico, substituindo-o pela nova tese da transformação socialista.

Em tal atmosfera econômica, contrapondo a uma leitura ortodoxa da crise, o operarismo italiano apontou na crise do Estado keynesiano o efeito direto das lutas operárias no terreno econômico salarial. Com a renúncia da esquerda europeia, as premissas do marxismo – como a luta de classes ao bloco de poder, a tática de confrontação, a revolução violenta e a luta armada –, enquanto privilegiava as condições objetivas de desenvolvimento das forças produtivas, produziu, com o operarismo, uma ruptura teórica ao propor uma releitura ao Marx científico de *O Capital*, priorizando a luta de classes e criticando o abandono da ditadura do proletariado, declarando guerra ao determinismo economicista que esquecia a luta de classes e privilegiava o desenvolvimento das técnicas e os avanços na produção (ALTAMIRA, 2008, p.120).

O operarismo italiano pode ser compreendido por duas fases, uma em torno da construção das revistas *Quaderni Rossi*, *Classe Operaia* e *Potere Operaio* e suas respectivas

dissoluções, e outra desenvolvida a partir da chamada *autonomia operária*. Na primeira fase, o tema central da discussão, tanto quanto na segunda fase, era o que fazer diante da nova composição de classe e da capacidade de criar um movimento revolucionário, isto é, uma teoria das organizações das massas. Na primeira fase, a composição de classe permaneceu em torno da construção do conceito de *operário-massa*, pois ali a luta de classe se dava primordialmente na fábrica. Na segunda fase, a composição de classe girava em torno do surgimento do *operário-social*, em que a luta de classe se expandia para fora dos muros da fábrica, ou seja, no conjunto da sociedade.

O *operaísmo* representa hoje, na realidade, uma “escola de pensamento”, não uma linha política exclusiva e pertencente a alguma organização política em particular. Os que defendem suas principais teses falam em geral de uma *matriz operaísta*, oposta às posturas ligadas ao PCI e, inclusive, em alguns casos, àquelas aparentadas com a própria autonomia. (...) é possível distinguir duas etapas diferenciadas em sua evolução: uma primeira, que se estende desde o seu nascimento – atravessando as revistas *Quardeni Rossi* e *Potere Operaio* – até as insurreições e ocupações de fábricas do verão de 1973, com a dissolução do grupo Potere Operaio; e uma segunda fase ligada diretamente à evolução e ao desenvolvimento da chamada *autonomia operária* (ALTAMIRA, 2008, p. 121, grifo do autor).

Para Altamira (2008) numa perspectiva marxista podemos caracterizar o operarismo, como um grupo político que tinha como objeto de análise os trabalhadores industriais enquanto sujeitos da transformação social em detrimento de outros movimentos ou setores sociais.

Como uma tendência herética do movimento operário italiano, o operaísmo repensou o marxismo à luz das lutas dos anos 1960 e 1970, enquanto mantinha uma relação paradoxal com o marxismo tradicional e o movimento operário oficial. Ao passo que a análise marxista oficial considerava que o que tornava o trabalho alienado era a exploração capitalista, o operaísmo, ao se recusar a entender o trabalho como fator que define a vida humana, considerava que a alienação capitalista consistia precisamente em reduzir a vida ao trabalho. Neste sentido, os operaístas mostravam-se contrários ao próprio trabalho, distanciando-se neste momento de toda ética socialista que ressaltava a “dignidade” que o trabalho proporciona. Justamente por isso, os operaístas jamais propuseram a apropriação dos meios de produção, mas sim, em todo caso, a redução da jornada de trabalho. Na perspectiva operaístas, os sindicatos e partidos, à medida que se relacionam com salários e condições de trabalho, não lutam para mudar o destino dos trabalhadores, mas apenas para tornar sua vida mais tolerável. Adotando está linha teórico-política, os operaístas pressionavam pela redução do tempo de trabalho e a transformação da produção mediante a aplicação do conhecimento tecnológico e a inteligência socializada (ALTAMIRA, 2008, p. 127).

Turchetto (2004, p. 89) afirma que em 1963 ocorre uma cisão na revista *Quaderni Rossi*. Tronti, Negri, Alquati saem da redação e criam a revista *Classe Operária*; Tronti publica um ensaio cujo título era *La Fabbrica e La Società*, impresso na edição número 2, em 1962, no *Quaderni Rossi*.

(...) de um lado, a peculiar teoria do nexoe entre fábrica e sociedade que este autor propunha já no ensaio “La fabbrica e la società” e que representa o nó central de toda a sua elaboração, de outro lado, a ideia de que a lógica da fábrica estende-se progressivamente a toda a sociedade (...) (TURCHETTO, 2004, p. 89).

Para Tronti, há uma relação de oposição entre a fábrica e a sociedade, em que o processo produtivo se desenvolve na fábrica, e há o processo de valorização que se desenvolve na sociedade. Para ele, somente a fábrica produz antagonismo, uma vez que na fábrica o trabalho tem valor de uso e que existe um antagonismo entre capital e trabalho. Na sociedade, porém, o trabalho tem valor de troca; não existe oposição entre capital e trabalho.

Segundo Tronti, entre fábrica e sociedade coloca-se antes de mais nada uma relação de *oposição*: a verdadeira contradição do capitalismo, para este autor, não é aquela entre “forças produtivas” e “relações de produção” teorizada pelo marxismo ortodoxo, mas aquela que opõe o “processo produtivo” que se desenvolve na fábrica ao “processo de valorização” que se desenvolve na sociedade. Na sociedade, a força de trabalho apresenta-se como *valor de troca*: nesse papel, o trabalhador é vítima do mercado, atomizado, inofensivo, consumidor passivo, incapaz de desenvolver qualquer resistência ao capital. Na fábrica, inversamente, a força de trabalho é *valor de uso*: enquanto tal, mesmo adquirida pelo capitalista, não cessa de pertencer ao mesmo trabalhador que, nessa base, conserva a própria capacidade de ser um antagonista e, inserido no mecanismo da produção cooperativa, a [sic] desenvolver em formas de ação coletiva (TURCHETTO, 2004, p. 89-90, grifo do autor).

No entanto, é contraditório afirmar que haja expansão das relações de produção para toda sociedade e declarar que somente na fábrica exista antagonismo. A alusão de que a sociedade absorve as relações produzidas na fábrica já estava presente no pensamento marxiano.

Segundo Turchetto (2004), para Tronti, o processo de fabricação da sociedade refere-se ao fenômeno da terceirização (expansão do setor de serviços, a saber, o terciário) da economia; trata-se do processo de transformação de todo trabalho em trabalho industrial, de generalização da relação de trabalho assalariado – a proletarianização –; sendo assim, os antagonismos existentes na fábrica tendem a ser reproduzidos na sociedade. Dessa forma, o

antagonismo se configura na fábrica entre capital e trabalho, por meio da exploração da mais-valia absoluta. No processo de fabricação da sociedade, no nível mais alto do capitalismo, a relação social se torna um momento da relação de produção e a sociedade inteira se torna uma articulação da produção, na qual se estende a produção de mais-valia relativa; logo, a relação entre fábrica e sociedade se faz orgânica (Tronti, 1962, p. 51 *apud* TURCHETTO, 2004, p. 89-92).

Essas ideias servem para a criação do conceito de “operário social”, que ocupará o centro das análises de Antonio Negri durante a década de 1970, período de agitações políticas, de reestruturação econômica e de repressão política, diante do reflexo do movimento operário ocasionado pelas mudanças que ocorrem no processo produtivo e do desmantelamento político da força operária. Há, nesse período, repressão aos movimentos que se movem fora da esquerda parlamentar.

Os grupos de esquerda extraparlamentar e do grupo *Potere Operaio* se dissolvem em 1973 no autonomismo e, um ano mais tarde, se unem à revista *Rosso*, cujas concepções são anarquistas e libertárias e passam a constituir a organização autônoma mais importante do norte da Itália. Esse período significaria para o autonomismo uma releitura das categorias marxistas, pois era necessário verificar na prática a construção social do conceito de *operário-social* intimamente ligado à expansão da produção para a esfera da circulação, na qual a esfera da circulação passa a fazer parte da produção, bem como o descobrimento de novas formas de comportamentos dos operários na sociedade, fosse dos movimentos feministas, fosse dos grupos de homossexuais (ALTAMIRA, 2008, p. 124).

Para Altamira (2008), alguns temas tomaram a cena principal no operarismo italiano, como a natureza cambiante do Estado, a estrutura de classes e a reestruturação econômica, que logo ocuparam posição de destaque no pensamento e na política da esquerda italiana. O movimento operário italiano serviu de combustível para a formação do operarismo italiano, pois a sua crescente recusa com as modalidades de trabalho da chamada organização científica do trabalho e mediante o confronto com a ideologia do Partido Comunista e suas principais organizações sindicais. O momento que marcou esse conflito ocorreu em 1962 com a greve na Fiat, na fábrica de Turim, que culminou na invasão e saque da sede do sindicato social democrata na Piazza Satuto. O conflito desencadeou, de um lado, a classe operária e a intelectualidade militante e, do outro, as organizações oficiais de classes. Isso resultaria, mais tarde, ruptura e formação de novas organizações (ALTAMIRA, 2008, p. 126-128).

É importante, contudo, ter clareza de que a publicação do jornal *Classe Operaia* de Tronti deu um salto na consolidação do operarismo italiano, pois surgiam naquele período

sinais de esgotamento da *Quaderni Rossi*. Tronti passou a defender a sabotagem como estratégia de luta do movimento operário, e Panzieri, naquela época, caracterizava a sabotagem como expressão da derrota política dos trabalhadores (ALTAMIRA, 2008, p. 146).

Outro aspecto de destaque para o operarismo italiano é a visão de reestruturação econômica. Segundo essa visão, a reestruturação capitalista mundial devia ser compreendida como resposta ao movimento da classe trabalhadora, ao contrário da esquerda tradicional, que via a crise do capital como uma ingerência dos capitalistas em lidar com os dinamismos da economia e com o desenvolvimento das relações de produção. Para Negri, a reestruturação dos anos 1970 é vista como uma forma de o capital desenvolver inovações tecnológicas para se libertar do operário-massa e paralisar os conflitos no interior de fábrica. No entanto, o novo contexto produtivo faz emergir um novo sujeito antagonista: o operário-social, de inspiração trontiana, pois o que Negri prioriza é o processo de terceirização – assim como Tronti em “*La Fabbrica e La Società*”. A separação teórica é visível na medida em que o processo de terceirização em Negri dá base prática à ideia de operário-social; em Tronti, o mesmo processo de terceirização é resultado da lógica da fábrica que se estende à sociedade (TURCHETTO, 2004, p. 91-95).

Com objetivo de indicar o novo sujeito político altamente escolarizado e distinto do operário-massa desqualificado, Negri retoma a velha ideia presente no pensamento ortodoxo do “desenvolvimento das forças produtivas” que move a história para o comunismo (de acordo com Turchetto, Panzieri em *Quaderni Rossi* lança uma crítica a essa ideia feroz à tradição marxista, no artigo *Plususvalore e pianificazione*), que foi objeto principal da crítica desenvolvida na *Quaderni Rossi*, embora houvesse uma diferença: eram as lutas operárias que moviam o capital em busca de inovação tecnológica, e não a mais-valia, como diria Raniero Panzieri. O antagonismo que existia na esfera da produção e que não existia na esfera da circulação das mercadorias é transferido para as “práticas da reprodução da força de trabalho” e passa a ser compreendido como o comportamento dos operários fora da fábrica, que possuem autonomia e passa a ser entendido com imediato significado anticapitalista (TURCHETTO, 2004, p. 95-96).

De acordo com Turchetto (2004, p. 96), Negri afirma que “O capitalismo foi extinto, superado pelo seu próprio desenvolvimento, economicamente inútil; sobrevive como pura vontade de domínio, mera coerção “política”, já desligada do processo de criação de valor”. Há o desenvolvimento da ciência e da técnica, do intelecto geral ou trabalho intelectual, que não reside na fábrica e sim na sociedade. Sendo assim, não é o trabalho que cria riqueza, mas a ciência e a técnica. A mais-valia absoluta cede lugar à mais-valia relativa. Vale ressaltarmos



que a base teórica do conceito de operário-social será útil mais tarde para Negri construir o conceito de multidão, fundamentado em 2004.

A partir das análises de Turchetto (2004), podemos concluir que Negri incorre no erro de Tronti ao fazer uma separação entre fábrica e sociedade, pois se o desenvolvimento das relações produtivas é exteriorizado para fora dos muros da fábrica, ou seja, para a sociedade, não só os antagonismos são exteriorizados, como também o processo de exploração. Ainda que essa exploração apareça sob novas formas de relação produtiva, sua origem continuará sendo a fábrica. No pensamento marxiano, o desenvolvimento do capitalismo, apesar de figurar sob formas distintas em contextos históricos e sociais diferentes, não significa que se trata de outro modo de produção.

Diante dos novos mitos que surgem com o desenvolvimento tecnológico, tal como a sociedade pós-industrial, da sociedade atomizada “(...) onde as cidades são esvaziadas e os indivíduos vivem num paraíso despoluído, conectados por terminais através dos quais se comunicam, trabalham, instruem-se e fazem compras (...)” (TURCHETTO, 2004, p. 98), e a ideia do fim do trabalho a partir de dois fatos – da automação que substituem o trabalho humano e da expulsão da mão-de-obra – são indícios da ideia de que o trabalho é limitado que pode acabar.

Estes mitos agradam aos operaístas. A ideia da “sociedade pós-industrial” agrada-os porque parece confirmar a velha ideia da fábrica que se difunde e se dilui na sociedade até desaparecer. O mito do “fim do trabalho” agrada-os, naturalmente: a ideia da *inutilidade* do comando capitalista – no sentido precedentemente considerado – une-se alegremente à ideia da automação total que se considera já em prática, adiada apenas por uma perversa vontade de prolongar os limites da necessidade histórica da estrutura de poder existente (TURCHETTO, 2004, p. 98, grifo do autor).

De acordo com este conceito, o processo de automação separa cada vez mais o comando capitalista da produção material e da fábrica, reduzindo apenas a um modo de pensar, de representar a realidade, de produzir sentido e regras, difundidos em toda parte e interiorizado por todos. Ou, como diz Turchetto (2004, p. 98): “operários “inteligentes” da fábrica integrada, engenheiros eletrônicos, gerentes, intelectuais. Todos pertencemos ao mesmo conceito de “força de trabalho cognitiva” desse sistema”.

Além disso, em *Classe Operaia* não há distinção entre luta econômica e luta política. Para Tronti, a luta política tende a provocar a crise econômica do desenvolvimento capitalista; ele também rejeita a tese leninista de que o capitalismo se desmoronaria onde o elo da cadeia

fosse mais frágil. Para ele, o elo da cadeia a se partir será aquele em que a classe operária for mais forte.

Durante o refluxo do movimento, o ano de 1964 levaria Tronti, em *Classe Operaia*, a reavaliar as concepções em torno do papel do sindicato e a valorização da organização política. Diante da visão pessimista com relação à possibilidade de a classe alcançar uma autonomia e construir um espaço político, uma nova organização, Tronti passou a defender a reconstituição do PCI. Diferentemente das posições defendidas por Tronti, o grupo do norte da Itália continuava a acreditar na construção de uma organização política a partir dos pólos industriais. Assim, foi aberta uma divisão na *Classe Operaia*, que teve seu último número publicado em 1967.

As mobilizações estudantis em 1967 conseguiram parar o sistema educativo. O novo movimento procurava redefinir a noção de política, construindo formas de organização baseadas em assembleias, que deixaram de lado noções de organização ortodoxa e questionavam as organizações tradicionais. O conflito social atingiu seu auge no “outono quente”, em 1969, com as lutas dos operários industriais do norte. O movimento estudantil passaria a colocar na agenda política da época a necessidade da aliança entre operários e estudantes. Com a dissolução de *Classe Operaia*, jovens intelectuais militantes chamados de operaístas se concentravam no nordeste da Itália em torno do *Potere Operaio*. Em poucos anos, em meados de 1972, o *Potere Operaio* alcançaria ampla legitimidade nas lutas estudantis— algo impossível de ser imaginado na época, pelos grupos rivais (ALTAMIRA, 2008, p. 161-163).

De acordo com Altamira (2008, p. 166), os acontecimentos de 1968 acabariam com qualquer expectativa, por parte do operarismo, de uma possível renovação do sindicalismo oficial ou de toda tática que implicasse o uso político do PCI. Para o operarismo, o conflito entre a autonomia real dos movimentos operários e seu controle pelas tradicionais organizações políticas e sindicais era a causa do fracasso do maio francês. Juntamente às organizações autônomas das lutas e às formas específicas de organização de greve e conflitos; foi criado o Comitê Unitário de Base (CUB), tendo este surgido a partir das iniciativas autônomas nas lutas da Pirelli, em Milão, que significou uma nova fase nos conflitos industriais italianos.

*Potere Operaio*, grupo político que surge a partir da dissolução de *Classe Operaia* ao nordeste da Itália, teve como principal figura Antonio Negri. Tratava-se de um grupo singular porque pensava o movimento operário e suas lutas para além das organizações sindicais e dos partidos políticos, e porque passaram a estudar a relação do movimento operário com outros

movimentos sociais, tais como o movimento estudantil e a luta feminista, que conquistou espaço em fevereiro de 1970, quando a Fiat incorporou um importante contingente de mulheres na suas plantas de Mirafiori. O grupo teve grande expressão, e uma das suas notórias militantes era Maria Rosa Dalla Costa, cujo trabalho alcançaria ampla difusão internacional nos círculos feministas. No entanto, polêmicas internas debilitaram-no enquanto força política um ano antes da sua dissolução, em 1973 (ALTAMIRA, 2008, p. 168-169).

No entanto, para *Potere Operaio*, o fracasso do movimento só poderia ser superado se fosse possível construir um partido de vanguarda. Houve, assim, divisão interna no grupo entre o setor representado por Negri, que defendia a revisão do significado da autonomia da classe operária e do modelo insurgente, o um outro setor, liderado por Franco Piperno e Oreste Scalzone, que defendia a urgência da construção do partido.

Diante das divergências, os grupos partidários de Negri (coletivos operários de Marghera e Milão) se organizaram e deram lugar ao denominado *Autonomia*. Em seguida, seus opositores – o segmento de Roma –, viria a se integrar à *Autonomia*. Outros, seguindo o caminho de Mario Tronti, como Alberto Asor Rosa e Massino Cacciari, integraram-se novamente ao PCI.

De acordo com Turchetto, Tronti, diferentemente de Negri, passa a defender a “autonomia do político”, cuja ideia central era transferir as lutas que ocorriam no âmbito da fábrica para a esfera do Estado, ou seja, o partido político operário poderia obter conquistas no nível institucional, e assim transferia a luta armada para o campo da disputa parlamentar. O resultado de tal postura foi a extinção de qualquer proposta revolucionária, uma vez que o cerne da luta armada era a conquista de uma transformação social e não o interesse de jogar as regras do jogo dentro do estado (o que aconteceria com a mudança de foco no acirramento institucional). Diante do clima de perseguição política que ocorre na Itália do final da década de 1970, de acordo com Maria Turchetto, as análises tanto de Tronti, que defende a ideia da “autonomia do político”, quanto de Negri, cujas reflexões giram em torno do operário-social, representam no início uma fuga para realidades diferentes daquelas da fábrica, e fuga da própria realidade em si, como uma forma de escapar das perseguições que estavam acontecendo (TURCHETTO, 2004, p. 94).

O desenvolvimento político da *Autonomia Operária* relaciona-se intrinsecamente com a elaboração teórica do operário-social e do Estado, conceitos desenvolvidos por Negri, que suscitaria grande controvérsia teórica na extrema esquerda italiana e seria, depois de *Potere Operaio*, a corrente que alcançaria maior influência política.

Durante os anos em que estaria ligado à *Autonomia*, Negri desenvolveria uma série de trabalhos para compreender a dinâmica das lutas de classe e a crise econômica na sociedade italiana: foi em 1973 que escreveu “Partido Operário contra o trabalho”, que apontava a jornada de trabalho como o campo de luta civil entre as duas classes. Dito de outro modo, a disputa entre trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho e o trabalho excedente havia conduzido a uma luta entre variáveis independentes na época da subordinação real. Esse era o problema central da acumulação capitalista. Nesse artigo, a concepção de capital e classe figura como uma transição que, a partir da leitura dos *Grundrisse*, finalizaria na figura do operário-social (ALTAMIRA, 2008, p.190).

Durante o ano de 1974, período em que eclodiu a crise econômica devido à inflação doméstica, a sociedade italiana viu surgir movimentos de luta desde trabalhadores a estudantes universitários, que enfrentavam uma ameaça de corte do orçamento na educação. Negri viu nesse movimento ressurgir a figura de vanguarda de massa formada durante o “outono quente”, e interpretava esse momento como um processo de recomposição da classe baseada no trabalho social abstrato, diferentemente das leituras que apontavam as diferenças existentes entre os operários de fábrica e os demais trabalhadores: mulheres e os jovens. Assim, a figura do operário-social enquanto novo sujeito político passava a se materializar na sociedade italiana.

A partir dos processos de criminalização do protesto social defendido pelo Estado, a *Autonomia* passou por um período de crise quando viu grande parte dos ativistas aderirem à luta armada, apesar de ela enxergar a luta armada como uma fase final da luta de classes. Coexistiram, pois, duas linhas políticas dentro do movimento: uma que defendia um modelo de organização que privilegiasse o movimento, e outra, que defendia uma postura mais ortodoxa e aderida a uma concepção leninista de organização. A força que era maioria dentro *Autonomia* apostou numa forma de organização que evitava atuar como partido, seguindo a mesma lógica de *Potere Operaio* e *Lotta Continua*.

Em 1975, Negri produziu um trabalho “Proletários e Estado”, no qual analisa os esforços dos capitalistas para retomar o comando durante e logo após o “outono quente”, por meio da decomposição técnica da classe. Nesse texto, Negri aponta que o operário-social é resultado da crise do capitalismo. Apesar da reestruturação capitalista e da classe operária, enquanto categoria, entrarem em crise, para Negri a classe operária continua difundindo todos os seus efeitos na sociedade como um proletariado (ALTAMIRA, 2008, p. 194).

De acordo com Altamira, Romano Alquati havia sido o primeiro a ter criado o termo “operário-social”, referindo-se ao trabalho intelectual. Foi Negri, porém, que ampliou o

conceito para além da intelectualidade; o termo não se referia a nenhum setor específico da indústria, mas ao trabalho abstrato. Em “Proletários e Estado”, o conceito de operário-social rompe com a genealogia das figuras da classe do operarismo (ALTAMIRA, 2008, p. 194-195).

O último trabalho que Negri escreveu antes de sair da *Autonomia* foi “Domínio e sabotagem”, em 1977, em que segue com suas definições da categoria de operário-social. Segundo Altamira (2008, p. 197-198), apesar de expressar noções de unidade e pluralismo por meio dos movimentos autônomos daquele período, como o movimento estudantil, o movimento feminista e o movimento operário, eles careciam de um aspecto mais específico e contraditório que o distinguia, ficando restrito a ideia de trabalho abstrato; daí o conceito de operário-social.

Em 1977, ocorre outro movimento político, cujo início se deu com a ocupação de quatorze dias da Universidade de Roma pelos estudantes, contra as tentativas do governo de restringir o acesso à educação superior; em março, a revolta se espalhou para Universidade de Bologna; que em seguida, o conflito se estendeu para o âmbito nacional. Diferentemente da revolta de 1968, esse revolta acusava de serem contrarrevolucionárias tanto as lideranças da esquerda histórica como seus seguidores (ALTAMIRA, 2008, p. 199-200).

Nesse contexto político e social, a sociedade italiana se viu dividida em movimentos dos marginalizados, desempregados, estudantil e do crescimento à adesão da luta armada por meio das Brigadas Vermelhas, que culminaram no sequestro de Aldo Moro, em 1978. Logo, *Autonomia* se dividiu entre os membros que defendiam os temas libertários da autonomia e o desenvolvimento pessoal e aqueles que defendiam os debates sobre a viabilidade da guerra civil. Tal divisão ficaria clara no encontro que ocorreu em setembro de 1977, na cidade de Bologna, quando o impasse político da *Autonomia* ficou exposto.

Em novembro de 1981, Negri rompe com a *Autonomia*, acusando-a de adotar uma linha mais ortodoxa, um modelo bolchevique de organização política e de endossar o debate em torno do operário-massa, uma categoria que já não dava conta de explicar a relações de produção.

Segundo Altamira o operarismo define a classe trabalhadora não pela sua identificação como os produtores ou com os assalariados, como o faz o capital e a esquerda hegemônica:

O capital dirige e domina com base na divisão social que gera. Nesse sentido, o fundamento estratégico da acumulação capitalista reside na capacidade de recriação permanente das divisões entre assalariados e não-assalariados. A cultura da esquerda hegemônica tem contribuído para

perpetuar essa política, identificando sem mediações a classe trabalhadora com os produtores ou com assalariados. Para o operarismo, a classe operária se define, pelo contrário, não pela sua função produtiva, mas pela sua capacidade para disputar com o capital o controle social (ALTAMIRA, 2008, p. 209).

Para o operarismo italiano, a figura operária característica de cada período é resultado do processo de acumulação, pois para eles compreender a dinâmica da acumulação perpassa o entendimento da relação entre acumulação de capital e os ciclos de luta, isto é, da dinâmica de luta da classe operária. Assim, as crises econômicas do processo de acumulação e as debilidades do sistema capitalista se dão pelo enfrentamento da classe operária. Para a esquerda tradicional, no entanto, as crises econômicas que levam às disputas entre os capitalistas e as guerras imperialistas é consequência das dificuldades do capital de planejar a produção, por meio da anarquia da produção, enquanto irracionalidade externa do modo de produção capitalista. Desse modo, para a esquerda tradicional, a classe operária não é geradora da crise, mas uma vítima inocente das contradições internas do capital (ALTAMIRA, 2008, p.210).

Nesse contexto, ao fazer a defesa da classe operária, o marxismo tradicional ficou exposto, pois ele vê nas lutas reações da classe para com o trabalho; para o operarismo, porém, a luta de classes se desenvolve contra o trabalho, ao desenvolver os conceitos de composição de classe (técnica e política), recomposição política e decomposição política, para compreender a relação entre capital, e luta da classe operária, que, ao fazer uma defesa do trabalho, assumiria a posição dos capitalistas (ALTAMIRA, 2008, p. 210).

Talvez por isso, ao enxergar na multidão um novo sujeito histórico, se relacione a passagem histórica de Negri pelo autonomismo na década de 1970, na Itália. Isso porque a análise elaborada por ele acerca do movimento operário e de suas consequências se refletiram nas décadas seguintes, bem como na construção do operário-social para explicar as transformações ocorridas no período.

Passadas a crise do operarismo italiano, as prisões no final da década de 1970 e 1980, e diante do significado da derrota do movimento operário, Negri desenvolve o conceito de operário-social na década de 1970 e passa a desenvolver – logo após seu exílio na França e no período que escreve *Império* na década de 1990 – o conceito de multidão, e rompe com suas raízes históricas no operarismo italiano. Nesse sentido, assim como o operário-massa dá lugar ao operário-social, este é substituído pela categoria de multidão. Dito de outro modo, o operário-social é o embrião, no período da reestruturação da produção, da multidão no contexto do império.

Neste contexto, as bases históricas do pensamento de Antonio Negri devem ser buscadas na sua história dentro do movimento operarismo italiano, desde sua participação em *Quaderni Rossi*, na década de 1960, passando pelo *Potere Operário*, até a *Autonomia* na década de 1970, que se manteve até novembro de 1981, quando romperia com ela.

Essa análise é relevante para compreendermos as formulações que Negri posteriormente desenvolve após seu exílio na França e em retorno à Itália na década de 1990, quando produz suas principais obras: *Império*, em 2000 – para explicar as transformações políticas no processo de acumulação do capital –, e *Multidão*, em 2004, na qual aprofunda a ideia de um novo sujeito político inicialmente abordado em *Império*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central da obra *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, é a nova forma de dominação política que está em processo de configuração. Defendido por seus autores, o novo período de dominação política é legitimado por um tipo de soberania distinta da soberania moderna. Negri (2001, p. 155) afirma: “O fim do colonialismo e o declínio dos poderes da nação indicam uma transição geral do paradigma de soberania moderna para o paradigma de soberania imperial”. A nova soberania imperial ergue-se, segundo Hardt e Negri, em detrimento da soberania nacional, pois nesse mesmo período de ascensão de império ocorre o declínio da soberania do Estado-nação.

A nova forma de dominação, denominada “império”, fundamenta-se em três aspectos. Primeiramente, assenta-se no declínio da soberania do Estado-nação; em seguida, na globalização da produção e das mercadorias, e em finalmente, no que também é uma consequência do segundo aspecto: a formação de um novo sujeito histórico – a multidão –, que passa a deter o *status* de agente do processo revolucionário, análogo ao papel que operário mantinha anteriormente ao surgimento de Império.

O declínio da soberania do Estado-nação segundo os autores de *Império* é consequência tanto do desenvolvimento da globalização, ou seja, da intensificação dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de comunicações entre os diferentes lugares do mundo, bem como das mudanças que o sistema internacional vem sofrendo a partir de meados da década de 70 do século XX, com o aprimoramento das instituições supranacionais, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, cuja função é a de estabelecer as regras comerciais internacionais entre os países.

O poder que essas organizações supranacionais exercem no sistema internacional, ditando a conduta dos países provoca, de acordo com o pensamento de Hardt e Negri, um choque com o princípio fundador do Estado-nação, a saber, a sua soberania nacional que, portanto, está em vias de desaparecer para dar lugar a uma nova forma de soberania imperial. No entanto, esses mesmos organismos internacionais têm como colaboradores financeiros os principais países de capitalismo avançado que fomentam suas decisões políticas e econômicas para interesses próprios.

Além disso, as associações econômicas entre os países, ou seja, a formação de blocos econômicos no sistema internacional – como União Europeia, NAFTA, o MERCOSUL, para citar alguns –, são pistas de que a economia nacional do século XIX está em mutação e com



isso as decisões econômicas do Estado-nação. Assim, a soberania econômica do Estado-nação abre passagem à soberania imperial.

Outro ponto levantado por Hardt e Negri é a integração cada vez maior entre as economias nacionais via mercado financeiro, isto é, pela mundialização do capital que supostamente contribuiria para o declínio da soberania nacional.

Entretanto, o processo de globalização financeira é aprofundado através das políticas econômicas neoliberais que os Estados-nação adotam para sair da crise econômica que abalam suas economias nas décadas de 1970 e 1980, principalmente para retomar os ganhos econômicos que a burguesia havia perdido ao longo dos anos com as políticas do *New Deal* nos Estados Unidos e o *Welfare state* (estado de bem estar social) na Europa. Desse modo, houve a ascensão de uma fração da burguesia financeira, que, nesse novo panorama, passou a deter a hegemonia diante das outras frações de classe.

A globalização da produção e das mercadorias seria o segundo aspecto da formação de Império, pois com a reestruturação produtiva as produções das mercadorias deixam de ter uma base nacional, restrita a um único território, e passa a ter uma produção global, intensificando a expropriação de trabalho excedente, aumentando cada vez mais a acumulação de capital em detrimento das classes trabalhadoras. Além disso, contribui para fragmentar e segmentar a luta dos trabalhadores por meio dos sindicatos e da socialização entre eles, pois esses quando não estão atrelados aos interesses dos capitalistas, não conseguem organizar a luta diante das novas relações de produção.

Neste contexto, de acordo com Hardt e Negri, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho seriam sintomas de uma transição entre uma forma de dominação baseada no imperialismo para uma forma de dominação chamada Império. Assim, a reestruturação é produtiva – acumulação flexível<sup>3</sup> –, pela característica desterritorializada que sua produção apresenta, ou seja, de que a fábrica não está mais restrita a um único território, posto que a produção agora é em rede. Diferentemente do que ocorria no fordismo, seus trabalhadores exercem múltiplas funções, ao contrário do operário-massa que tinha uma única tarefa. Desse modo, o trabalho imaterial passa a ter hegemonia em relação às outras formas de trabalho, distinta do trabalho industrial em que há o predomínio do trabalho material.

---

<sup>3</sup> Na literatura sociológica, mais especificamente na sociologia do trabalho, não há um consenso em torno da definição de qual modelo as relações de produção são definidas. Este trabalho tende a concordar, por falta de uma imprecisão, com a definição de David Harvey de “acumulação flexível”, segundo a qual há novas formas de gestão de trabalho, por meio do trabalho em equipe, associadas a padrões de automação e informatização e a desconcentração espacial da produção.

Todas as características mencionadas representam, para Hardt e Negri, o fim do imperialismo e o surgimento de império. No entanto, após analisar as fundamentações que Harvey (2008) e Boron (2002) apontam, torna-se cada vez mais difícil chegar às mesmas conclusões que os autores de *Império* e *Multidão*, pois como bem lembra Harvey, se existe um declínio do poder do Estado-nação, este ocorre para legitimar os interesses econômicos e a acumulação de capital, bem como os políticos da classe dominante.

Tanto nas transformações ocorridas no modo de produção do capital, quanto na divisão internacional do trabalho, os países em desenvolvimento, ao abrir suas fronteiras para que as multinacionais se instalassem, diminuíam os custos nos países desenvolvidos e aumentavam o mercado consumidor de seus produtos. O aprofundamento da financeirização por meio das políticas neoliberais são respostas à queda da taxa lucro do capital que, diante disso, faz com que a classe dominante coloque em prática um projeto de retomada de seus ganhos por meio das modificações no mundo do trabalho, nas relações dos organismos internacionais e na soberania do Estado-nação.

Dessa forma, com objetivo de retomar o aumento na acumulação de capital da classe dominante foi necessário que houvesse um pseudodeclínio da soberania do Estado-nação frente a uma maior ingerência das instituições supranacionais e de uma menor influência do Estado na economia. Pelo menos, isso ocorreu com maior empenho nos países periféricos, como bem apontou Boron (2002) e Harvey (2008).

O terceiro aspecto da formação de Império é o surgimento de novo sujeito histórico – a multidão –, que surge no interior da classe trabalhadora num processo de fragmentação das lutas sociais. Para Hardt e Negri a multidão é o antípoda de Império, sua antítese; o ser social que assume o papel que o proletariado teve no imperialismo, mas que diante configuração de Império deixou de ser o sujeito histórico. Cabe agora à multidão a tarefa de transformar a realidade. Nesse ponto, a nossa hipótese é de que a construção do sujeito ocorre num período da vida intelectual de Negri, especificamente no período em que estava militando em torno da corrente italiana denominada operarismo. Tal corrente produzia várias reflexões acerca da luta de classes na Itália nas décadas de 60 e 70 do século XX.

As experiências que Negri absorve em torno dessa corrente de pensamento foi importante para a guinada que o levaria às reflexões expressas em *Império* e *Multidão*, pois nos primórdios da militância no operarismo, mais precisamente na *autonomia*, Negri passa a fazer uma inflexão teórica, já descrente com os rumos do movimento operário e com a derrota política que o operarismo sofre diante da ofensiva que empresas tomam principalmente no complexo industrial, onde estavam as maiores fileiras do movimento operário. Houve

fragmentação e segmentação da classe trabalhadora e das políticas de reestruturação produtiva que as indústrias da Itália; nesse caso, a Fiat desempenha relevante papel nessa tarefa.

Além disso, surgem nesse momento novos agentes sociais que, na verdade, já existiam, mas que não tinham desempenhado um papel mais efetivo na lutas sociais. Talvez, o pior de tudo fosse que os tradicionais movimentos de luta não tivessem consciência crítica do papel que tais movimentos tinham capacidade de desempenhar na luta de classes.

Após 1969, através do conflito que eclode no maio francês (no “outono quente” de 1969), o movimento estudantil, junto com as lutas dos operários industriais do norte e com incorporação de milhares de universitários e estudantes, conseguiram parar o sistema educativo; tal feito mudaria as concepções no cerne do operarismo. Tornava-se possível, então, pensar uma aliança operária estudantil. Diante do papel que o movimento estudantil desempenha nas lutas sociais, das lutas feministas e do questionamento do controle oportunista por parte das tradicionais organizações políticas e sindicais, residia a raiz do fracasso do maio francês.

Para a esquerda extraparlamentar, *Potere Operaio*, fazia-se necessária a construção de novas formas de organização. Foi assim que o Comitê Unitário de Base<sup>4</sup> (CUB) surgiu para dar continuidade à luta e canalizar o descontentamento do operariado. No entanto, a estratégia de *Potere Operaio* era a de que o movimento operário pudesse transformar a luta econômica, restrita ao território da fábrica, em uma luta política. Porém, como não conseguiram transcender as fronteiras da fábrica, a luta do movimento operário permaneceu isolada.

Com a dissolução de *Potere Operaio*, Negri junto com seus partidários (os coletivos operários de Marghera e Milão) forma a *Área da Autonomia*. Com a experiência fracassada do “outono quente”, alguns militantes defenderam o abandono da categoria *operário-massa* e a urgência de se construir outra categoria, e assim, em meados da década de 1970 Negri desenvolve a figura do *operário-social*, que seria o antecessor da posterior formulação de *multidão*.

Para conseguir levar a luta operária para fora dos muros da fábrica, que teria sido uma das principais derrotas do operariado no “outono quente” de 1969, Negri defende a unidade do trabalho social abstrato. Nesse sentido, as diferenças específicas entre os operários e os demais trabalhadores, como os jovens e mulheres, deveriam ser colocadas de lado. Dessa maneira, tanto as lutas das mulheres, dos estudantes, dos desempregados do sul e dos

---

<sup>4</sup> De acordo com Altamira, o movimento operário italiano descontente com a política sindical nos anos de 1968 passou à procurar novas formas de organização de greves e conflitos; foi assim que surgiu os Comitê Unitário de Base através da iniciativa dos operários da Pirelli em Milão. (ALTAMIRA, 2008, p. 166)

operários era representada pela categoria *operário-social*, que representava tanto os trabalhadores da produção do capital quanto os trabalhadores da reprodução do capital.

Para Negri, essa nova figura operária – o *operário-social*<sup>5</sup>, particular ao modelo de produção da década de 1970 –, reaparece em suas reflexões décadas depois, em 2000 e 2004, com outra roupagem e outra denominação: agora, ressurgiu com o nome de *multidão*. Antes o *operário-social* estava circunscrito tanto à produção do capital e à esfera da produção, quanto à reprodução do capital, à esfera de circulação. Por isso, representava o conjunto de trabalhadores, independentemente de ser um trabalho produtivo ou reprodutivo. Agora, porém, o conceito de *multidão* aparece com a proposta de também representar as formas de trabalho material e imaterial, com características do modelo de produção atual. Isto significa que ele envolve a cooperação, a informação, comunicação e principalmente, um trabalho desenvolvido em rede, espalhada em diferentes lugares do planeta. Assim a *multidão* se define como uma multiplicidade de singularidades que luta a partir de interesses e objetivos comuns.

Negri (2012, p. 281) afirma: “Para entender plenamente a novidade da forma de organização em rede da multidão, será útil compará-la com as formas organizacionais dominantes de nosso passado recente”. A primeira forma seria comparar com os movimentos que organizavam através de uma identidade de luta, como um partido ou sindicato; a segunda forma seria o conjunto de movimentos que defendiam o direito de cada grupo a diferença de forma autônoma, como os movimentos baseados na raça, gênero e sexualidade. Para Negri,

O novo modelo em rede da multidão desloca ambas essas opções – ou, por outra, não tanto nega os modelos antigos, mas lhes confere nova vida sob uma forma diferente. Durante os protestos de 1999 em Seattle, por exemplo, que adiante discutiremos mais detalhadamente, o que mais surpreendeu e intrigou os observadores foi que grupos anteriormente considerados em oposição uns aos outros – sindicalistas e ambientalistas, grupos religiosos e anarquistas, e assim por diante – agiam conjuntamente sem qualquer estrutura central e unificadora que subordine ou ponha de lado suas divergências. Em termos conceituais, a multidão substitui a dupla contraditória identidade – diferença pela dupla complementar partilha-singularidade (HARDT; NEGRI, 2012, p. 281-282).

A *multidão* se organiza por meio de uma rede que se estabelece em diferentes lugares, possui identidades distintas, e também por meio de outras bandeiras de luta, algumas vezes até mesmo antagônicas, mas que detêm um interesse comum, como por exemplo, os

---

<sup>5</sup> Segundo Altamira, é em *Proletários e Estado* que Negri formula a concepção de operário-social a partir da reestruturação da produção e representou uma ruptura com a definição de operário-massa do operarismo italiano. (Altamira, 2008, p. 195).

movimentos que surgiram nas últimas décadas 1990, tais como o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em Mumbai, em Gênova e em Seattle.

Além disso, há o movimento zapatista no México, que contraria as organizações políticas tradicionais em que há uma hierarquia entre a militância e as posições de direção. Tal movimento está na contramão, pois na sua estrutura organizacional não existe uma distinção clara entre direção e massa, numa estrutura cuja figura que supostamente seria a liderança do movimento tem o codinome de subcomandante, numa clara alusão ao fato de o comandante estar subordinado às decisões do grupo. Para as organizações tradicionais militarizadas, porém, o comandante não pode ser subordinado aos soldados, estando estes sob comando do comandante. Para Hardt e Negri, o movimento zapatista é um exemplo das novas organizações que se fundamentam em redes de cooperação, informação e comunicação.

Essas experiências práticas fundamentam a construção do conceito de *multidão* e aludem às experiências e práticas ocorridas no período em que Negri esteve presente no operarismo italiano, no qual desenvolve o conceito de *operário-social*. Ademais, vale ressaltar a sutileza de que agora ele está mais cético de que uma transformação social, conduzida pelo proletariado, se daria por meio de uma revolução socialista.

Negri defende a tese que o sujeito hegemônico do trabalho imaterial<sup>6</sup> – este tipo de trabalho é derivado da produção serviços, conhecimentos ou comunicações nos quais as tecnologias da comunicação e do computador são indispensáveis para atividade laborais – é o sujeito da revolução social no qual a figura do *operário-massa* perde a centralidade por causa da reestruturação produtiva nos anos de 1970 e dá origem a um novo sujeito produtivo: o *operário-social*.

Para Amorim (2006) a formulação do operário-social ocorre a partir da análise da reestruturação da produção que Negri faz. Desse modo, ele defende que a crise do regime de produção taylor-fordista é resultado da frustração do operariado com os índices de consumo do pacto Keynesiano que, por seu turno, levou os trabalhadores à recusa do trabalho taylor-fordista. Isso obrigou a burguesia a investir pesadamente no processo de reestruturação de produção para enfrentar essa nova atitude dos operários (AMORIM, 2006, p. 106).

De acordo com Amorim (2006) Negri fundamenta a ideia da superação do taylorismo-fordismo na recusa do operário a esse regime de trabalho em “*République Constituyente*” na qual observa que a crise do taylorismo-fordismo também era uma crise do “Estado fordista”,

---

<sup>6</sup> Eduardo Costa Pinto, em sua dissertação de mestrado, afirma que “(...) para Hardt e Negri (2001) o trabalho imaterial vincula-se à produção de serviços, bens culturais, conhecimentos ou comunicação, tornando indispensável à presença das tecnologias da comunicação e do computador nas atividades laborais (...)” (PINTO, 2005, p. 84).

pois a burguesia financeira se internacionalizou e não estava mais disposta a manter o peso do *Welfare State* de modo que a classe operária se transforma em uma nova figura social denominada *operário-social*: “Nesse sentido, caracterizar-se-ia uma transformação do “sujeito produtivo”, isto é, nos anos 1970, com a reestruturação produtiva que dera origem ao “operário social” (AMORIM, 2006, p. 107). Para Negri, o operário-social começava a se manifestar diante do conflito entre os trabalhadores e capitalistas

Por ‘operário social’, designamos esta nova força de trabalho que (foi expulsa do sistema fordista ou se encontra já para além de seus limites) começava a manifestar novas formas de antagonismo, enraizados nos novos espaços de produtividade como a infra-estrutura terciária, a formação e a escola, no trabalho social difuso, no mundo da comunicação e em todos os setores do trabalho imaterial. (Negri, 1991, p. 141 *apud* AMORIM, 2006, p. 108)

Assim como a passagem de Negri pelo operarismo italiano é importante para compreendermos como ocorre a construção do conceito de *multidão*, é igualmente essencial nos determos na construção do conceito de *multidão* para apreendermos os fundamentos teóricos de Império, pois o surgimento da *multidão* é um dos sintomas juntamente ao declínio da soberania do Estado-nação, da globalização da produção e das mercadorias, bem como da formação de império, ou seja, de uma nova forma de dominação política em lugar da velha forma de dominação política do imperialismo.

No período em que o imperialismo predominava nos quatro cantos do planeta, em que mantinha seus tentáculos de dominação política e econômica, a soberania do Estado-nação estava em plena forma, era utilizada diariamente para explorar novos territórios em busca de um mercado consumidor e de poder multiplicar a acumulação de capital, por meio dos investimentos financeiros, assim a valorização do capital dinheiro sobre si mesmo não pára de acumular lucros.

Nesse modo de produção (taylorismo-fordismo), não existe uma produção em rede conectada a diferentes lugares do planeta, acima das fronteiras nacionais, tal como ocorre no período atual, na acumulação flexível, na qual a produção se torna global. No imperialismo, os interesses econômicos dos capitalistas viviam em harmonia com os interesses do Estado-nação e as corporações industriais representavam os interesses da nação. Do mesmo modo, o sujeito histórico da transformação social era o proletariado que mantinha e mantém um papel central na luta de classes, pois era ele o produtor de mais-valia e que era retirado o trabalho excedente, ou seja, peça fundamental na acumulação de capital; afinal, a produção industrial

detinha hegemonia diante das outras formas de trabalho e, conseqüentemente, o operário industrial era o indivíduo que exercia o trabalho produtivo.

Diferentemente do operário industrial, o sujeito social da transformação é, de acordo com Hardt e Negri, a *multidão* que aglutina todos em torno de si: dos desempregados, das mulheres e dos estudantes aos trabalhadores, imigrantes e pobres. Todos os indivíduos agem em comum, embora mantenham suas particularidades.

No contexto da acumulação flexível a hegemonia é do trabalho imaterial, e não do trabalho material típico da produção industrial. No entanto, não é porque o trabalho material supostamente perdeu a hegemonia para o trabalho imaterial que a classe trabalhadora deixou de ser um sujeito histórico transformador; houve, na verdade, uma mudança no mundo do trabalho que modificou as relações de trabalho, em que os empregados continuam a ser explorados e de onde se retira a mais-valia. Dito de outro modo, mantém-se o trabalhador enquanto sujeito histórico da revolução social.

Além desses processos que se desenvolvem em meados do século XX, o império caracteriza-se por ser uma forma de poder que não detém um centro, ou um lugar do qual estabelece as regras do jogo. Tampouco possui um território de dominação específico. Para Hardt e Negri há um império sem centro, pois não há um país que o represente e que exerça supremacia no sistema internacional.

Todavia, a realidade caminha na contramão da tese dos autores de *Império*, pois há o fim do imperialismo, o declínio da soberania do Estado-nação e o surgimento da multidão enquanto sujeito histórico. A realidade, ao contrário, demonstra que os fenômenos em torno do Estado-nação e das transformações nas classes sociais sustentam a ideia da continuidade do Estado enquanto sujeito do desenvolvimento do capitalismo, configurando-se assim uma das principais características do imperialismo. Além disso, o suposto comando imperial está muito mais próximo das formas de controle dos países imperialistas do século XX.

A partir da perspectiva em que realizamos as discussões ao longo desta dissertação de mestrado, procuramos afirmar a importância de temas como classes sociais, soberania do Estado-nação e imperialismo para dialogarmos com a obra *Império*, de Hardt e Negri.

Apesar de não concordarmos com as conclusões dos autores – por acreditarmos na importância das classes sociais, principalmente na classe trabalhadora, e na sua formação enquanto classe revolucionária –, entendemos que suas análises contribuíram para retomar as discussões do tema do imperialismo.

Consideramos que embora o capital atualmente aprofunde a lógica de exploração do trabalho a partir da incorporação da subjetividade do trabalhador e de suas capacidades

intelectuais, há necessidade de mais estudos sobre o tema do imperialismo. Isso parece ser, em nossos dias, mais atual e premente do que nunca, para que possamos compreender a sociedade capitalista. Caracterizar o imperialismo a partir de conjunturas político-econômicas (como por exemplo, a globalização das trocas comerciais, a diminuição dos controles políticos sobre as relações econômicas) sem cair numa negação é, *a priori*, uma tarefa primordial, mas as décadas de 1970 e 1980 esteve fora das discussões acadêmicas de tais temas, tendo, portanto se mostrado mais prudente.

Após analisarmos as conclusões de Harvey (2008) e Boron (2002) e compreendermos a tese de Hardt e Negri, afirmamos que Negri chega à formulação de império a partir do conceito-chave de “multidão”. A obra *Império* é resultado da ruptura que Negri sofre durante sua passagem pelo operarismo italiano, posto que no período em que esteve militando no *Potere Operaio* e na *Autonomia*, analisou o movimento operário italiano, diante da centralização dos dirigentes do sindicato e do partido, e a repercussão dos movimentos estudantis e, logo após as décadas de 1970 e 1980, a repressão do governo aos militantes de esquerda e, no processo, rompeu com as perspectivas revolucionárias, tendo cedido ao ceticismo, decorrendo daí a criação de *Império*.

As reflexões apresentadas na neste trabalho são, tal como entendemos, uma leitura possível da obra de Negri, e com ela esperamos ter contribuído para a realimentação do debate acerca das classes sociais, da formação do sujeito transformador da sociedade capitalista e da relação intrínseca entre capital e estado no contexto do imperialismo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Augusto G. **Relações internacionais contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O fim da Guerra Fria e os novos conflitos internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- AMORIM, Henrique. **A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial**. Campinas, IFCH/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2006.
- ANDERSON, Perry. “Neoliberalismo: un balance provisório”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 11-14.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB/Ipri, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverley. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.
- BALANCO, Paulo. “As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização”. In: *IV Encontro Nacional de Economia Política*, Porto Alegre-RS, Anais (CD-ROM), 1 a 4 de junho de 1999.
- BALANCO, Paulo & PINTO, E. “Padrões de desenvolvimento, crise e endividamento no capitalismo contemporâneo”. In: *Anais do VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL*, p. 575-594, 2004.
- BEDIN, Gilmar. **A Sociedade Internacional e o século XXI**. Rio Grande do Sul: Unijui, 2001.
- BORON, Atílio. “A questão do imperialismo”. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (org.). **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Império & Imperialismo. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais.** Buenos Aires: Clacso, 2004.

BRENNER, Robert. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão”. In: *Revista Outubro*, 03. São Paulo: Alameda, 1998.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica.** Brasília: UnB, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais.** São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_. **El terror como política exterior de los Estados Unidos.** Buenos Aires: livros Del Zorzal, 2001

CLARKE, Simon. “Crise do fordismo ou crise da social-democracia?”. In: *Lua Nova*, 24. São Paulo, 1991, p. 117-150

COHEN, Benjamin. **A questão do imperialismo. Economia política da dominação e dependência.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DEL ROIO, Marcos T. **O império universal e seus antípodas.** São Paulo: Ícone, 1998.

FIORI, José Luís. “Sobre o poder global”. In: **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 73, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3300200500](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3300200500)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

FONTES, Virgínia. “O imperialismo: de Lenin aos dias atuais”. In: *Revista Outubro*, 17. São Paulo: Alameda, 2008.

FOSTER, John Bellamy. “O redescobrimento do imperialismo”. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje.** Buenos Aires: Expressão Popular, 2006.

GARCIA, Ana Saggiaro. “Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial” In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 01, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292010000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100005)>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2015.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere/ Caderno 13.** Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência.** Tradução Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos anos de periferia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

GOLDMAN, Marcio. “Poder e resistência: um ensaio sobre a dimensão conceitual do Império” In: *Rio de Janeiro Mana*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 2, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102)>. Acesso em: 07 de Agosto de 2013.

- HABERMAS, Jurgen. “Realizações e limites do Estado nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Etnia e nacionalismo na Europa de hoje”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
- \_\_\_\_\_. **Nação e nacionalismo desde 1870**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KOHAN, Néstor. “O Império de Hardt & Negri: para além de modas, “ondas” e furores”. In: BORON, Atílio (org.). **Filosofia Política Contemporânea. Controvérsias sobre civilização, império e cidadania**. Tradução Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 347-368.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LAIDI, Zadi. “Sistema Internacional: uma dupla distensão”. In: **O mundo hoje**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- LAMAZIÉRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo – fase superior do capitalismo**. Vol. I. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.
- MEIKSINS Wood, Ellen. “Trabalho, classe y estado enel capitalismo global”. In: *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas”. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, nº. 20, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104)>. Acesso em: 06 de agosto de 2012.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo; de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NYEJR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano.** São Paulo: Unesp, 2002.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. “Capitalismo global e império norte-americano”, PANITCH, Leo; LEYS, Colin (editores). **O novo desafio imperial.** Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 19-70.

PANITCH, Leo; LEYS, Colin (editores). **O Império Reloaded.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

PECCEQUILO, Cristina S. **Os EUA: hegemonia e liderança na transição.** Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A política externa dos EUA: continuidade ou mudanças.** Porto Alegre, UFRGS, 2003.

PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos EUA no novo milênio.** Petrópolis: Vozes, 2000.

PINTO, Eduardo C. **As dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo e a desarticulação social e setorial no Brasil.** Salvador, Escola de Economia/UFBA, Dissertação de Mestrado, 2005.

RICUPERO, Rubens. “Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do sistema Internacional”. In. FONSECA Jr., Gelson: **A legitimidade e outras questões internacionais – poder e ética entre as nações.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

RUSH, Alan. “A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos”. In: BORON, Atilio (org.). **Filosofia Política Contemporânea. Controvérsias sobre civilização, império e cidadania.** Traducido por Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 307-327.

SADER, Emir. “Soberania e democracia na era da hegemonia americana”. **Texto apresentado no Fórum Social Mundial.** Porto Alegre, 2001. Disponível em <[www.forumsocialmundial.org.br/biblioteca](http://www.forumsocialmundial.org.br/biblioteca)>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

SEITENFUS, Ricardo. “Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea”. In: *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102)>. Acesso em: 06 de Agosto de 2012.

SOUZA Santos, Boaventura. **Reinventarla Democracia. Reiventarel Estado.** Madrid: Sequitur, 1999.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império – Ensaio sobre o declínio do sistema americano.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

TURCHETTO, Maria “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano”. In: *Crítica Marxista*, 18, São Paulo: Revan, p. 84-99, 2004.

VALADÃO, Alfredo. **O século XXI será americano.** Petrópolis: Vozes, 1995.

VON HAYEK, Frederick. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

WEISS, Linda. “Globalization and the Myth of the Powerless States”. In: *New Left Review*, September, October, n 225, 1997.

### **Sites Consultados**

<http://www.scielo.org/>

<http://www.capes.gov.br/>

<http://www.acessolivre.capes.gov.br>

<http://www.teses.usp.br/>

<http://libdigi.unicamp.br/>

<http://www.biblioteca.unesp.br/>

### **Periódicos Consultados**

*Cadernos CEDES*

[http://www.cedes.unicamp.br/cad\\_apresentacao.htm](http://www.cedes.unicamp.br/cad_apresentacao.htm)

*Contexto Internacional*

<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

*Lua Nova: Revista de Cultura e Política*

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0102-6445&lng=pt&nrm=iso&rep](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6445&lng=pt&nrm=iso&rep)

*Revista Brasileira de Ciências Sociais*

[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=293](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=293)

*Revista Brasileira de Política Internacional*

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0034-7329&lng=pt&nrm=iso&rep=](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7329&lng=pt&nrm=iso&rep=)

*Revista de Estudos Avançados*

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0103-4014&nrm=iso&rep=&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4014&nrm=iso&rep=&lng=pt)

*Revista de Sociologia e Política*

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0104-4478](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-4478)

*Sociedade e Estado*

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0102-6992&nrm=iso&rep=&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6992&nrm=iso&rep=&lng=pt)